VOCES DEL SUR

Jornalismo em tempos de Covid-19:

AUTORITARISMO, DESINFORMAÇÃO E PRECARIEDADE NA AMÉRICA LATINA

2020

"Relatório sombra sobre a implementação do ODS 16.10.1 das Nações Unidas na América Latina"

RELATÓRIO SOMBRA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO INDICADOR DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DAS NAÇÕES UNIDAS 16.10.1 NA AMÉRICA LATINA NO ANO DE 2020

Uma avaliação independente preparada por Voces del Sur para o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de 2021

SOBRE VOCES DEL SUR (VdS)

Voces del Sur (VdS) é uma iniciativa regional composta por 13 organizações da sociedade civil (OSCs) latino-americanas que defendem as seguintes liberdades fundamentais: liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e proteção e segurança de jornalistas. A cada ano, o VdS monitora e relata violações contra essas liberdades fundamentais para contribuir para a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável, usando uma metodologia comum para rastrear o indicador 16.10.01 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A rede agora opera na Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Peru, Uruguai e Venezuela. O VdS e o escopo de seu Relatório Sombra aumentaram de oito países em 2018 para dez em 2019 e agora 13 em 2020. Colômbia, Cuba e México estão incluídos pela primeira vez neste terceiro Relatório Sombra consecutivo

AUTORIA

• COORDENAÇÃO
Claudia Cadena
e Chloe Zoeller

• EDIÇÃO
Enrique Gasteazoro

• PESQUISA
Miguel Gomez

• ANÁLISE E VISUALIZAÇÃO DE DADOS
Red Panda Lab

LAYOUT E DESIGN
Gloria Cordero

• DESENVOLVIMENTO DE ÍNDICE
Maykell Marenco

• TRADUÇÃO
Denise Bobadilha

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS DA VdS

Foro de Periodismo Argentino
• FOPEA-Argentina

Asociación Nacional de la Prensa
• ANP-Bolivia

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
• ABRAJI-Brazil

Fundación para la Libertad de Prensa
• FLIP-Colombia

Instituto Cubano por la Libertad de Expresión y Prensa
• ICLEP-Cuba

Fundación Andina para la Observación
y Estudio de Medios
• FUNDAMEDIOS-Ecuador

Instituto Centroamericano de Estudios
para la Democracia Social
• DEMOS-Guatemala

Comité por la Libre Expresión
• C-Libre-Honduras

ARTICLE 19 México y Centroamérica
• Artículo 19-Mexico

Fundación Violeta Barrios de Chamorro
• FBVCH-Nicaragua

Instituto Prensa y Sociedad
• IPYS-Peru

Centro de Archivos e Información Pública
• Cainfo-Uruguay

Instituto Prensa y Sociedad
• IPYS-Venezuela

• **Voces del Sur, 2021**
http://www.vocesdelsurunidas.org/

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0

Você está autorizado a:
Compartilhar – copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato.
Adaptar – editar, transformar e construir sobre o material.

Sob os seguintes termos:
Atribuição – você deve dar o crédito apropriado.
NãoComercial – você não pode usar o material para fins comerciais.
Compartilhalgual – Se você editar, transformar ou desenvolver o material, deverá distribuir suas contribuições sob a mesma licença do original.

PADF
PAN AMERICAN DEVELOPMENT FOUNDATION

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

www.clibrehonduras.com

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Sumário Executivo

Este Relatório Sombra oferece uma visão geral do progresso em direção ao Indicador ODS 16.10.1 em 13 países latino-americanos, bem como as principais tendências regionais em relação à liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e segurança e proteção de jornalistas. O relatório é baseado na documentação e análise de dados na forma de "alertas" que foram coletados, registrados e relatados por parceiros do VdS com base em uma metodologia regional comum projetada especificamente para rastrear o progresso em direção ao indicador ODS 16.10.1 da ONU.

Os dados de monitoramento mostram que, em meio à pior pandemia em um século, as tendências autoritárias aumentaram na América Latina. O Relatório Sombra de 2019 enfatizou que o jornalismo latino-americano estava cada vez mais ameaçado pela rápida deterioração das liberdades fundamentais em um contexto de crescente populismo e convulsão social. Em 2020, essa tendência piorou. A crise de saúde pública trazida pela COVID-19 ceifou a vida de centenas de trabalhadores da mídia. Também expôs falhas dos governos, corrupção e violência institucionalizada. As crises econômicas e sociais que se seguiram demonstraram ainda mais as condições precárias da profissão jornalística, pois milhares de pessoas perderam seus meios de subsistência e muitas organizações de imprensa foram forçadas a fechar. Em grande parte, isso se deveu a uma limitação das fontes tradicionais de receita como resultado da desaceleração econômica causada por medidas de bloqueio em toda a região.

A interrupção da vida cotidiana da pandemia contribuiu para uma redução do número total de alertas na maioria dos países da região em comparação com 2019, mas a gravidade das violações aumentou. Enquanto isso, os jornalistas arriscaram seguidamente suas vidas para informar o público, muitas vezes sem o equipamento de proteção adequado. O aumento da repressão e da vigilância forçou os jornalistas a operar em situações desafiadoras, com os governos usando de forma contínua a pandemia como desculpa para promulgar leis restritivas que tentam blindar suas falhas do escrutínio público.

Outro tema comum na região foi a restrição da liberdade de expressão, ocasionada pelo exercício estatal de poderes especiais não controlados a pretexto de combater a desinformação e mitigar a pandemia. Muitos países viram um abuso de decretos presidenciais e processos legislativos acelerados, sem discussão nos parlamentos em 2020. Na maioria dos casos, eles estavam associados a supostas tentativas de prevenir ou reduzir a desinformação. Embora tenha havido, sem dúvida, um aumento na disseminação da desinformação, especialmente em redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, as tentativas de lidar com o problema usando o direito penal ou a vigilância são perigosas e ineficientes.

A desinformação é galopante e constitui um problema real. Mas também tem sido usada por governos como desculpa para restringir as liberdades fundamentais, tornando o ambiente inseguro para os jornalistas informarem. O jornalismo independente e profissional desempenha um papel crucial na identificação de informações não confiáveis e na oferta de uma alternativa confiável. A desinformação prospera em desertos de informação, lugares onde há poucas ou nenhuma fonte de informação confiável e na ausência de fontes diversificadas. A liberdade de expressão, não a censura mascarada como uma ação contra a desinformação, é a chave para resolver esse problema. É imperativo que os jornalistas capacitem o público para acompanhá-los no processo de descoberta da verdade. Os ecossistemas de mídia devem ser diversos, plurais, profissionais e ter acesso a recursos para atingir esses objetivos.

Ainda assim, também havia esperança para a proteção das liberdades fundamentais na América Latina em 2020. Movimentos da sociedade civil, como os da Bolívia e do Uruguai, derrubaram leis restritivas contra a liberdade de expressão. Isso mostrou mais uma vez que a organização e a ação coletiva são salvaguardas essenciais das liberdades fundamentais e do combate à desinformação. Em meio às lutas pelo poder político durante a pandemia, o jornalismo independente mostrou que seus melhores aliados são cidadãos altamente críticos que exigem responsabilidade e investigação dos poderes públicos. Esses cidadãos bem informados estão na vanguarda dos esforços para melhorar e fortalecer o jornalismo independente de qualidade, alcançando uma governança eficaz e democrática.

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Conteúdo

- PREFÁCIO 10
- INTRODUÇÃO 12
- METODOLOGIA 14
- CONTEXTO REGIONAL 19
- RESULTADOS REGIONAIS 22
- COMPARAÇÃO REGIONAL 28
- RESULTADOS POR PAÍS 32
  - Argentina 33
  - Bolívia 37
  - Brasil 41
  - Colômbia 45
  - Cuba 49
  - Equador 53
  - Guatemala 57
  - Honduras 61
  - México 65
  - Nicaragua 69
  - Peru 73
  - Uruguai 77
  - Venezuela 81
- CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 86

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Prefácio

Pelo terceiro ano consecutivo, o VdS apresenta um Relatório Sombra que monitora o Indicador ODS da ONU 16.10.1 na América Latina. O indicador rastreia o número de casos verificados de assassinato, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, de equipes de mídia associadas à imprensa, sindicalistas e defensores dos direitos humanos em um período de 12 meses. A rede VdS se concentra exclusivamente em jornalistas e meios de comunicação, oferecendo uma avaliação independente da situação da liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e segurança e proteção de jornalistas em 13 países. O relatório é baseado em documentação e dados na forma de "alertas" coletados, registrados e relatados por parceiros do VdS com base em uma metodologia regional comum projetada especificamente para rastrear o progresso em direção ao indicador ODS 16.10.1 da ONU. Inclui recomendações para a sociedade civil, meios de comunicação, governos, a ONU e outras partes interessadas para fortalecer o desenvolvimento sustentável na América Latina e promover o progresso em direção ao ODS 16.

O Relatório Sombra de 2020 será apresentado no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) 2021 das Nações Unidas, o principal fórum para acompanhamento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O HLPF se reunirá de 6 a 15 de julho, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e com o tema "Recuperação sustentável e resiliente da pandemia de COVID-19 que promove as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável: construção de um caminho inclusivo e eficaz para a realização da Agenda 2030 no contexto da década de ação e entrega para o desenvolvimento sustentável". Serão o foco as ODS 1 – erradicação da pobreza; 2 – fome zero; 3 – boa saúde e bem-estar; 8 – emprego digno e crescimento econômico; 10 – redução das desigualdades; 12 – consumo e produção responsáveis; 13 – combate às alterações climáticas; 16 – paz, justiça e instituições fortes; e 17 – parcerias em prol das metas.

O HLPF serve como oportunidade para as OSCs complementarem, contrastarem, enriquecerem e

preencherem lacunas nas informações apresentadas pelos Relatórios Nacionais Voluntários (ANV) liderados pelos governos, de acordo com o mecanismo oficial de acompanhamento estabelecido na Agenda 2030. Em última análise, este relatório visa a facilitar o compartilhamento de experiências em toda a América Latina (sucessos, desafios e lições aprendidas), incentivando e fortalecendo os esforços das diversas partes interessadas para a implementação da Agenda 2030, em particular do Indicador ODS 16.10.1

Créditos: AFP

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Introdução

• VdS e o Relatório Sombra

O VdS é uma iniciativa regional criada em 2017 para promover e melhorar as salvaguardas das liberdades fundamentais – liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e proteção e segurança de jornalistas. Atualmente é composta por 13 organizações de vigilância da liberdade de expressão nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Peru, Uruguai e Venezuela. O VdS tem aprimorado o acompanhamento e a colaboração da sua rede, fortalecendo cada parceiro individualmente e construindo gradativamente um todo regional maior que a soma das partes.

Todos os anos, os parceiros do VdS monitoram, registram e relatam violações à liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e segurança e proteção de jornalistas em seus países. Esse monitoramento ocorre sob o guarda-chuva compartilhado de indicadores regionais padronizados, que foram elaborados pelos parceiros para medir o progresso em direção ao ODS 16.10.1. Combinados com as percepções específicas de cada país dos parceiros da rede, esses indicadores são a base dos relatórios anuais. O processo e a estrutura de relatórios sombra do VdS são multicamadas, contemplando o monitoramento em nível nacional e regional para enriquecer os relatórios internacionais que podem ser usados no nível das Nações Unidas. A rede continua a crescer ao longo dos anos. Os parceiros atuais incluem:

- **Foro de Periodismo Argentino (FOPEA):** Argentina
- **Asociación Nacional de la Prensa de Bolivia (ANP):** Bolívia
- **Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI):** Brasil

- **Fundación para la Libertad de Prensa (FLIP):** Colômbia

- **Instituto Cubano de Libertad de Expresión y Prensa (ICLEP):** Cuba

- **Fundación Andina para la Observación y Estudio de Medios (FUNDAMEDIOS):** Equador

- **Instituto Centroamericano de Estudios para la Democracia Social (DEMOS):** Guatemala

- **Comité por la Libre Expresión (C-Libre):** Honduras

- **ARTICLE 19 México y Centroamérica (Artículo 19):** México

- **Fundación Violeta Barrios de Chamorro (FVBCH):** Nicarágua

- **Instituto de Prensa y Sociedad (IPYS):** Peru

- **Centro de Archivos y Acceso a la Información (CAinfo):** Uruguai

- **Instituto de Prensa y Sociedad (IPYS):** Venezuela

O Relatório Sombra complementa, contrasta, enriquece e preenche lacunas em relação às informações apresentadas (ou omitidas) nas ANVs lideradas pelos governos. O Relatório identifica de forma independente tendências em realizações, desafios, lacunas, fatores de sucesso e ameaças na implementação do Indicador ODS 16.10.1. Informa os stakeholders e apoia a análise de políticas. Fornece uma base de evidências para ajudar a mobilizar meios de implementação e parcerias, apoiar a identificação de soluções e melhores práticas e promover a coordenação e eficácia dos esforços de desenvolvimento internacional. Além de documentar incidentes e destacar tendências para responsabilizar o poder (a função de watchdog ou o órgão fiscalizador), o relatório apresenta ideias coletivas do VdS para apresentar recomendações, incluindo a necessidade de sistemas de acompanhamento e revisão eficientes e inclusivos em nível regional. Também discute os possíveis mecanismos de apoio multilateral para ajudar nos esforços de implementação, na esperança de inspirar uma abordagem de múltiplas partes interessadas que possa transformar estruturalmente a situação das liberdades fundamentais na região.

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Metodologia

• ODS 16.10.1 Definição e Refinamento

Objetivo 16:

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Meta 16.10:

Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com as legislações nacionais e os acordos internacionais.

Indicador 16.10.1:

Número de casos verificados de homicídio, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, equipes de mídia, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses.

As agências de custódia para o indicador ODS 16.10.1 – o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) –, informadas sobre os esforços para melhorar a metodologia que mede o indicador e em consultas com as partes interessadas relevantes, concordaram em trabalhar no sentido de um refinamento da formulação atual para simplificá-la e melhor alinhá-la com a meta 16.10. O esboço de trabalho do refinamento proposto para o indicador é o seguinte:

> *"Número de casos verificados de homicídio, desaparecimento forçado, tortura, detenção arbitrária, sequestro e outros atos nocivos contra jornalistas, sindicalistas e defensores dos direitos humanos"* [1]

1 ONU (2018): Metadados para o Indicador SDG 16.10.1 Disponível em: https://unstats.un.org/SDG/metadata/files/Metadata-16-10-01.pdf

Este relatório trabalha com o refinamento e sua abordagem metodológica. Ao adotar essa definição, argumenta-se que é necessário incluir um escopo mais amplo de violações – como adicionar "outros atos nocivos" – para explicar todas as formas pelas quais a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, o acesso a informações e a proteção e segurança dos jornalistas são restritas. Expandir a definição permite que violações como ataques não letais, ameaças, discurso estigmatizante, processos judiciais criminais e civis tendenciosos e restrições à Internet sejam incluídos.

Além do refinamento, a característica definidora das violações sob este indicador é sua motivação ou fator causal; a violação é motivada pelo trabalho das vítimas. A tarefa de classificar alertas envolve a observação de eventos de perspectivas estatísticas e de direito internacional. Independentemente das

definições fornecidas pela legislação ou práticas nacionais, todos os eventos que atendam aos elementos fornecidos na estrutura de definição serão contados para fins estatísticos.

• Sistema de Alerta e Indicadores

Os Relatórios Sombra do VdS medem o status de implementação do Indicador ODS 16.10.1 com base em dados estatísticos conhecidos como "alertas". Um alerta é uma nota escrita elaborada para explicar um caso verificado de violação da liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação ou segurança e proteção de jornalistas. "Casos verificados" contêm um conjunto mínimo de informações relevantes sobre as situações e circunstâncias particulares, incluindo: vítima, tipo de violação, perpetrador (por exemplo, ator estatal x não estatal) e localização geográfica do incidente. Uma "violação" é uma ação específica que pode ser verbal, física, administrativa, hostil ou uma ação destrutiva que visa a causar danos e limitar o exercício de liberdades fundamentais, como o direito à liberdade de imprensa, liberdade de expressão e ao acesso à informação.

Os alertas são recolhidos e sistematizados pelas OSCs do VdS por uma abordagem de monitorização multicamadas coletiva. Primeiro, as OSCs registram as violações em nível nacional de acordo com sua própria estrutura. Os dados são então padronizados usando um conjunto de 12 indicadores regionais do VdS projetados para promover consistência e comparabilidade entre relatórios de diferentes países, bem como relatórios regionais subsequentes. Essa padronização facilita os relatórios internacionais, inclusive dentro do sistema da ONU, enquanto a abordagem em várias camadas garante que as percepções e nuanças do monitoramento em nível nacional não sejam perdidas. Os indicadores VdS são baseados no ODS 16.10.1 e centrados nas pessoas; são sensíveis ao gênero, rigorosos, baseados em evidências e informados por dados de alta qualidade, que sejam acessíveis, oportunos, confiáveis e separados por características relevantes nos contextos nacionais.

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

• Os 12 Indicadores VdS

1. Assassinato: ato intencional que causa a morte em decorrência do trabalho jornalístico.

2. Sequestro: detenção ilegal, retirada e/ou confinamento de uma vítima sem o seu consentimento por pessoas ou grupos que não agem com o apoio ou consentimento do Estado.

3. Desaparecimento forçado: prisão, detenção, rapto ou qualquer outra forma de privação de liberdade de uma vítima por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas agindo com a autorização, o apoio ou o consentimento do Estado, seguido de uma recusa em reconhecer a privação de liberdade ou por ocultação do destino ou paradeiro da vítima.

4. Detenção arbitrária: prisão ou detenção em desacordo com as leis nacionais por não estar devidamente baseada em motivos estabelecidos pela lei, ou não estar em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela lei, ou ser considerada arbitrária no sentido de inadequada, injusta, despropositada ou desnecessária nas circunstâncias.

5. Tortura: ato pelo qual forte sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente a um jornalista para fins de obter dele ou de terceiros informações ou uma confissão, punindo-os, intimidando-os ou coagindo-os.

6. Agressões e ataques: ações violentas, intimidantes ou limitantes, físicas ou verbais, que visam a impedir ou limitar a liberdade de expressão ou a bloquear o trabalho jornalístico ou o acesso a fatos e informações públicas.

7. Discurso estigmatizante: ataques verbais que são tornados públicos com o objetivo de difamar e desacreditar a vítima.

8. Restrições de acesso à informação: a limitação ou bloqueio de informações publicamente relevantes e outros eventos de interesse jornalístico.

9. Processos judiciais criminais e civis: julgamento público ou privado, cujas consequências podem variar de multas a prisão.

10. Uso abusivo do poder estatal: ações deliberadas planejadas e implementadas pelo Estado que – abusando de seus poderes, sem lógica ou raciocínio e contra os padrões internacionais – prejudicam jornalistas e mídia, seja financeira ou materialmente.

11. Normas contrárias aos padrões internacionais: a proposta e/ou aprovação de leis, incluindo decretos, resoluções e diretrizes que restringem a liberdade de expressão e o acesso à informação e/ou geram censura.

12. Restrições na Internet: limitação da liberdade de expressão e liberdade de imprensa online por meio de estratégias que restringem o uso da Internet para publicar ou acessar informações.

Essas definições foram elaboradas de acordo com o direito internacional e altos padrões metodológicos. As práticas de monitoramento seguem o modelo de várias organizações internacionais, como a Classificação Internacional de Crimes para Fins Estatísticos (ICCS) do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e a UNESCO (que forneceu apoio e orientação no desenvolvimento desses indicadores). Os indicadores contam cada vítima separadamente, pois pode haver mais de uma vítima envolvida no mesmo incidente. Os alertas registrados são ordenados com base na regra de "delito mais grave" comumente aplicada nas estatísticas de crime: se um incidente incorpora elementos de mais de uma categoria de crime, é codificado na categoria superior.

• Limitações

Sistema de Monitoramento e Disponibilidade de Dados

O Grupo Interinstitucional e de Especialistas em Indicadores ODS da Comissão de Estatística das Nações Unidas (IAEG-ODS), encarregado de desenvolver e implementar a estrutura de indicadores globais para os objetivos e metas da Agenda 2030, classificou o Indicador ODS 16.10.1 como Indicador Nível II, o que significa que ele é conceitualmente claro, tem uma metodologia estabelecida internacionalmente e padrões disponíveis, embora os dados não sejam produzidos regularmente pelos países.

Este indicador é sensível à subnotificação por governos devido a mudanças e vieses no comportamento de denúncia das vítimas, bem como a práticas policiais e de registro, novas leis, erros de processamento, omissões por instituições não responsivas e manipulação. Em muitos casos, o número de casos relatados depende do acesso à informação e da capacidade de monitoramento das OSCs nacionais.

Embora o VdS inclua diretrizes para a desagregação de seus indicadores, nem todos os parceiros podem desagregar ou desagregam uniformemente. Existe a oportunidade de agilizar esse processo e fornecer informações mais específicas sobre os grupos em situação de vulnerabilidade, que serão consideradas para o próximo Relatório Sombra.

Deve-se notar também que os parceiros VdS apresentam seus próprios relatórios sobre essas questões em nível nacional, separados deste esforço regional. Os dados apresentados nesses relatórios podem variar das estatísticas do Relatório Sombra devido a práticas locais distintas e/ou ao tratamento metodológico dos dados.

Créditos: Ueslei Marcelino | Agência Reuters

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Contexto Regional

• Jornalismo em tempos de COVID-19: Autoritarismo, Desinformação e Precariedade na América Latina

Uma sociedade pacífica, justa, inclusiva e democrática não é facilmente alcançada e deve ser constantemente protegida. Os últimos anos mostraram que as democracias consolidadas correm o risco de regressão, especialmente em face da crise. Com exceção de Uruguai e Peru, que são pontos fora da curva regional, a democracia e as liberdades fundamentais na maior parte da América Latina estavam sob constante e severa pressão mesmo antes do início da pandemia da COVID-19. Em 2020, um ano definido globalmente pela pandemia, o autoritarismo, a desinformação e a precariedade maltrataram o jornalismo na América Latina. A pandemia deixou sua marca em todo o espectro da liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e proteção e segurança dos jornalistas na região, ao encorajar tendências autoritárias e alimentar abusos de poder, principalmente processos legais maliciosos. A desinformação cresceu exponencialmente durante a crise de saúde pública, assim como suas consequências – tanto como uma ameaça real, quanto como uma desculpa para refrear as liberdades fundamentais. O sustento dos jornalistas, junto com o de milhões de outras pessoas na região, tornou-se precário devido ao impacto econômico da pandemia.

A crise de saúde pública tem servido como uma desculpa para regimes autoritários e até para governos democráticos obterem poderes especiais não controlados, como restringir o acesso à informação ou censurar e silenciar diretamente a mídia independente em nome do chamado “interesse nacional”. Governar por meio de decreto presidencial e legislação aprovada de forma acelerada tornou-se uma tendência em 2020, enfraquecendo os controles e equilíbrios democráticos básicos. A pandemia de COVID-19 representou grandes dilemas

relacionados ao equilíbrio entre a liberdade individual e o interesse coletivo. Exemplos claros incluem normas de distanciamento social, o uso obrigatório de máscaras e lockdowns impostos pelos governos. Isso aumentou as tensões e a violência aberta, como na Colômbia, onde um homem foi assassinado pela polícia por supostamente violar os protocolos de saúde pública. Esse ato deu lugar a protestos massivos contra a brutalidade policial, durante os quais ocorreram violações do Estado contra a liberdade de imprensa.

Enquanto isso, o estado de direito da Nicarágua piorou à medida que o governo manipulava a pandemia para abusar da liberdade jornalística. O regime de Ortega Murillo construiu uma estrutura institucional para criminalizar o jornalismo por meio do processo malicioso de "informações falsas" definidas arbitrariamente, enquanto formalizava o confisco de fato de meios de comunicação independentes. Ao relatar essas repressões, a pandemia e seu impacto ou as respostas do governo em grande escala, os jornalistas enfrentaram oposição e ameaças significativas na região.

Em 2020 houve um aumento acentuado na desinformação, especialmente por meio de mídias sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. O secretário-geral da ONU, António Guterres, denunciou a "infodemia massiva" de desinformação sobre a COVID-19, que prejudicou os esforços de saúde pública. No entanto, os abusos muitas vezes ocorreram sob o pretexto de uma ação legítima contra a desinformação. Embora profundamente problemáticas, as tentativas de lidar com a questão por meio da lei criminal ou da vigilância são perigosas. Conceder poder às autoridades para coletar ou investigar dados que possam conter informações falsas abre a porta para que as autoridades abusem delas em favor de sua narrativa desejada. Foi essa a verdade em 2020 na América Latina. Funcionários públicos, líderes políticos e seus simpatizantes acusaram jornalistas de espalhar informações falsas. As autoridades visam manipular as informações para minimizar o impacto da pandemia e evitar a investigações de negligência e corrupção. Na Bolívia, o governo transitório da presidente interina Jeanine Áñez tentou criminalizar a desinformação, o que gerou resistência civil. A legislação para regulamentar a desinformação foi aprovada pelo Senado brasileiro. Em Puebla, no México, as autoridades tentaram tornar crime a publicação de informações que contradizem os relatórios oficiais. Se o poder se tornar o árbitro da verdade, provavelmente ocorrerão a manipulação política e a estigmatização de jornalistas independentes.

A pandemia de COVID-19 também afetou negativamente os fluxos de receita para a mídia independente e jornalistas. A desaceleração da atividade econômica se traduziu em cortes na publicidade, que ainda é uma fonte importante de receita para a maioria dos meios de comunicação. Na verdade, muitos veículos fecharam, incluindo ao menos sete jornais no Equador. Além disso, os repórteres são forçados a se tornarem freelancers, perdendo direitos trabalhistas fundamentais. A crise de saúde pública e suas consequências econômicas expuseram os fundamentos de um ecossistema de mídia precário, que depende muito de doadores e da publicidade tradicional. Essas questões afetam desproporcionalmente jornalistas e trabalhadores da mídia. Ainda assim, existem oportunidades para explorar novas maneiras de envolver o público, diversificar os fluxos de receita e garantir a viabilidade do jornalismo.

Em Foco

As trágicas consequências da COVID-19 para o jornalismo latino-americano

Mortes de jornalistas por COVID-19

País	2020
Argentina	N.D.[2]
Bolívia	13
Brasil	93
Colômbia	30
Cuba	N/D
Equador	24
Guatemala	N/D
Honduras	14

2 N.D. os dados não estão disponíveis ou não puderam ser confirmados pela organização parceira da VdS.

México	**69**
Nicarágua	**3**
Peru	**108**
Uruguai	**0**[3]
Venezuela	**5**
TOTAL	**359**

De acordo com as OSCs do VdS, pelo menos 359 jornalistas perderam a vida devido à pandemia em 13 países. No entanto, os números tendem a ser mais altos, visto que muitos países da região subnotificam as mortes por COVID-19. A FOPEA, na Argentina, não incluiu mortes relacionadas à COVID 19 em seu monitoramento, portanto, os dados não puderam ser confirmados. Em Cuba, o acesso à informação é tão limitado que os dados são impossíveis de ser verificados. A subnotificação também é provável em países como Nicarágua e Venezuela, onde as estatísticas oficiais da COVID-19 são alteradas rotineiramente para se adequar às narrativas oficiais. Na Colômbia, a FLIP afirma que é provável ter havido mais mortes do que o relatado. Não foi possível determinar que o contágio e a morte sejam consequências diretas do trabalho jornalístico em todos os casos, embora haja fortes suspeitas.

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

3 O Uruguai é o único país da região que não registrou nenhuma morte de jornalista relacionada à COVID-19.

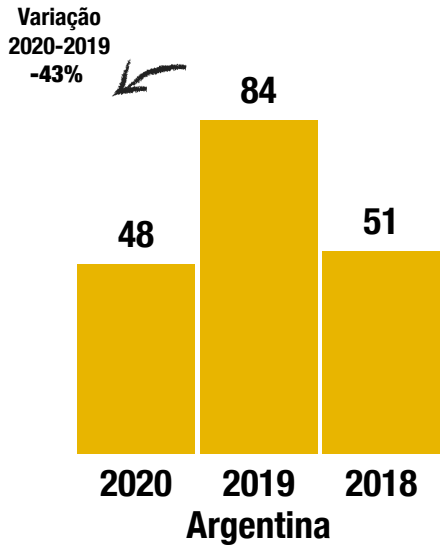
Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

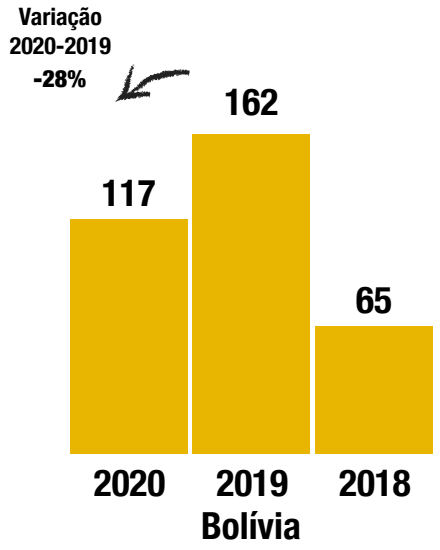
Resultados Regionais

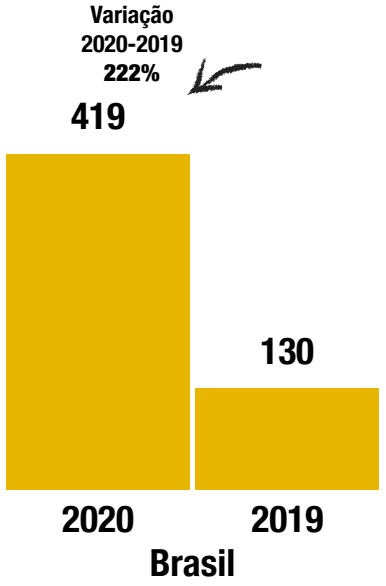
• América Latina

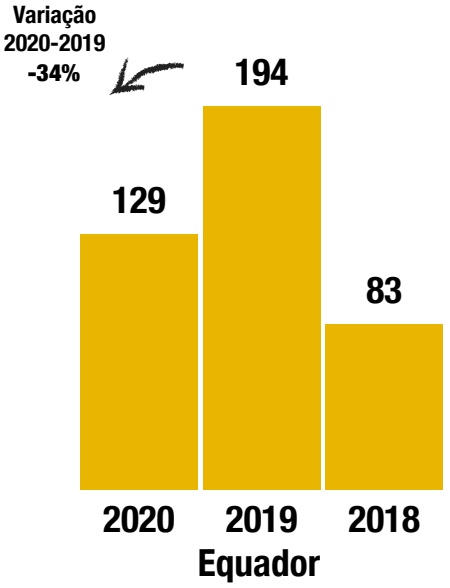
Em 2020, o VdS registrou 3.350 alertas no total. Assim como em 2018 (55%) e 2019 (75%), a maioria dos alertas (59%) em 2020 identifica os governos como autores das violações. Considerando que o Estado é responsável por garantir e proteger a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, o acesso à informação e a segurança e proteção dos jornalistas, essa tendência representa uma contradição e é um grande obstáculo para a melhoria da situação dessas liberdades fundamentais na região. Além disso, a pandemia de COVID-19 interrompeu a maioria dos aspectos da vida e da sociedade, levando a uma redução do número total de alertas em sete dos países em comparação com 2019. Ainda assim, a gravidade das violações aumentou.

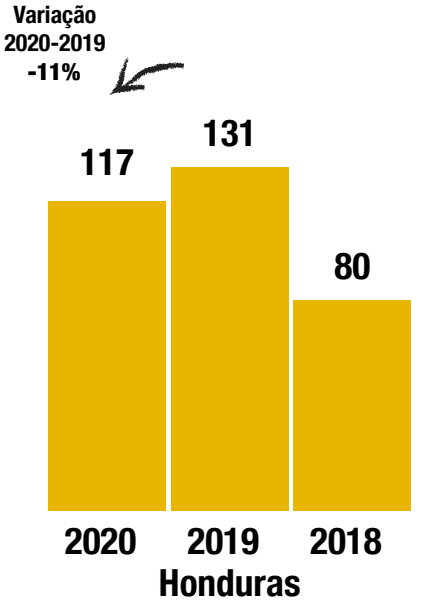
Número total de alertas por país por ano

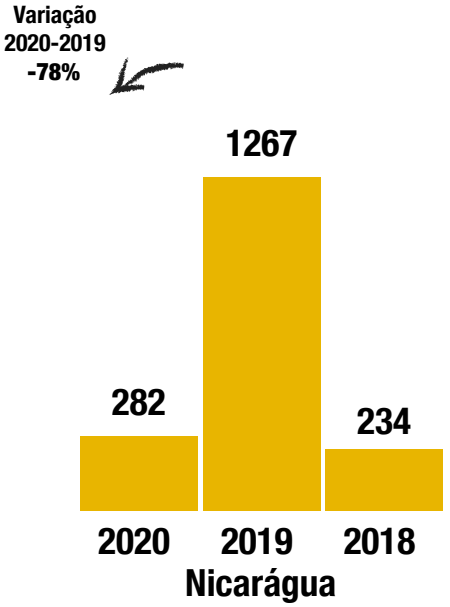


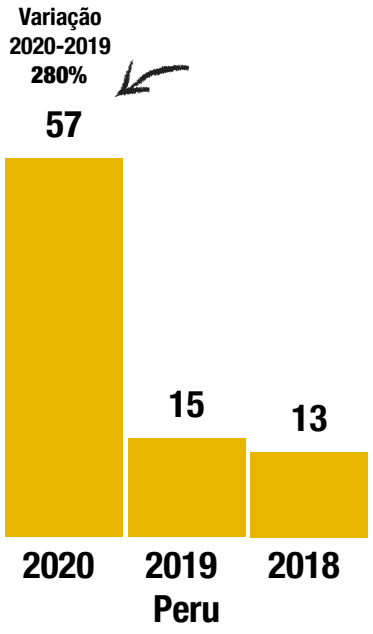


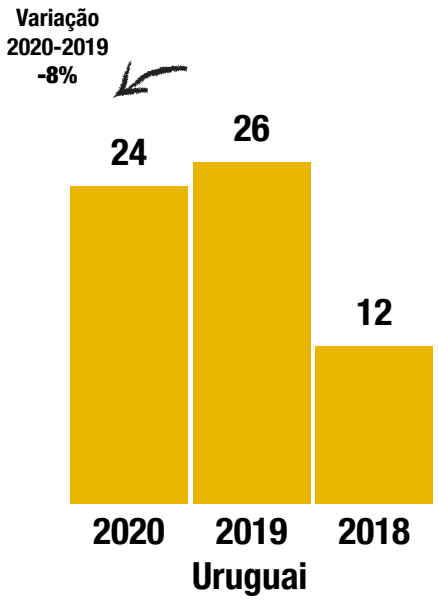


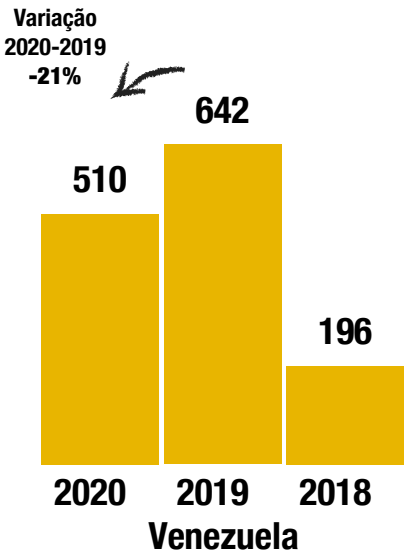












Dados de Colômbia, Cuba, Guatemala e México foram incluídos no Relatório Sombra a partir de 2020 e portanto não há dados anteriores para comparação.

Total de alertas por país 2020	
Colômbia	**499**
Cuba	**344**
Guatemala	**112**
México	**692**

Número de alertas por indicador em 2020	
INDICADOR VdS	**2020**
• Uso abusivo do poder estatal	138
• Agressões e ataques	1630
• Detenção arbitrária	279
• Processos judiciais criminais e civis	200
• Desaparecimento forçado	4
• Restrições na Internet	376
• Sequestro	14
• Assassinato	17
• Normas contrárias aos parâmetros internacionais	13
• Restrições de acesso à informação	279
• Discurso estigmatizante	397
• Tortura	3
TOTAL	**3350**

Autores das violações por país em 2020					
País	**Estatal**	**Não estatal**	**Criminosos[4]**	**Não disponível e não identificado[5]**	**Total**
Argentina	**30**	**9**	**0**	**9**	**48**
Bolívia	**15**	**66**	**0**	**36**	**117**
Brasil	**312**	**92**	**0**	**15**	**419**
Colômbia	**199**	**87**	**79**	**134**	**499**
Cuba	**328**	**6**	**0**	**10**	**344**
Equador	**69**	**44**	**0**	**16**	**129**
Guatemala	**6**	**0**	**0**	**106**	**112**
Honduras	**76**	**9**	**0**	**32**	**117**
México	**349**	**167**	**39**	**137**	**692**
Nicarágua	**204**	**46**	**1**	**31**	**282**
Peru	**29**	**20**	**0**	**8**	**57**
Uruguai	**9**	**14**	**0**	**1**	**24**
Venezuela	**352**	**116**	**4**	**38**	**510**
TOTAL	**1978**	**676**	**123**	**573**	**3350**
%	**59%**	**20%**	**4%**	**17%**	**100%**

Na Argentina, os alertas relacionados a restrições de acesso à informação e discurso estigmatizante diminuíram 80% e 79% respectivamente, mas os processos judiciais contra jornalistas e meios de comunicação aumentaram 367%. Na Bolívia, houve uma ligeira redução no número total de alertas (-28%). No entanto, a situação deve ser examinada à luz do contexto sociopolítico em mudança, visto que o país sofreu um aumento repentino e dramático em seus alertas em 2019, devido a uma profunda crise que se originou após a queda do presidente Evo Morales. No Equador, o número total de alertas reportados diminuiu (-34%) devido ao fim dos protestos que abalaram o país em 2019.

4 Crime organizado, cartéis de drogas, guerrilha, paramilitares e milícias.
5 Por vezes, não é possível identificar o autor da violação, quer por falta de capacidade da organização parceira local do VdS, quer pela própria natureza dos crimes que ocultam a identidade do autor.

Entretanto, os casos de restrição de acesso à informação (567%), processos judiciais contra jornalistas e meios de comunicação (133%) e uso abusivo do poder do Estado (75%) aumentaram significativamente. Apesar de uma redução (-11%) no total de alertas, a situação em Honduras continua crítica: quatro jornalistas foram mortos, seis foram detidos arbitrariamente e mais de uma dúzia enfrenta acusações em tribunal. Na Nicarágua, os alertas relacionados ao abuso do poder estatal diminuíram significativamente após o fim da restrição imposta a materiais impressos, mas o governo impôs um embargo a um canal de TV e confiscou as redações de dois veículos independentes. A Venezuela registrou uma redução no número total de alertas (-21%), mas houve dois jornalistas mortos e os processos judiciais (220) e as detenções arbitrárias contra jornalistas aumentaram drasticamente (56%). No

Uruguai, onde os alertas diminuíram ligeiramente e permanecem relativamente baixos, três novas leis aprovadas em 2020 são contrárias aos padrões internacionais, configurando um fato preocupante.

Houve dois países onde a situação das liberdades fundamentais piorou qualitativa e quantitativamente: Brasil e Peru. No Brasil, o número total de alertas aumentou 222%, com as maiores altas em agressões e ataques (489%), processos judiciais criminais e cíveis (388%) e detenções arbitrárias (200%). No Peru, país com histórico positivo de 13 e 15 alertas totais em 2018 e 2019, respectivamente, o número total de alertas saltou para 57 em 2020, aumento de 280%. Agressões e ataques contra jornalistas dispararam para 1.600%, o uso abusivo do poder estatal cresceu 300% e as restrições à internet aumentaram 200%. As diferenças entre Brasil e Peru são notáveis. O Brasil está em uma espiral crescente desde 2019, enquanto os dados do Peru para 2018 e 2019 se comparam positivamente com a região. O aumento repentino dos alertas deste último ocorreu principalmente em novembro, quando o país foi engolfado por protestos.

Embora 2020 tenha sido o primeiro ano de coleta de dados do VdS para Colômbia, Cuba, Guatemala e México, os alertas falam de uma situação dramática nesses quatro países. Seis jornalistas foram assassinados no México em 2020, colocando o país entre os mais letais da região para o jornalismo. Dois jornalistas também foram mortos na Guatemala e outros dois na Colômbia. A esmagadora maioria das violações cometidas nesses países são agressões e ataques: 60% na Colômbia, 88% na Guatemala e 61% no México. Embora Cuba tenha taxas mais baixas de violência física direta, sem relatos de assassinatos e 33% de agressões e ataques, a situação das liberdades fundamentais continua terrível, já que jornalistas são sistematicamente presos. É o único país da região que proíbe constitucionalmente a liberdade de expressão.

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Comparação Regional

• Por ano e indicador

O VdS e o escopo de seu Relatório Sombra aumentaram de oito países em 2018 para dez em 2019 e para 13 em 2020. O primeiro relatório em 2018 continha Argentina, Bolívia, Equador, Honduras, Nicarágua, Peru, Uruguai e Venezuela. Em 2019, Brasil e Guatemala aderiram à rede e em 2020 ela foi ampliada com a inclusão de Colômbia, Cuba e México.

Assassinato

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	-%	0		
Bolívia	-%	0	0	1
Brasil	-%	1	0	N/D
Colômbia	-%	2	N/D	N/D
Cuba	-%	0	N/D	N/D
Equador	-%	0	0	3
Guatemala	-%	2	N/D	N/D
Honduras	-56%	4	9	0
México	-%	6	N/D	N/D
Nicarágua	-%	0	0	1
Peru	-%	0	0	0
Uruguai	-%	0	0	0
Venezuela	-%	2	0	1
TOTAL		17	9	6

Sequestro

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	-%	0	0	0
Bolívia	-%	0	0	0
Brasil	-%	0	0	N/A
Colômbia	-%	1	N/A	N/A
Cuba	-%	0	N/D	N/D
Equador	-100%	0	1	3
Guatemala	-%	0	N/D	N/D
Honduras	-%	0	N/D	N/D
México	-%	13	N/D	N/D
Nicarágua	-%	0	0	4
Peru	-%	0	0	0
Uruguai	-%	0	0	0
Venezuela	-100%	0	2	1
TOTAL		14	3	8

Desaparecimento forçado

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	-%	0	0	0
Bolívia	-%	0	0	0
Brasil	-%	0	0	N/D
Colômbia	-%	0	N/D	N/D
Cuba	-%	0	N/D	N/D
Equador	-%	0	0	0
Guatemala	-%	0	N/D	N/D
Honduras	-%	0	0	0
México	-%	0	N/D	N/D
Nicarágua	-%	1	0	6
Peru	-%	0	0	0
Uruguai	-%	0	0	0
Venezuela	0%	3	3	1
TOTAL		4	3	7

Detenção arbitrária

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	-50%	2	4	0
Bolívia	-%	3	0	2
Brasil	200%	3	1	N/D
Colômbia	-%	11	N/D	N/D
Cuba	-%	142	N/D	N/D
Equador	-100%	0	15	0
Guatemala	-%	N/D	N/D	N/D
Honduras	500%	6	1	6
México	-%	40	N/D	N/D
Nicarágua	33%	8	6	28
Peru	-%	3	0	0
Uruguai	-%	0	0	0
Venezuela	56%	61	39	12
TOTAL		279	66	48

Tortura

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	-%	0	0	0
Bolívia	-100%	0	4	0
Brasil	-	0	0	0
Colômbia	-%	0	N/D	N/D
Cuba	-%	0	N/D	N/D
Equador	-%	0	0	0
Guatemala	-%	1	N/D	N/D
Honduras	-%	0	0	0
México	-%	0	N/D	N/D
Nicarágua	-86%	2	14	2
Peru	-%	0	0	0
Uruguai	-%	0	0	0
Venezuela	-%	0	0	0
TOTAL		3	18	2

Agressões e ataques

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	-57%	22	51	42
Bolívia	10%	96	87	18
Brasil	489%	112	19	N/A
Colômbia	-%	301	N/D	N/D
Cuba	-%	114	N/D	N/D
Equador	-52%	61	127	24
Guatemala	-%	99	N/D	N/D
Honduras	-42%	53	92	46
México	-%	374	N/D	N/D
Nicarágua	-16%	143	171	125
Peru	1600%	34	2	5
Uruguai	-33%	6	9	5
Venezuela	-9%	215	236	41
TOTAL		1630	794	306

Discurso estigmatizante

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	-79%	3	14	0
Bolívia	-69%	5	16	21
Brasil	169%	159	59	N/D
Colômbia	-%	24	N/D	N/D
Cuba	-%	26	N/D	N/D
Equador	-71%	7	24	9
Guatemala	-%	1	N/D	N/D
Honduras	175%	11	4	5
México	-%	66	N/D	N/D
Nicarágua	36%	30	22	4
Peru	-%	7	0	0
Uruguai	100%	10	5	1
Venezuela	55%	48	31	3
TOTAL		397	175	43

Restrições de acesso à informação

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	-80%	2	10	2
Bolívia	-88%	4	32	3
Brasil	86%	13	7	N/D
Colômbia	-%	84	N/D	N/D
Cuba	-%	1	N/D	N/D
Equador	567%	20	3	6
Guatemala	-%	3	N/D	N/D
Honduras	122%	20	9	10
México	-%	0	N/D	N/D
Nicarágua	72%	43	25	24
Peru	100%	2	1	0
Uruguai	-67%	2	6	1
Venezuela	-29%	85	119	38
TOTAL		279	212	84

Processos judiciais criminais e civis

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	367%	14	3	1
Bolívia	-67%	1	3	0
Brasil	388%	39	8	N/D
Colômbia	-%	39	N/D	N/D
Cuba	-%	0	0	0
Equador	133%	14	6	6
Guatemala	-%	0	0	0
Honduras	100%	14	7	3
México	-%	31	0	0
Nicarágua	33%	12	9	8
Peru	-60%	4	10	3
Uruguai	-100%	0	4	4
Venezuela	220%	32	10	8
TOTAL		200	60	33

Uso abusivo do poder estatal

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	-%	1	0	3
Bolívia	0%	4	4	12
Brasil	83%	11	6	N/D
Colômbia	-%	0	N/D	N/D
Cuba	-%	25	N/D	N/D
Equador	75%	7	4	7
Guatemala	-%	6	N/D	N/D
Honduras	-50%	2	4	4
México	-%	14	N/D	N/D
Nicarágua	-97%	33	1013	20
Peru	300%	4	1	4
Uruguai	-%	3	0	0
Venezuela	-60%	28	70	62
TOTAL		138	1102	112

Normas contrárias aos parâmetros internacionais

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	-%	2	0	0
Bolívia	0%	2	2	6
Brasil	-%	1	0	N/D
Colômbia	-%	0	N/D	N/D
Cuba	0%	0	N/D	N/D
Equador	200%	3	1	0
Guatemala	-%	0	N/D	N/D
Honduras	-100%	0	2	1
México	-%	0	0	0
Nicarágua	-33%	2	3	0
Peru	-%	0	0	0
Uruguai	200%	3	1	1
Venezuela	-100%	0	8	3
TOTAL		13	17	11

Restrições na Internet

País	Variação 2020-2019	2020	2019	2018
Argentina	0%	2	2	3
Bolívia	-86%	2	14	2
Brasil	167%	80	30	N/A
Colômbia	-%	37	N/D	N/D
Cuba	-%	36	N/D	N/D
Equador	31%	17	13	25
Guatemala	-%	0	N/D	N/D
Honduras	133%	7	3	5
México	-%	148	N/D	N/D
Nicarágua	100%	8	4	12
Peru	200%	3	1	1
Uruguai	-100%	0	1	0
Venezuela	-71%	36	124	26
TOTAL		376	192	74

Resultados por país

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Argentina

CONTEXTO

A escalada da perseguição legal

A situação das liberdades fundamentais na Argentina em 2020 foi caracterizada pela instrumentalização da lei para perseguir, intimidar e silenciar jornalistas. A parceira VdS FOPEA registrou 48 alertas relacionados a violações à liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e segurança e proteção de jornalistas. Essa redução de -43% em relação a 2019 foi impulsionada por -80% nas restrições de acesso à informação, -79% em discurso estigmatizante, -57% em agressões e ataques e -50% nas detenções arbitrárias. No entanto, o governo e outros atores políticos são responsáveis por um aumento importante na criminalização do jornalismo. No total, 58% dos alertas identificam o Estado como agressor; além disso, os processos judiciais contra meios de comunicação e jornalistas aumentaram 367%, com 14 casos em 2020. A criminalização do jornalismo corrói a confiança do público no jornalismo e justifica outras formas de violência. Isso traz medo aos jornalistas que se sentem cerceados tanto pelo governo quanto por seus apoiadores, o que pode levar à autocensura e a um desincentivo a denúncias de violações das liberdades fundamentais.

• Tendências

Uma sinistra coalizão contra as liberdades fundamentais

A estigmatização dos jornalistas na Argentina começa com um acordo entre detentores do poder político, autoridades judiciais politizadas e "jornalistas militantes". [6] Como resultado, os jornalistas são vítimas de processos dirigidos e politicamente

6 Termo usado na Argentina para designar jornalistas alinhados ao governo, leais em promover as linhas editoriais oficiais e proteger interesses ocultos.

motivados, tendência identificada como uma grande ameaça no Relatório Sombra VdS 2019. Um político suspeito de corrupção pode começar a estigmatizar e acusar um jornalista que cobre seu caso de irregularidades para dissuadi-lo de continuar a denunciar. O discurso violento do político é amplificado por jornalistas militantes e validado por um juiz amigo que legitima sua narrativa por meio de um processo judicial malicioso e politizado. Essa tendência é exemplificada pelo caso do jornalista Daniel Santoro, destaque no Relatório 2019. Em outubro de 2020, o juiz Alejo Ramos Padilla (alinhado com o partido no poder que está sendo investigado como parte do trabalho jornalístico de Santoro) avançou com o processo judicial em andamento contra o jornalista. O caso contra Santoro o vincula a espionagem ilegal e ações de inteligência por contar com uma fonte acusada de suposta extorsão. Os processos judiciais criminais e civis contra jornalistas têm graves consequências. Eles os exaurem física, emocional e financeiramente. Seu objetivo é silenciar vozes inconvenientes. Esse conluio entre políticos, juízes e jornalistas militantes é uma grande ameaça às liberdades fundamentais na Argentina.

Em foco

Uma crise de sustentabilidade agravada

A sustentabilidade do jornalismo independente de qualidade requer modelos de negócios inovadores e resilientes, bem como abordagens jornalísticas que envolvam o público. Este último ajuda a construir confiança, o que inspira o apoio geral a jornalistas e à mídia. Um contexto de problemas econômicos generalizados já era um desafio para o progresso em direção ao Indicador 16.10.1 na Argentina antes do início da pandemia de COVID-19. O impacto econômico da pandemia tornou mais difícil a viabilidade financeira do jornalismo independente de qualidade. A desinformação e as restrições ao acesso à informação prejudicam a confiança do público nos jornalistas e na mídia. A situação facilita o discurso estigmatizante patrocinado pelo Estado. Também contribui para a alocação nebulosa de verbas governamentais na compra de anúncios para enfraquecer a credibilidade e sustentabilidade de jornalistas independentes, enquanto recompensa jornalistas militantes. Jornalistas e mídia, especialmente veículos menores estabelecidos fora de Buenos Aires, enfrentam uma crise de viabilidade grave.

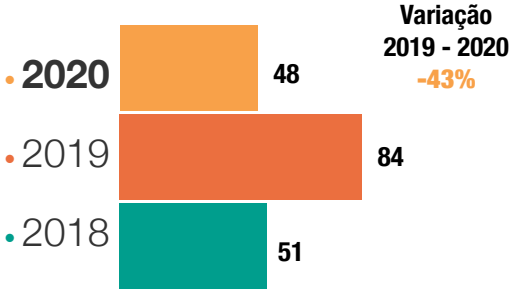
• Recomendações

Públicos, OSCs, empresas e funcionários públicos com o compromisso comum de apoiar a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, o acesso à informação e a segurança e proteção dos jornalistas devem colaborar para consagrar o papel do jornalismo na democracia, estimular a sustentabilidade da mídia e impedir a criminalização do jornalismo. Uma proposta da sociedade civil em favor de uma lei que concedesse 0,3% das obras públicas aos meios de comunicação locais para escrutinar a implementação dessas obras poderia ancorar esses esforços. Tal iniciativa seria coerente com o reconhecimento do Secretário-Geral da ONU de que o ODS 16 deve ser usado para melhorar a entrega de bens e serviços públicos. Além disso, todas as partes interessadas devem se preparar para o processo eleitoral programado para 2021. As tensões podem atingir o pico, e a violência contra jornalistas e mídia pode continuar, como indicam as tendências na região em 2020. É importante tomar medidas para proteger os jornalistas, bem como para mitigar o discurso estigmatizante que provavelmente ocorrerá contra esses profissionais.

Argentina

INDICADORES VDS – Janeiro- Dezembro 2020

Alertas por ano



Indicadores

22 Agressões e ataques

14 Processos judiciais criminais e civis

3 Discursos estigmatizantes

2 Marcos jurídicos contrários aos parâmetros internacionais

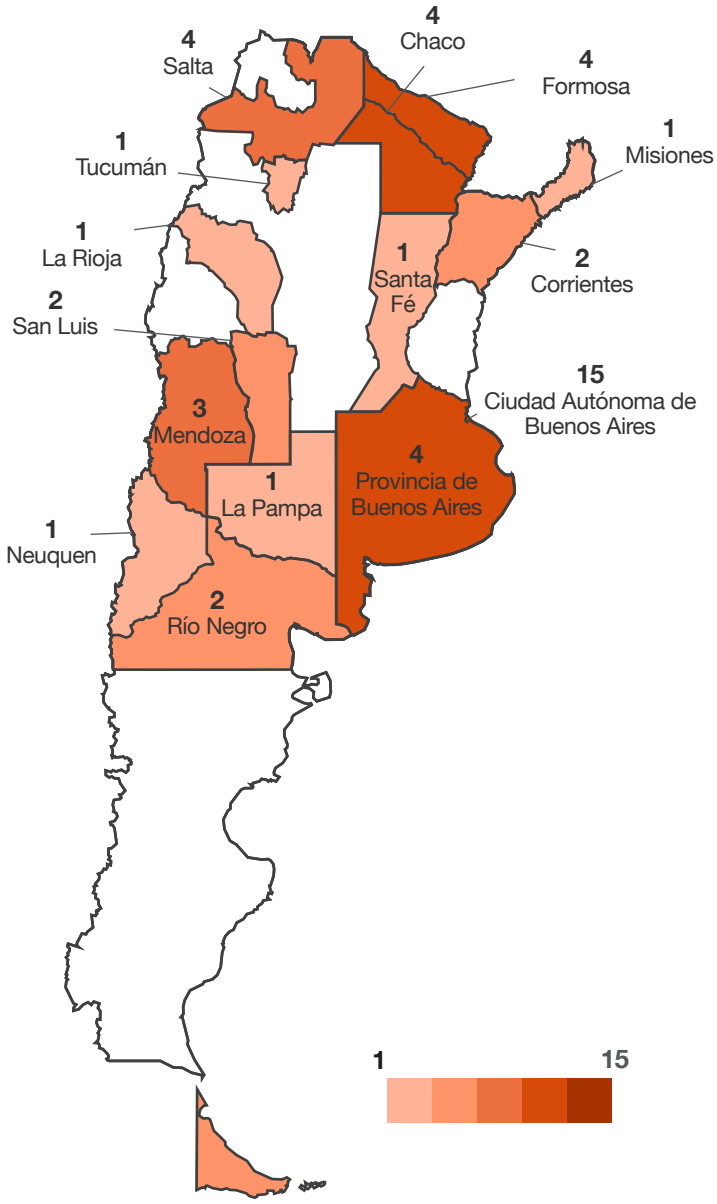
2 Restrições na internet

2 Detenções arbitrárias

2 Restrições de acesso à informação

1 Uso abusivo do poder estatal

Alertas por localidade

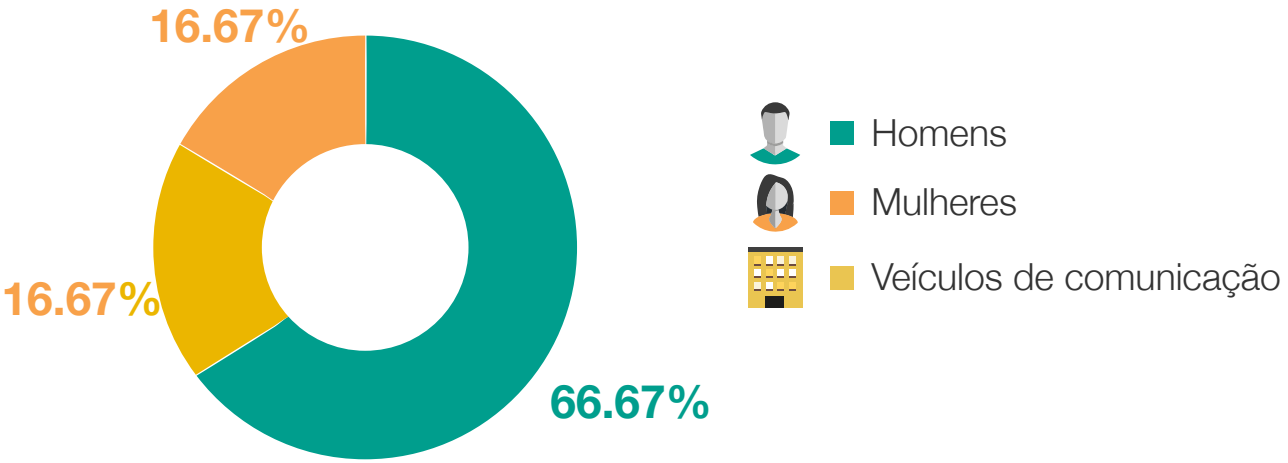


Os procedimentos judiciais contra meios de comunicação e jornalistas **cresceram 367% em 2020.**

Argentina

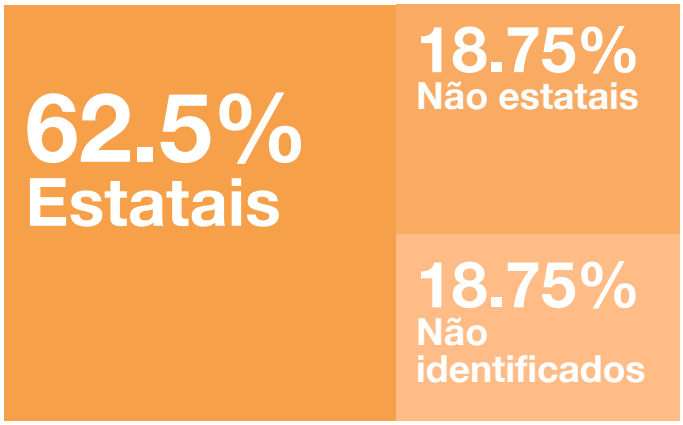
INDICADORES VDS – Janeiro- Dezembro 2020

Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação

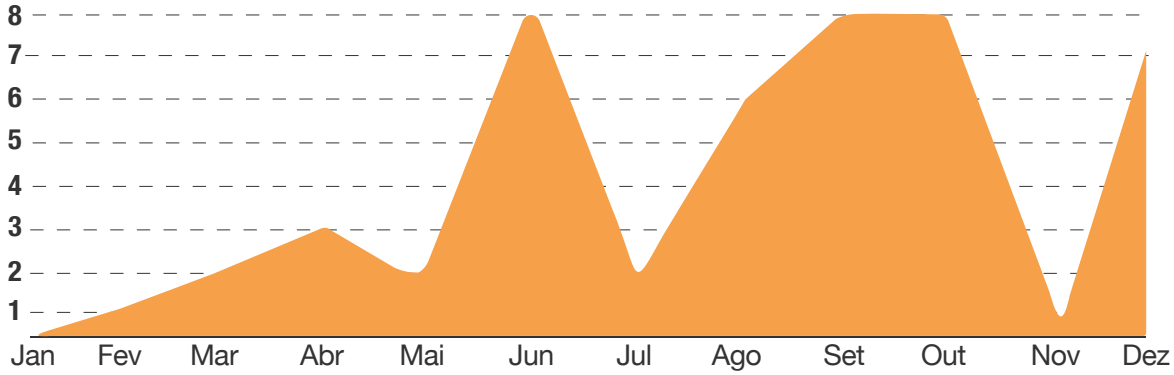


Vítimas

Agressores



Alertas por mês



Créditos: F. Chávez | www.anp-bolivia.com

Bolívia

CONTEXTO

COVID-19 e a violência política deterioram as liberdades fundamentais

A situação da liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e segurança e proteção dos jornalistas é delicada na Bolívia há mais de uma década. Depois da agitação social que gerou protestos massivos em 2019, essas liberdades fundamentais foram afetadas pela pandemia de COVID-19 e pela renovada violência política em 2020. As políticas da presidente interina Jeanine Áñez em resposta à pandemia minaram as liberdades fundamentais sob o argumento de combater a desinformação. O parceiro VdS ANP registrou 117 alertas totais em 2020, uma redução de -28% impulsionada por uma redução de -88% nos alertas relativos a restrições de acesso à informação, -86% em restrições de Internet, -69% em discurso estigmatizante e -67% em processos judiciais criminais e civis. No entanto, esforços de longa data para estigmatizar jornalistas colocaram sistematicamente em risco suas vidas e bem-estar, resultando em um aumento de 10% nas agressões e ataques. Os fanáticos políticos são encorajados a atacar os repórteres enquanto eles trabalham, o que é evidente no fato de que 56% dos alertas identificam atores não estatais como os perpetradores. No entanto, desenvolvimentos promissores lançaram um vislumbre de esperança sobre a situação. Uma recente campanha cívica ajudou a derrubar a criminalização do jornalismo pelo governo interino, sob o pretexto de conter a desinformação. Além disso, o tom um tanto conciliatório do novo governo do partido MAS do presidente Luis Arce, empossado em novembro de 2020, sinaliza uma grande diferença

em relação ao caráter hostil do restante da liderança do partido no governo. Porta-vozes do partido governante continuam a rotular os jornalistas como servos de interesses estrangeiros e a usá-los como bodes expiatórios para as deficiências do governo. Como tal, a situação permanece instável.

• Tendências

A violência floresce em meio à hostilidade e impunidade

O ano de 2020 foi marcado por confrontos entre o MAS, o governo interino e outros atores políticos, todos em um contexto de reação contra as medidas rígidas para a contenção da COVID-19 e de um processo eleitoral turbulento. Quando o governo provisório determinou um lockdown severo, membros e simpatizantes do MAS lideraram protestos que duraram 14 dias e provocaram ataques brutais a três equipes jornalísticas, que quase levaram ao linchamento de repórteres por multidões furiosas. David Sapiencia, fotógrafo, foi espancado até ficar inconsciente e quase morreu durante a cobertura que fazia em uma cidade rural. Nem essa tentativa de homicídio, nem outros casos foram investigados pelas autoridades. Se esses crimes permanecerem impunes, a violência contra jornalistas e meios de comunicação continuará se normalizando na Bolívia em detrimento da democracia. Uma hostilidade generalizada contra a atividade jornalística se enraizou na sociedade boliviana, em consequência de mais de uma década de estigmatização. O reinado da impunidade permite violência mortal contra jornalistas. Essas tendências, em contraste com a diminuição do número de alertas registrados na Bolívia em 2020, refletem uma barreira estrutural mais profunda às liberdades fundamentais.

Em foco

O grande impacto da pandemia no jornalismo independente

A pandemia de COVID-19 foi catastrófica para o jornalismo independente na Bolívia. A parceira ANP informa que pelo menos 13 jornalistas morreram e mais de uma centena pode ter sido infectada em função de seu trabalho. Esses relatórios não podem ser verificados de forma independente, e é provável que haja subnotificação. Além disso, o encerramento das atividades de vários meios de comunicação e a redução das equipes em outras empresas afetaram o público e os trabalhadores da mídia. Repórteres, operadores de câmera, fotógrafos e outros profissionais perderam seus meios de subsistência. A pandemia também afetou o acesso a informações confiáveis, dificultando os relatos. As autoridades públicas usaram a pandemia como desculpa para justificar o não cumprimento das normas de acesso à informação. Eles deixam de fornecer as informações solicitadas, citando a emergência de saúde pública como motivo para atrasar os procedimentos, obstruindo a responsabilidade e a transparência.

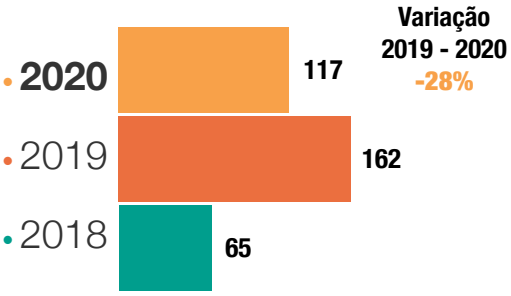
• Recomendações

A salvaguarda das liberdades fundamentais na Bolívia exige quebrar as tendências de longa data de estigmatização e impunidade. Os ataques brutais contra jornalistas ocorridos em 2020, principalmente a tentativa de assassinato de David Sapiencia, devem se tornar um ponto de inflexão para a sociedade boliviana. Autoridades, líderes dos setores público e privado, sociedade civil, líderes de movimentos sociais e o público em geral devem se unir para garantir que a justiça seja feita nesses casos e para acabar com todas as formas de discurso estigmatizante. O início do governo do presidente Arce pode oferecer uma oportunidade para reiniciar relações cordiais entre os detentores do poder, o público e os jornalistas. É fundamental que seja obtido amplo apoio para o desenvolvimento da mídia. Modelos de negócios resilientes e jornalismo envolvente são os blocos de construção para a viabilidade de longo prazo do jornalismo independente de qualidade na Bolívia.

Bolívia

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Alertas por ano



Indicadores

96 Agressões e ataques

5 Discursos estigmatizantes

4 Uso abusivo do poder estatal

4 Restrições de acesso à informação

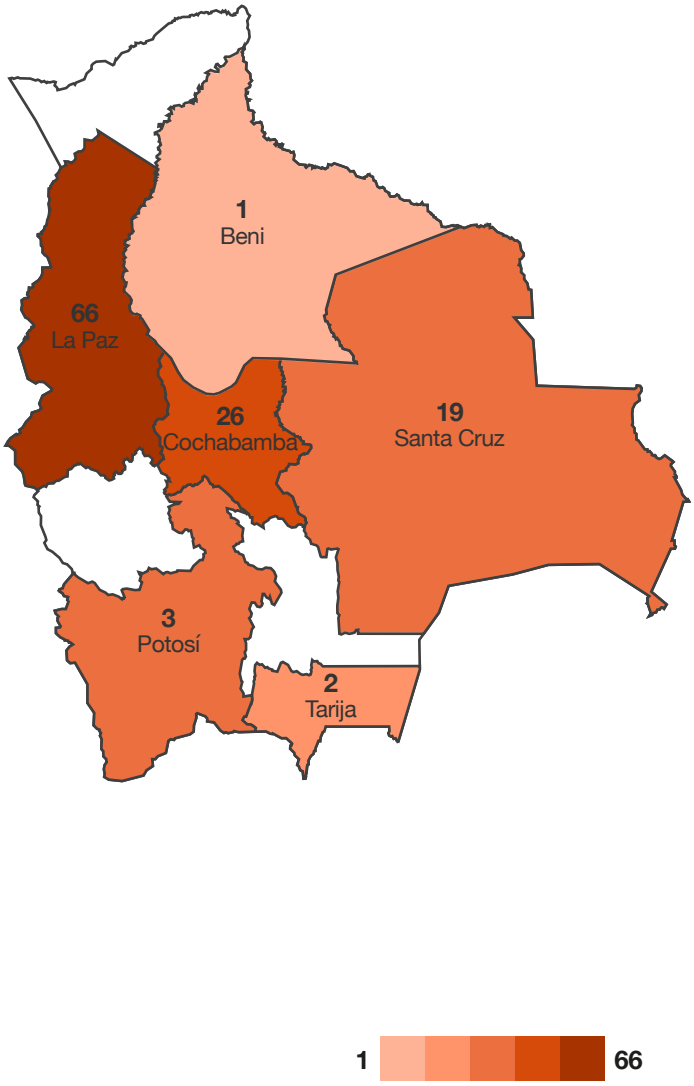
3 Detenções arbitrárias

2 Restrições na internet

2 Marcos jurídicos contrários aos parâmetros internacionais

1 Processo judicial criminal e civil

Alertas por localidade

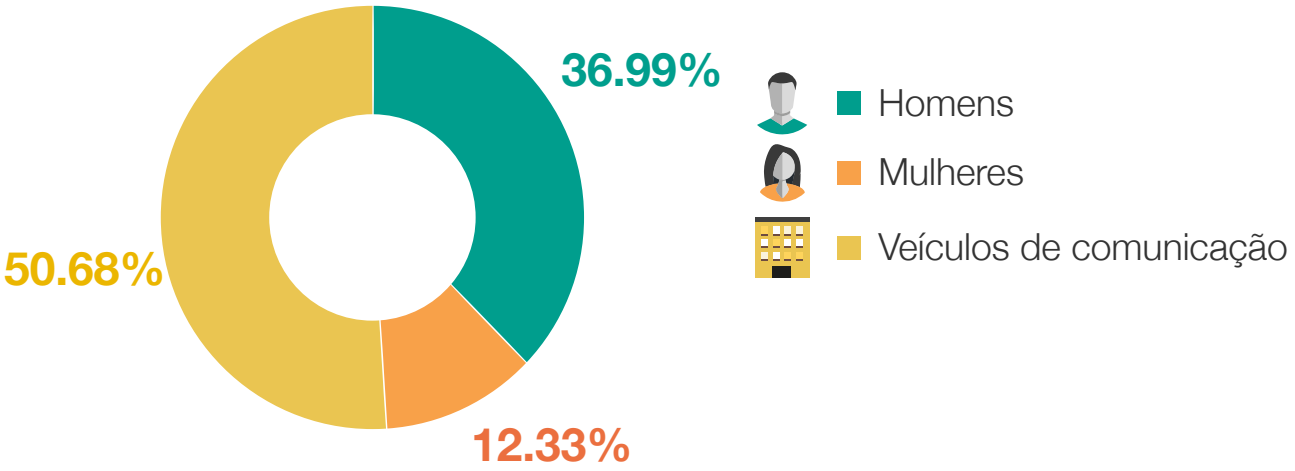


Na Bolívia, **56% dos alertas em 2020** tiveram agressores não estatais.

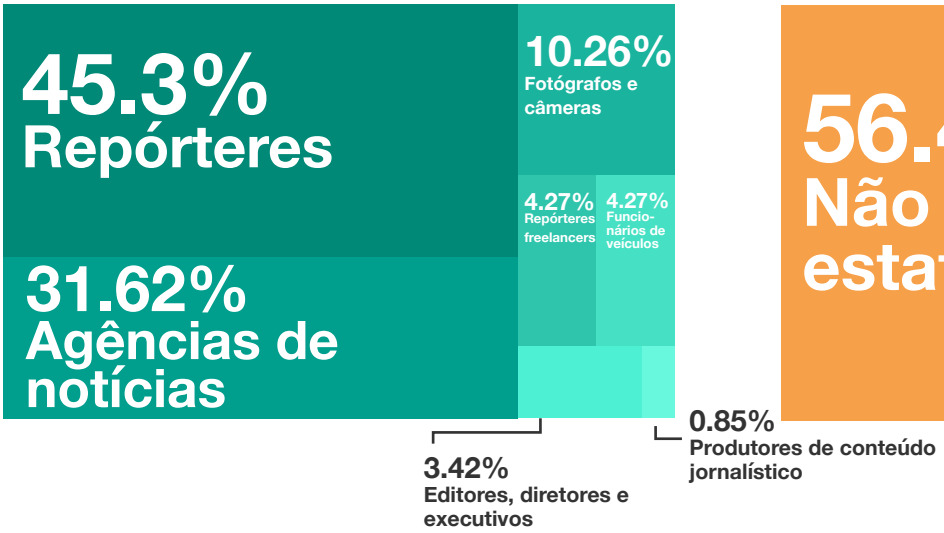
Bolívia

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

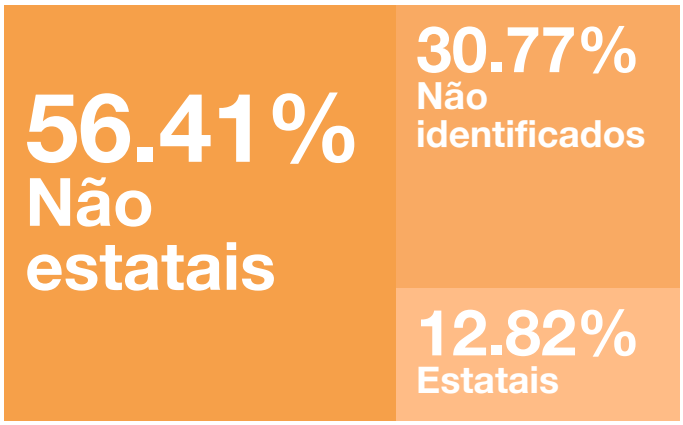
Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação



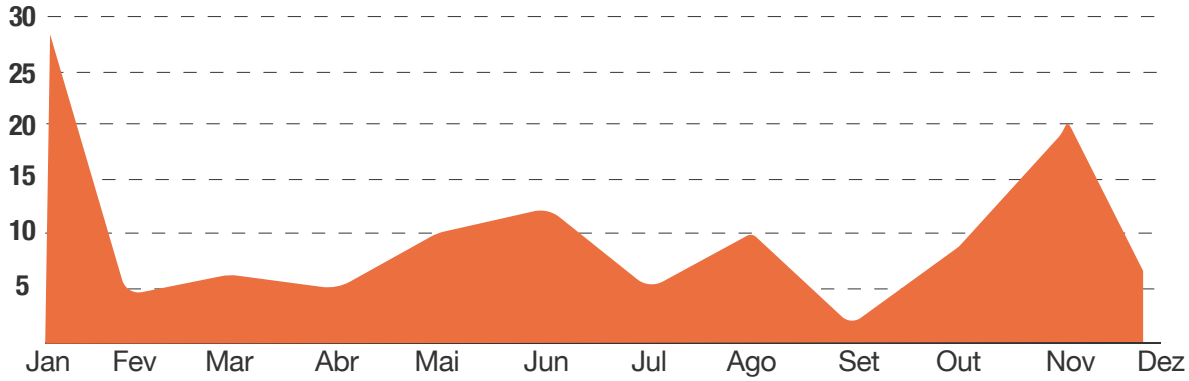
Vítimas



Agressores



Alertas por mês



Créditos: Dida Sampaio | Estado de S. Paulo

Brasil

CONTEXTO

O chefe de Estado e de governo ataca as liberdades fundamentais

A liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e a segurança e proteção dos jornalistas no Brasil se deterioraram sob a presidência de Jair Bolsonaro. Liderado por seu chefe de Estado, o governo brasileiro estigmatiza jornalistas, corrói a confiança do público no jornalismo e incentiva a violência de seus apoiadores. Em 2020, o parceiro VdS ABRAJI registrou um total de 419 alertas. O crescimento de 222% no total de alertas em 2020 está diretamente relacionado ao aumento colossal de 489% nas agressões e ataques. O Estado brasileiro foi identificado como agressor em 74% de todos os alertas. Políticos e autoridades do judiciário seguem o exemplo do presidente, usando os tribunais para silenciar jornalistas; os processos judiciais criminais e civis contra a mídia e jornalistas aumentaram de 8 para 39 casos em 2020, ou 388%. As detenções arbitrárias aumentaram 200%, o discurso estigmatizante, 169%, as restrições à Internet, 167%, as restrições ao acesso à informação, 86%, e o uso abusivo do poder do Estado, 83%. A propagação da desinformação em torno da pandemia de COVID-19 justificou medidas para colocar em risco a privacidade e tornar uma arma a regulamentação da desinformação. O "PL das Fake News" é uma ameaça às liberdades fundamentais sob o pretexto de legitimidade, enquanto jornalistas (especialmente mulheres) enfrentam ameaças e riscos online.

• Tendências

Jornalistas sitiados por todos os lados

O presidente Bolsonaro, seus seguidores, congressistas, autoridades judiciais e promotores atacam jornalistas com frequência e severidade alarmantes. O próprio significado e papel das liberdades fundamentais e da verdade estão sob ataque na esfera da opinião pública no Brasil. O governo Bolsonaro liderou uma estigmatização da imprensa que repercutiu no Estado e na sociedade. Ataques e assédio online se tornaram predominantes e sistemáticos; ameaças nas redes sociais dão lugar a ataques coordenados em massa. As instituições públicas, principalmente o sistema judicial, são usadas como armas contra os jornalistas. Freelancers e pequenos veículos são particularmente visados. Ordens forçando jornalistas a se retratar de trabalhos e censura (proibida constitucionalmente) surgiram como tendências para proteger os funcionários públicos de investigações. Por exemplo, um processo judicial impediu a TV Globo de publicar documentos relacionados à investigação do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente.

Em foco

Misoginia oficialmente sancionada

Ataques contra mulheres no jornalismo estão aumentando no Brasil, especialmente por meio de assédio misógino e intimidação online. Mulheres no jornalismo (especialmente mulheres afro-brasileiras, indígenas e LGBTQIA+) enfrentam obstáculos desproporcionais em comparação com seus colegas homens, incluindo assédio sexual, discriminação e desigualdade salarial. A violência contra a mulher no jornalismo é perpetrada e legitimada pelo poder público brasileiro, uma violação dos acordos internacionais firmados pelo Estado. Essa situação foi denunciada pela jornalista Bianca Santana perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU durante sua 44ª sessão, na qual ela relatou como foi agredida pelo presidente Bolsonaro.[7] Da mesma forma, a jornalista Patrícia Campos Mello foi atacada por meio de um esforço coordenado em todo o governo, incluindo extenso e cruel assédio online – em uma audiência no Congresso ela chegou a ser acusada, levianamente, de estar disposta a trocar sexo por informação. Esses ataques, cada vez mais comuns, são legitimados por políticos, incluindo o deputado Eduardo Bolsonaro, um dos filhos do presidente.

• Recomendações

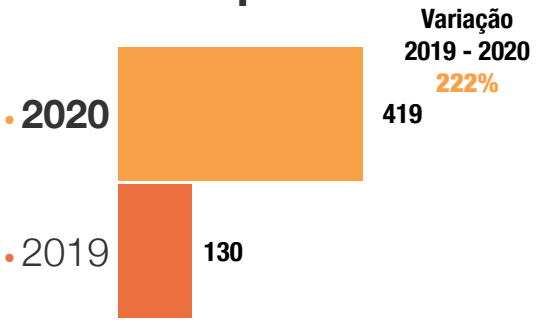
A escalada de violações das liberdades fundamentais no Brasil em 2020 é um prenúncio de maior perigo no horizonte. O contexto pré-eleitoral de 2021 e as eleições presidenciais de 2022 podem incentivar a violência de detentores de poder e fanáticos que veem os jornalistas como inimigos. Uma coalizão de OSCs, jornalistas e funcionários públicos deve se unir para fortalecer os esforços de monitoramento, incutir uma compreensão clara do papel do jornalismo nos corações e mentes do público e fortalecer os mecanismos de proteção diante de ameaças emergentes, como a violência online. As mulheres jornalistas devem estar no centro desses esforços. São necessárias estratégias para se envolver com as grandes plataformas tecnológicas e responsabilizá-las pela proliferação de desinformação. Caso contrário, seu impacto negativo – como o enfraquecimento dos modelos de negócios da mídia, permitindo a disseminação da desinformação ou estimulando a violência digital – superará seu potencial de democratizar a comunicação e a informação.

7 https://artigo19.org/2020/07/07/ataques-do-governo-bolsonaro-a-mulheres-jornalistas-sao-denunciados-ao-conselho-de-direitos-humanos-da-onu-nesta-terca-feira/

Brasil

INDICADORES VDS – Janeiro- Dezembro 2020

Alertas por ano



Indicadores

159 Discursos estigmatizantes

112 Agressões e ataques

80 Restrições na internet

39 Processos judiciais criminais e civis

13 Restrições de acesso à informação

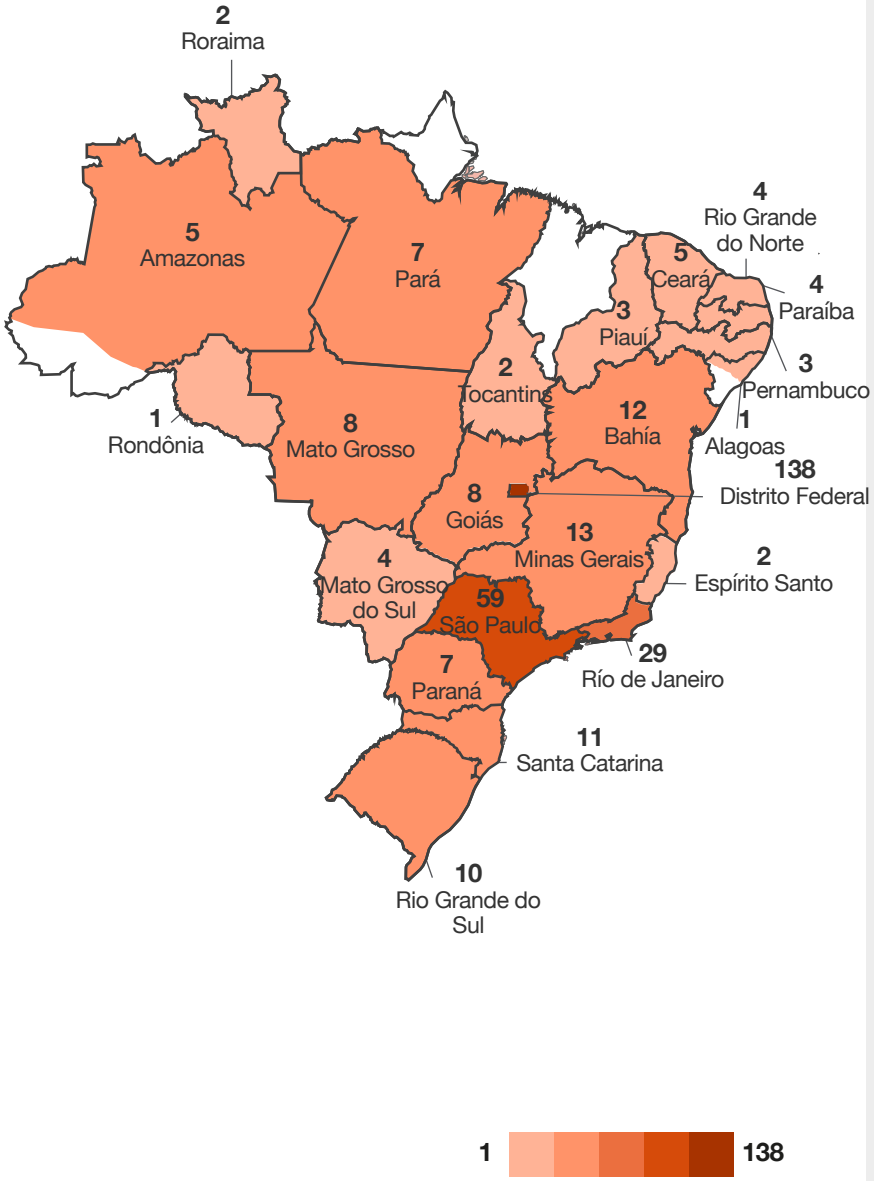
11 Uso abusivo do poder estatal

3 Detenções arbitrárias

1 Marco jurídico contrário aos parâmetros internacionais

1 Assassinato

Alertas por localidade

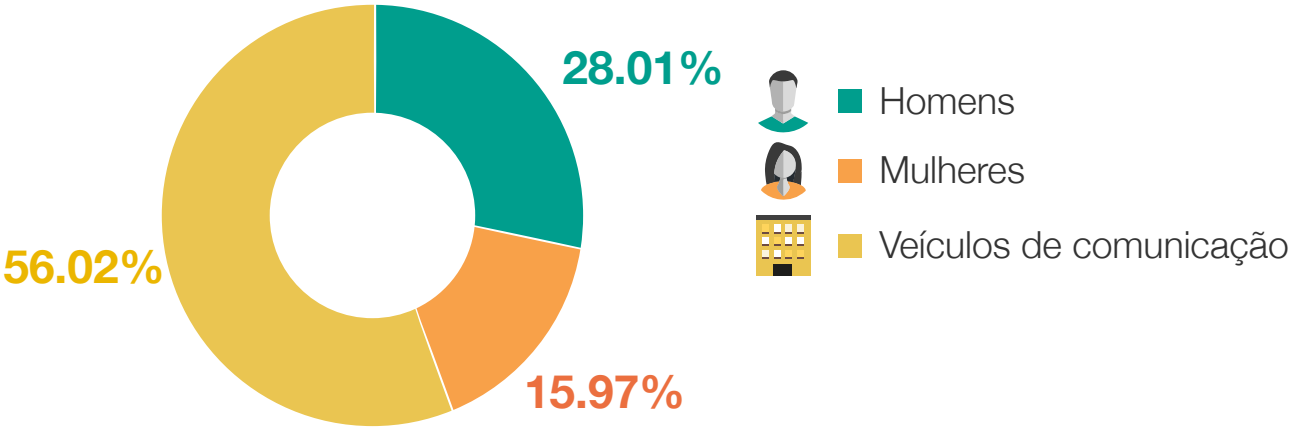


No Brasil, **o Estado foi identificado como o agressor em 74%** dos alertas.

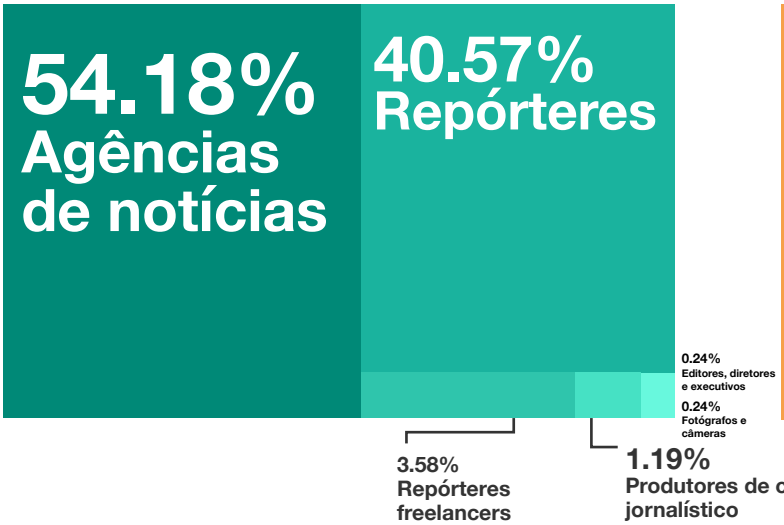
Brasil

INDICADORES VDS – Janeiro- Dezembro 2020

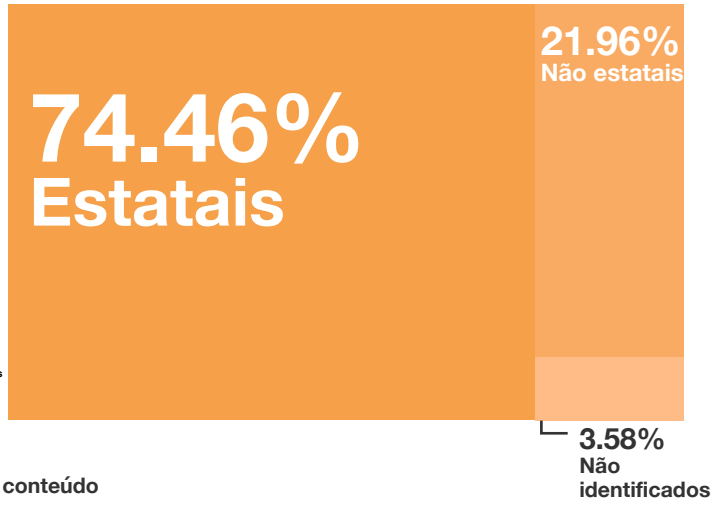
Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação



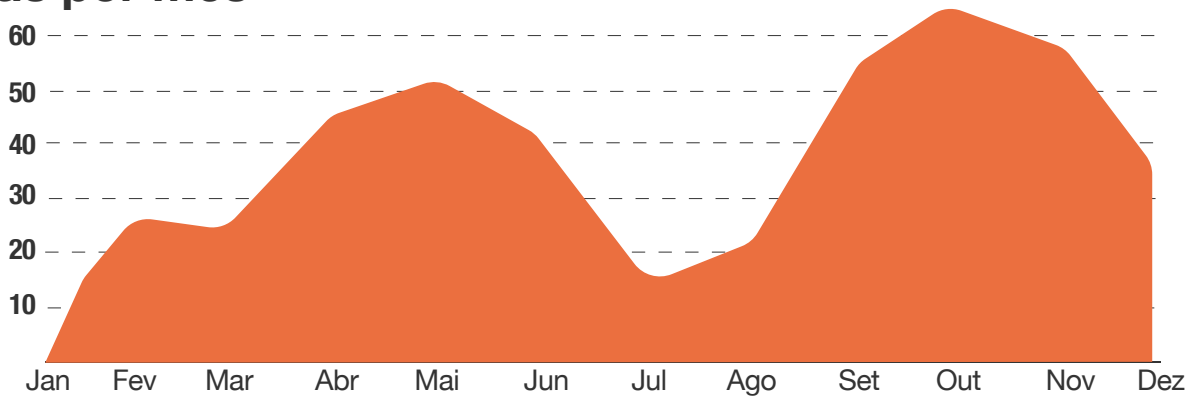
Vítimas



Agressores



Alertas por mês



Créditos: Rowena Neme - @nemero | www.flip.org.co

Colômbia

CONTEXTO

O rescaldo do conflito armado, uma paz indescritível e a COVID-19

Para compreender a liberdade de expressão, liberdade de imprensa, o acesso à informação e a segurança e proteção de jornalistas na Colômbia é preciso considerar o conflito prolongado que envolveu o país e terminou num processo de paz ainda inconcluso. Desde as negociações entre o governo do ex-presidente Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias do Exército Popular da Colômbia (FARC-EP) em 2016, o conflito ressurgiu à medida que grupos dissidentes preenchiam o vácuo deixado por ex-militantes das FARC e o governo falhava em suas obrigações. Entre 2019 e 2020, novos grupos armados não estatais, semelhantes aos de décadas anteriores ao processo de paz, se organizaram. Em regiões onde a presença do estatal é limitada, esses grupos exercem controle sobre o território e a comunidade. O país testemunhou e continua a sofrer uma violência indescritível contra jornalistas em consequência dessa situação. Jornalistas enfrentam exílios, deslocamentos internos e ameaças de assassinato regularmente. Em 2020, o parceiro VdS FLIP registrou 499 alertas, incluindo dois assassinatos (0,4%), 11 detenções arbitrárias (2%), 301 agressões e ataques (60%), 39 processos judiciais criminais e civis (8%), 24 casos de discurso estigmatizante (5%), 84 violações de restrições de acesso à informação (17%), 37 restrições de Internet (7%) e um sequestro (0,2%). Em resposta à pandemia de COVID-19, o governo assumiu poderes especiais, incluindo um decreto presidencial que estendeu o tempo de resposta aos pedidos de informação de 15 para 30

dias. Isso afetou o trabalho dos jornalistas, visto que o acesso a informações oportunas e precisas é de extrema importância.

• Tendências

Criminosos e ameaças legais

Os autores diretos e intelectuais da violência contra jornalistas na Colômbia são frequentemente desconhecidos. As agressões e ataques mais hediondos são quase sempre realizados de forma anônima, o que torna o seu julgamento especialmente difícil, resultando em altos níveis de impunidade. Felipe Guevara, repórter policial de Cali, 27 anos, foi baleado na rua por um agressor desconhecido e acabou morrendo, dias antes do Natal. Os jornalistas são mais vulneráveis em regiões onde reina a ilegalidade e atores não estatais preenchem esse vácuo. As violações são subnotificadas por medo de repercussões. Na escassa região governamental de Chocó, há medo generalizado e autocensura sobre determinados temas e atores, sobretudo o crime organizado. Jornalistas e veículos colombianos enfrentam processos judiciais civis e criminais iniciados por atores estatais e não estatais que armam o sistema judicial por meio do uso de maliciosos processos judiciais por procuração. O mecanismo de proteção existente para jornalistas e defensores dos direitos humanos é inadequado ou mesmo negligente, deixando de resguardar esses grupos.

Em foco

O papel das forças armadas e da polícia

Em 2020, o Exército Nacional foi o principal autor de violações das liberdades fundamentais. Foi apontado como o agressor direto no assassinato de Abelardo Liz, jornalista indígena da região de Cauca que morreu com tiros no peito e abdômen. Ele estava cobrindo um ataque do Exército contra um grupo indígena que reivindicava seu direito a supostas terras ancestrais quando tiros foram disparados de uma posição ocupada pelo Exército, que posteriormente tentou justificar o uso da força por meio de um comunicado à imprensa. Nem o presidente Iván Duque nem outras autoridades condenaram a tragédia; sendo assim, há pouca esperança de justiça nesse caso. Em 1º de maio, uma investigação da revista colombiana Revista Semana revelou que o Exército vigiou ilegalmente 52 jornalistas e um número não divulgado de defensores dos direitos humanos e líderes sindicais em 2020[8] . A espionagem e as ameaças contra jornalistas foram amplamente documentadas e relatadas pelo parceiro FLIP. Até o momento, não existem medidas legais ou disciplinares conhecidas contra o pessoal do Exército por esses crimes. Além disso, entre 9 e 21 de setembro, 65 alertas foram registrados na Colômbia, a maioria perpetrada pela polícia no contexto de protestos em massa contra a brutalidade policial depois que o advogado Javier Ordóñez foi morto por policiais por supostamente violar as medidas de contenção da COVID-19. A Suprema Corte reconheceu que a polícia violou as liberdades fundamentais nos protestos. Ambas as situações refletem a terrível realidade enfrentada por jornalistas e pessoal da mídia na Colômbia.

• Recomendações

Medidas especiais devem ser implementadas para reconhecer e buscar justiça para crimes contra jornalistas cometidos durante o conflito armado. Esse é um ponto crucial para o reconhecimento do valor público do jornalismo, imperativo para uma democracia florescente e estável. Além disso, o Estado e outros atores devem fornecer mecanismos de proteção suficientes para o avanço dos jornalistas, os quais são necessários para garantir a liberdade de imprensa. Os mecanismos legais existentes não cumprem o mandato de proteger defensores dos direitos humanos e jornalistas, por isso precisam ser melhorados para atender aos padrões internacionais. Os autores diretos e intelectuais do assassinato de Abelardo Liz devem ser levados à justiça, e um mecanismo especial deve ser desenvolvido para coibir crimes contra jornalistas cometidos por autores desconhecidos, como o assassinato de Felipe Guevara. Uma combinação de responsabilidade por crimes anteriores e proteção contra crimes futuros será fundamental.

8 https://www.semana.com/nacion/articulo/espionaje-del-ejercito-nacional-las-carpetas-secretas-investigacion-semana/667616/

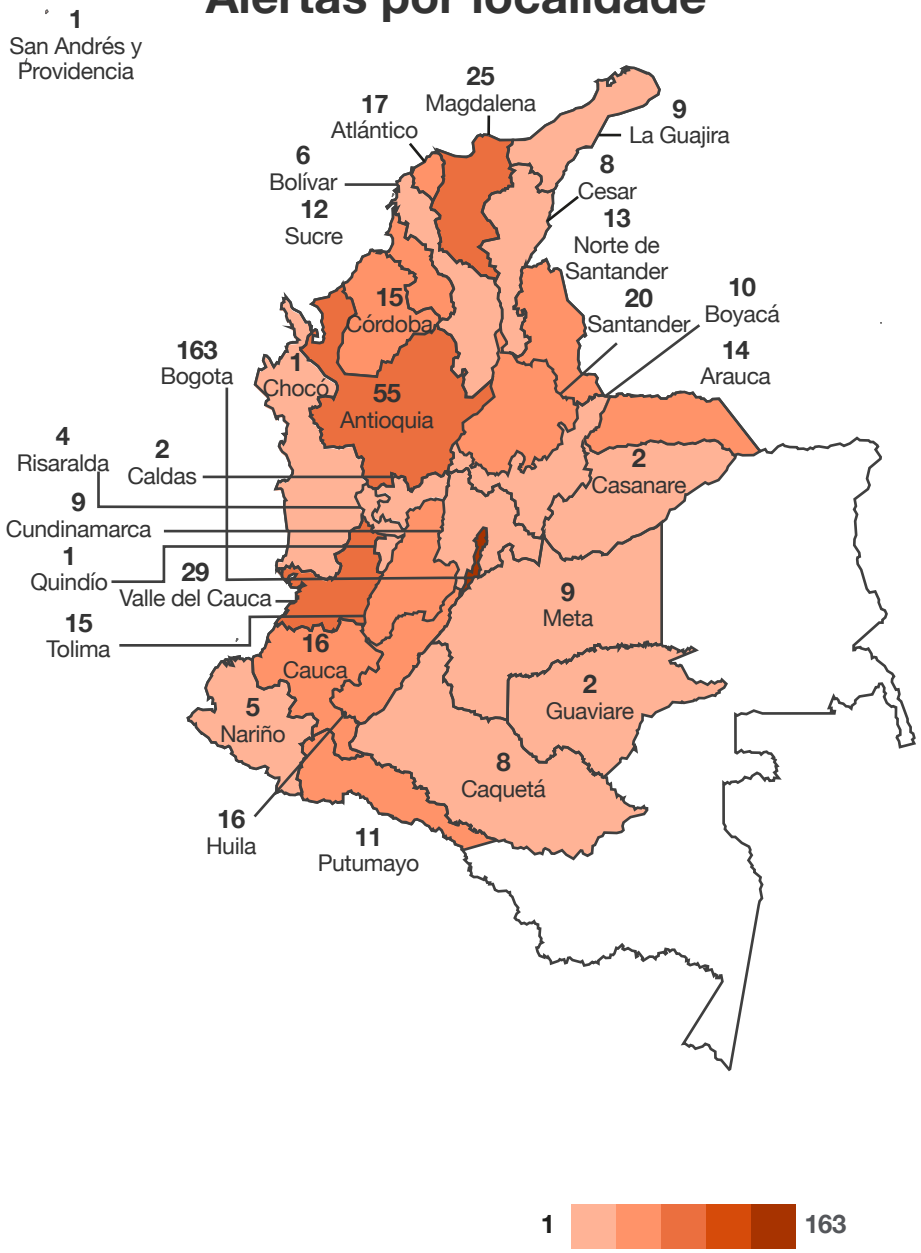
Colômbia

INDICADORES VDS – Janeiro- Dezembro 2020

Alertas em 2020

499

Alertas por localidade



Indicadores

301 Agressões e ataques

84 Restrições de acesso à informação

39 Processos judiciais criminais e civis

37 Restrições na internet

24 Discursos estigmatizantes

11 Detenções arbitrárias

2 Assassinatos

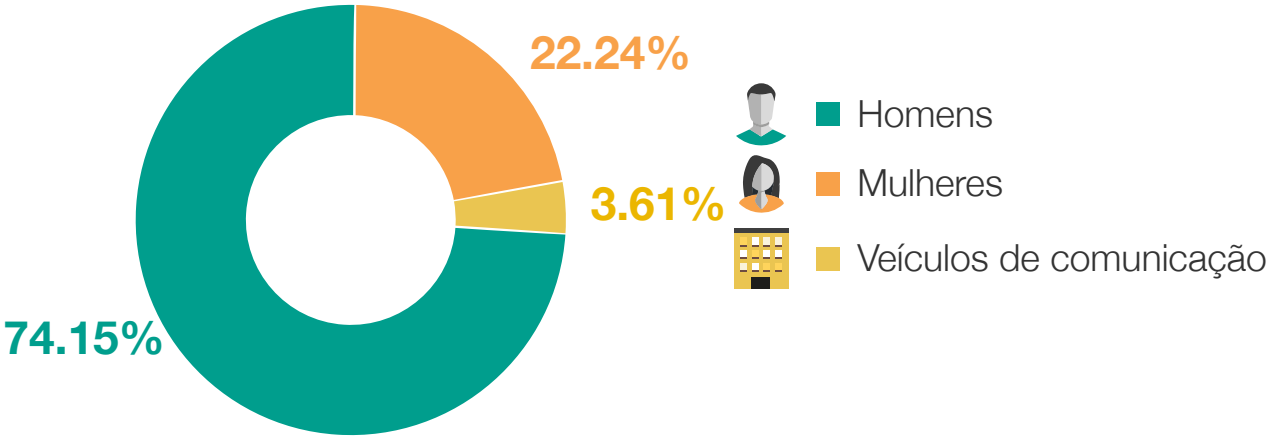
1 Sequestro

Dois jornalistas, **Abelardo Liz e Felipe Guevara, foram assassinados** na Colômbia em 2020.

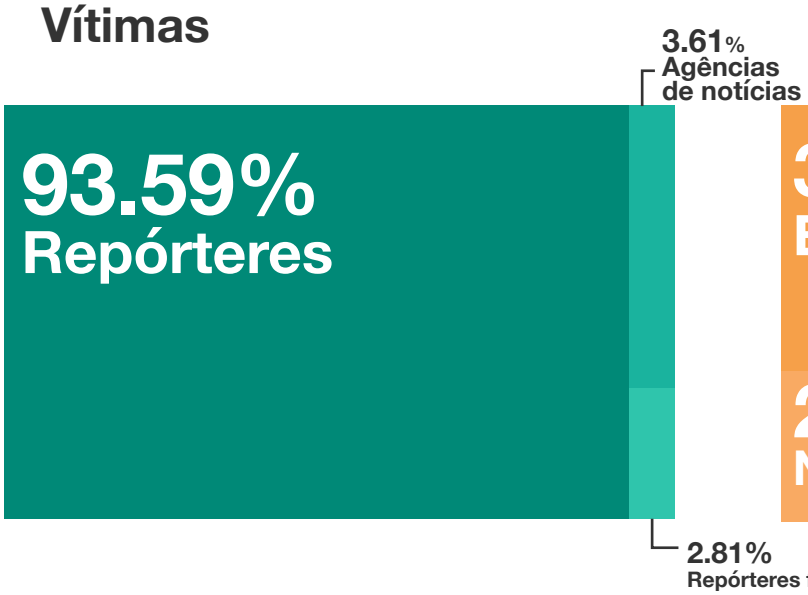
Colômbia

INDICADORES VDS – Janeiro- Dezembro 2020

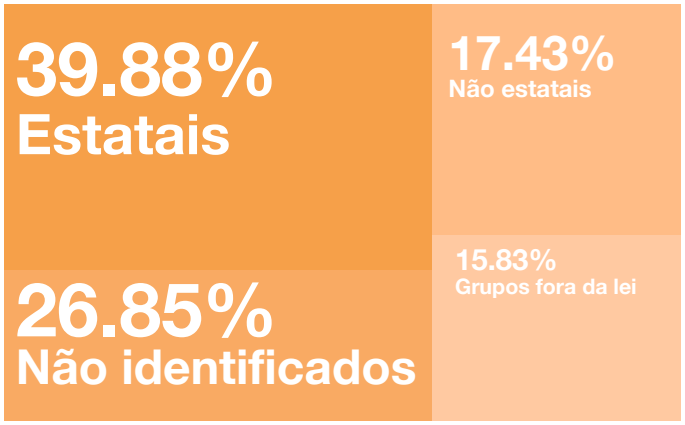
Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação



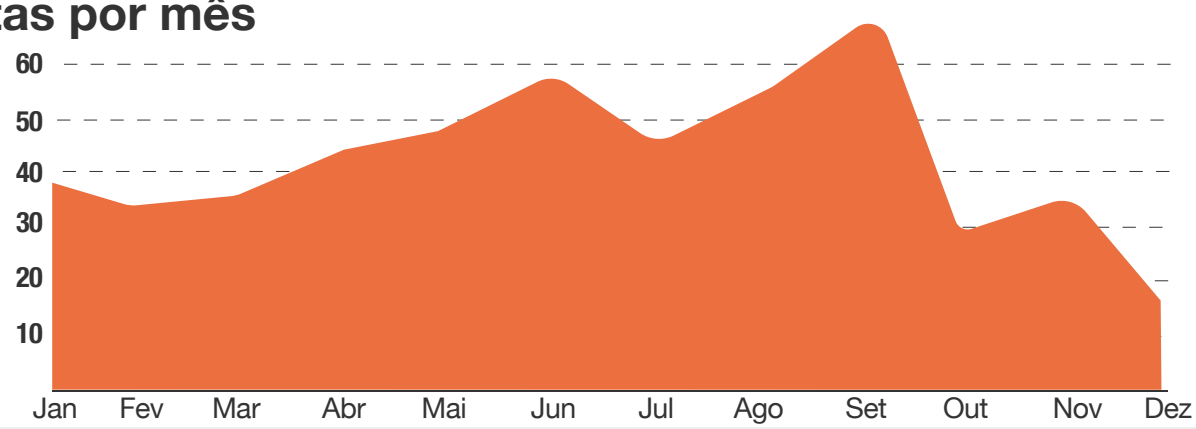
Vítimas



Agressores



Alertas por mês



Créditos: www.iclep.org

Cuba

CONTEXTO

As liberdades fundamentais são proibidas constitucionalmente

Muitos direitos fundamentais, descritos no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, não são reconhecidos em Cuba. De fato, o artigo 55 da Constituição cubana proíbe a liberdade de imprensa, estabelecendo que somente organizações de mídia estatais e controladas são permitidas. É ilegal buscar, receber e distribuir informações e ideias fora das reportagens sancionadas pelo Estado. Consequentemente, o jornalismo independente vem sendo criminalizado há mais de 60 anos no país. A perseguição contra jornalistas intensificou-se em 2020 no contexto da pandemia de COVID-19; 344 alertas foram registrados pelo parceiro VdS ICLEP, dos quais 142 (41%) correspondem a detenções arbitrárias, 114 (33%) a agressões e ataques, 36 (10%) a restrições na Internet, 26 (8%) a discurso estigmatizante e 25 (7%) ao uso abusivo do poder estatal. O surgimento de movimentos de protesto em junho e novembro de 2020, bem como a promulgação do Decreto Legal 370 “Sobre a Informatização da Sociedade Cubana” (editado em 2019), desencadearam uma nova onda de repressão. Jornalistas foram presos arbitrariamente dentro de suas casas, interrogados e submetidos a ameaças e apreensão de equipamentos por suas opiniões nas redes sociais. A estrutura institucional de Cuba se opõe a um ecossistema de mídia independente, plural e profissional. Ela favorece a manipulação do público com propaganda e negação dos fatos.

• Tendências

Liberdade de imprensa e resistência civil

O jornalismo independente de qualidade permite a resistência não violenta, ferramenta fundamental para a sociedade civil cubana em face de um regime autoritário e de leis repressivas. Reportagens verdadeiras sobre as demandas amplamente compartilhadas pelos cidadãos, a desobediência organizada e a falta de cooperação em face do poder opressor e da repressão brutal inspiram a resistência de setores cada vez mais amplos da sociedade cubana. Isso explica por que o regime cubano aumentou os ataques contra jornalistas em 2020 ao cobrir protestos contra a brutalidade policial e uma greve de fome do Movimento San Isidro de ativistas independentes, composto por artistas e jornalistas que protestavam contra a prisão política e condenação do rapper Denis Solis. Intimidação, assédio e ameaças deram lugar a detenções arbitrárias, prisões domiciliares e interrupção seletiva de dados móveis e serviços de telefone. As prisões domiciliares seguem um padrão: a polícia bloqueia jornalistas dentro de casa para impedi-los de sair por até um mês. Além disso, o aparato oficial de propaganda aumentou o nível de estigmatização dos jornalistas, rotulando-os de agentes estrangeiros e traidores. É ilegal coletar e distribuir informações de forma independente em Cuba, então o próprio jornalismo é um ato de resistência. O regime aumentou a repressão para conter o desafio, mas isso pode ser contraproducente para as autoridades se conduzir à agitação popular.

Em foco

Decreto 370 e outras limitações à liberdade digital

O Decreto 370 criminaliza "a difusão de informações contrárias ao bem comum, à moral, à decência e à integridade por meio de redes públicas de transmissão de dados" (artigo 68), inibindo as liberdades fundamentais. Ameaça e intimida jornalistas, alimentando a autocensura online e offline. Cuba tem uma das taxas de conectividade à internet mais baixas do hemisfério ocidental, o que tem se mostrado um obstáculo estrutural para o acesso à informação entre seus cidadãos. A conexão com a Internet é lenta e cara. A liberdade digital também é ameaçada por outros fatores, como um esforço maciço das autoridades para controlar, manipular e intimidar vozes críticas nas redes sociais por meio de "cyber-clarias" – nome dado pelos cubanos aos robôs e trolls do regime. O governo manipula o conteúdo online e sua distribuição, bloqueando o acesso a sites, direcionando o tráfego para propaganda política e interrompendo os serviços de comunicação.

• Recomendações

As autoridades cubanas devem parar de assediar e perseguir jornalistas, devolver os equipamentos confiscados e reconhecer e respeitar os direitos universais. Diante dos mais de 60 anos de repressão autoritária em Cuba, o desafio permanece: como pressionar o partido-Estado a reconhecer esses direitos? Lições importantes são encontradas na conexão entre liberdade de imprensa e resistência civil. O jornalismo cubano deve seguir buscando maneiras inovadoras e resilientes de reportar sobre a realidade, incluindo resistência e repressão, pressão econômica, vulnerabilidade climática e outras questões. Os jornalistas devem continuar distribuindo informações confiáveis e acessíveis, proporcionando aos cidadãos cubanos um conteúdo mais honesto e de qualidade. Por fim, as OSCs cubanas e os meios de comunicação devem estabelecer comunidades de aprendizagem e prática com suas contrapartes em países como Nicarágua e Venezuela, a fim de fortalecer e sustentar a oposição.

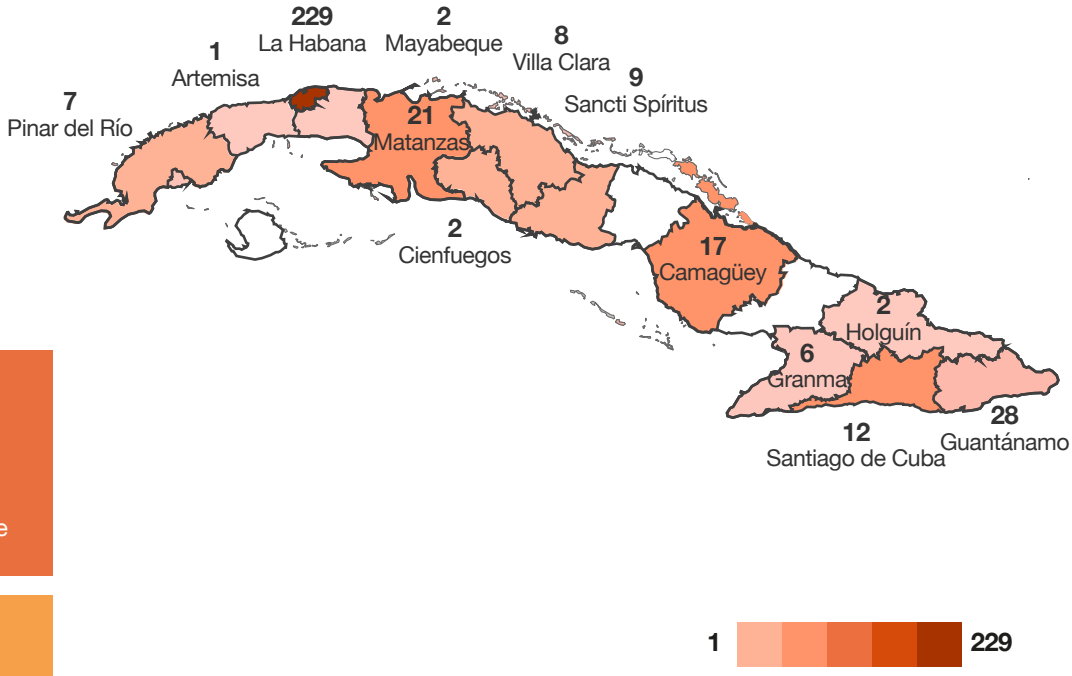
Cuba

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Alertas em 2020

344

Alertas por localidade



Indicadores

142 Detenções arbitrárias

114 Agressões e ataques

36 Restrições na internet

26 Discursos estigmatizantes

25 Uso abusivo do poder estatal

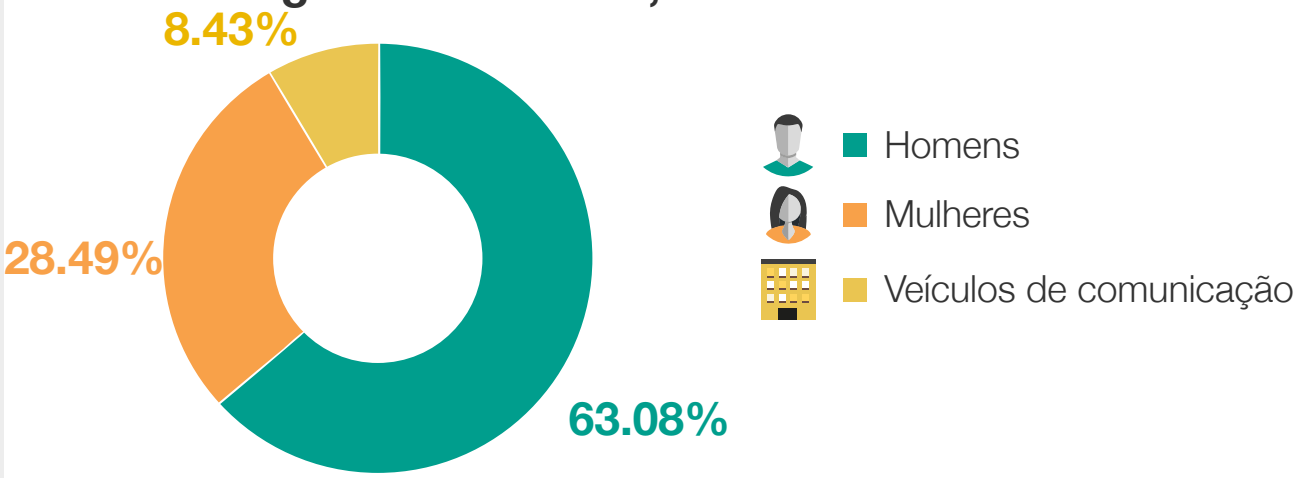
1 Restrição de acesso à informação

Houve **142 detenções arbitrárias** em Cuba em 2020, o que corresponde **a mais de 50% do total da região.**

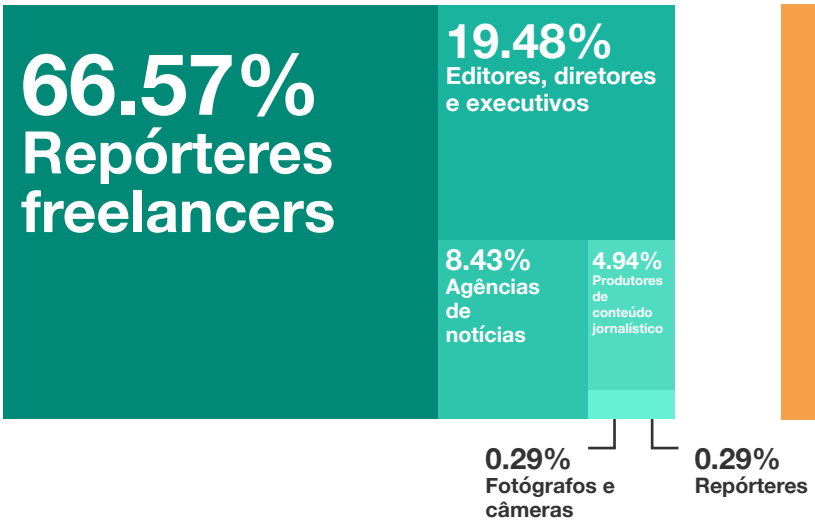
Cuba

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

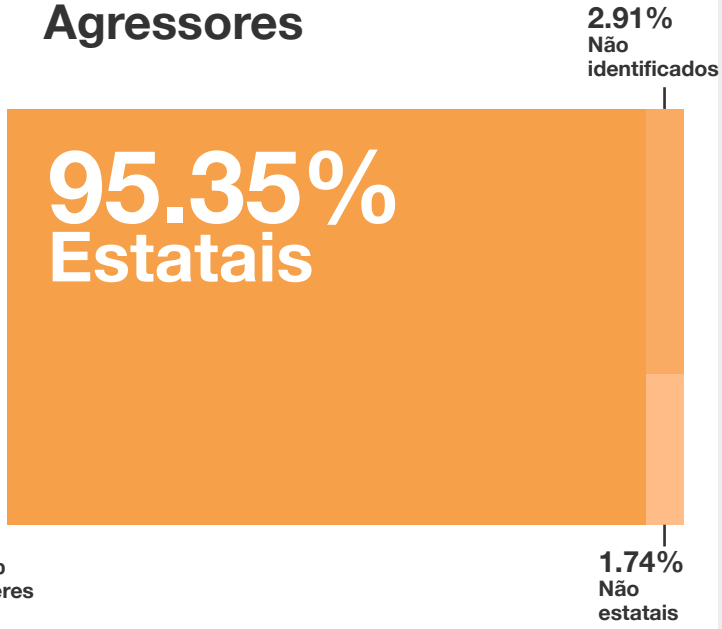
Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação



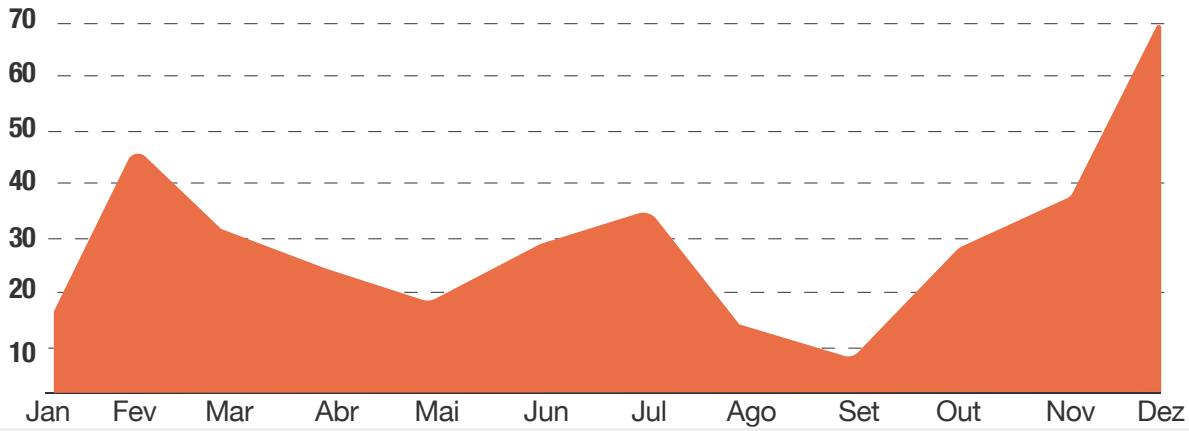
Vítimas



Agressores



Alertas por mês



Créditos: www.fundamedios.org

Equador

CONTEXTO

Um legado de soluções incompletas e esforços insuficientes

A situação da liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e segurança e proteção dos jornalistas no Equador em 2020 foi definida por expectativas não cumpridas. O presidente Lenín Moreno deixa um legado de contratempos, esforços insuficientes e vagas promessas de promoção das liberdades fundamentais. Os 129 alertas registrados pelo parceiro VdS Fundamedios em 2020 representam uma redução geral de -34%, mas trata-se de uma evolução circunstancial. Está associada a uma redução de -52% nas agressões e ataques e -31% nas restrições à Internet, o que é esperado após a crise social e política de 2019. No contexto da pandemia, os alertas relacionados a restrições no acesso à informação aumentaram em impressionantes 567%, enquanto o uso abusivo do poder estatal e processos judiciais criminais e civis contra jornalistas aumentaram 75% e 133%, respectivamente. Esses dados sugerem que os desafios estruturais permanecem. As autoridades locais continuam a abusar do sistema judicial para criminalizar o jornalismo. O jornalista Juan Sarmiento foi condenado à prisão por um juiz local depois que o governador da província de Napo abriu um processo por difamação em resposta às investigações sobre como lidou com a pandemia. O governo não se comprometeu a modificar o código penal, eliminando a criminalização da calúnia e da difamação, que pelos padrões internacionais deveria ser tratada pelo direito civil. Além disso, a Lei Orgânica das Comunicações de 2019 ainda não entrou em vigor, deixando em vigor uma estrutura institucional

desatualizada que continua a afetar negativamente os jornalistas.

• Tendências

A persistência dos velhos hábitos

Apesar de uma mudança importante no discurso do governo anterior, a construção de um ambiente propício para as liberdades fundamentais requer medidas mais proativas. Tendências ameaçadoras, como corrupção, abusos do Estado contra jornalistas e políticos que fazem a linha de homens fortes, ressurgiram. As táticas que caracterizaram o governo do ex-presidente Rafael Correa ficaram evidentes nos opacos processos de concessão de frequências de rádio e televisão, repletos de tráfico de influências. Isso é evidente na luta do Equador contra a concentração da mídia; três conglomerados controlam mais de 146 frequências. Nenhuma ação concreta para mitigar esse problema foi tomada em 2020. Mais uma vez, o principal agressor no Equador foi o Estado, apontado como autor em 50% do total de alertas. Autoridades e funcionários públicos em nível de província foram identificados como responsáveis na maioria dos alertas relacionados ao uso abusivo do poder do Estado, bem como em processos judiciais civis e criminais contra meios de comunicação e jornalistas.

Em foco

Reportagem em tempos de pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19 tirou a vida de 24 jornalistas no Equador e tornou a vida dos jornalistas mais precária. A Fundamedios documentou mais de 700 demissões, incluindo 500 em meios de comunicação públicos, relacionadas ao fechamento permanente das edições impressas de pelo menos sete jornais. O governo tornou o trabalho jornalístico ainda mais complicado ao restringir o acesso à informação; as comunicações do governo em torno da pandemia tornaram-se unilaterais, não deixando aos repórteres espaço para fazer perguntas ou buscar respostas oficiais em suas reportagens. As restrições ao acesso à informação são particularmente problemáticas em situações de emergência, quando informações precisas e oportunas salvam vidas. Os dados oficiais sobre o impacto da pandemia são limitados e não confiáveis; jornalistas e organizações da sociedade civil têm que verificar constantemente os fatos e preencher as lacunas deixadas pelas estatísticas do governo. No entanto, os jornalistas descobriram grandes esquemas de corrupção no sistema público de saúde, incluindo o mau uso de recursos públicos na compra de testes para COVID-19.

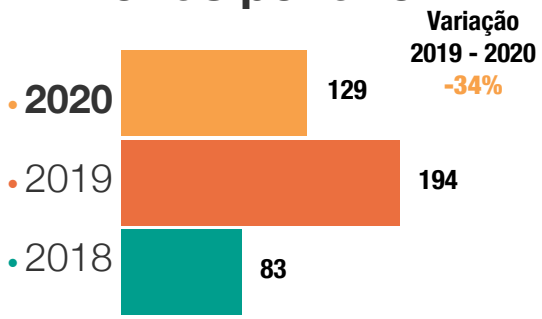
Recomendações

Os assassinatos do jornalista e apresentador de TV Fausto Valdiviezo, em 2013, e da equipe do jornal “El Comercio” Paúl Rivas, Javier Ortega e Efraín Segarra, em 2018, não podem ficar impunes. O Estado deve implementar um mecanismo de proteção de resposta rápida, inclusivo e participativo, para jornalistas e outros defensores dos direitos humanos. Esse mecanismo pode se assemelhar ao antigo Comitê Interinstitucional para a Proteção e Segurança de Jornalistas, que entrou em vigor antes de se tornar uma iniciativa exclusiva do Estado. Os benefícios trabalhistas, como seguro saúde, devem ser normalizados para jornalistas, assim como para outros funcionários da imprensa e mídia. Além disso, o Código Penal Orgânico deve ser reformado para impedir a criminalização do trabalho jornalístico por calúnia ou difamação. Os dados oficiais devem ser abertos, transparentes, responsáveis, inclusivos e participativos para facilitar o trabalho dos jornalistas de informar o público. Finalmente, a atribuição de frequências públicas de rádio e TV deve ser auditada e revista, e a Lei Orgânica de Telecomunicações existente deve ser revogada.

Equador

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Alertas por ano



Indicadores

61 Agressões e ataques

20 Restrições de acesso à informação

17 Restrições na internet

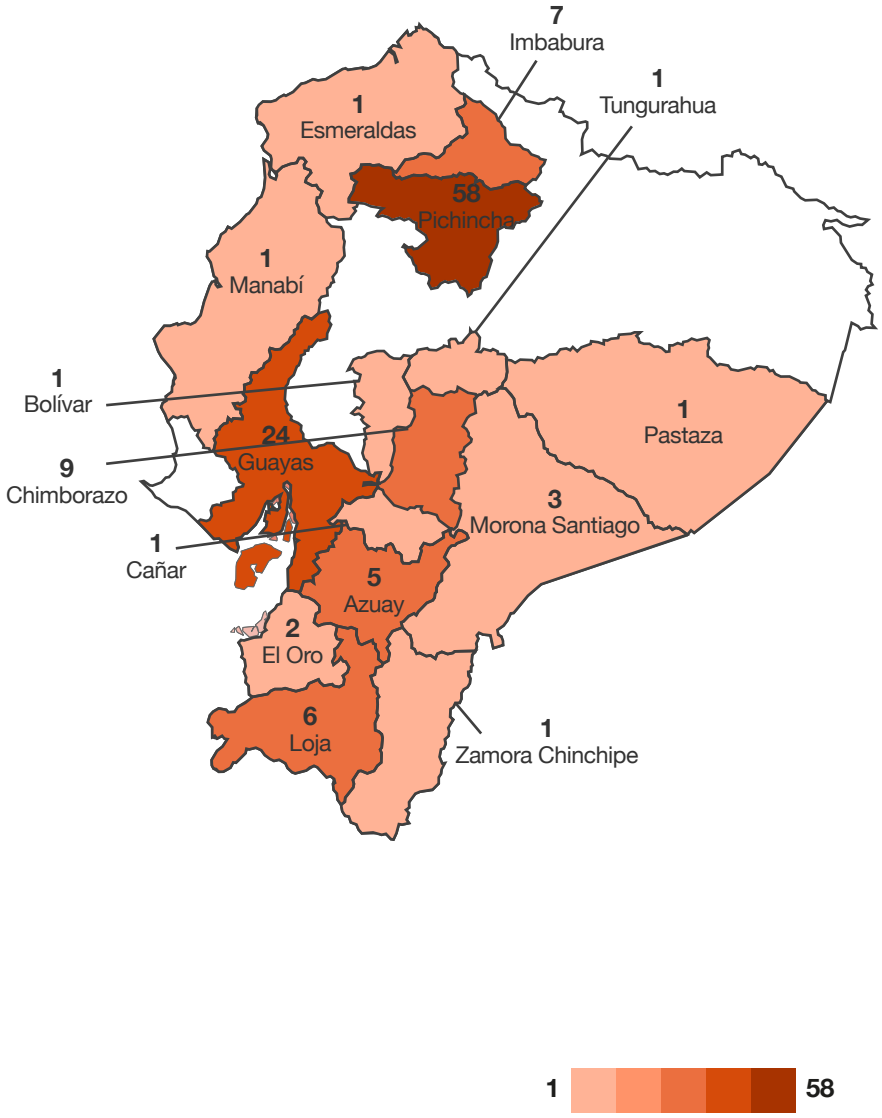
14 Processos judiciais criminais e civis

7 Uso abusivo do poder estatal

7 Discursos estigmatizantes

3 Marcos jurídicos contrários aos parâmetros internacionais

Alertas por localidade

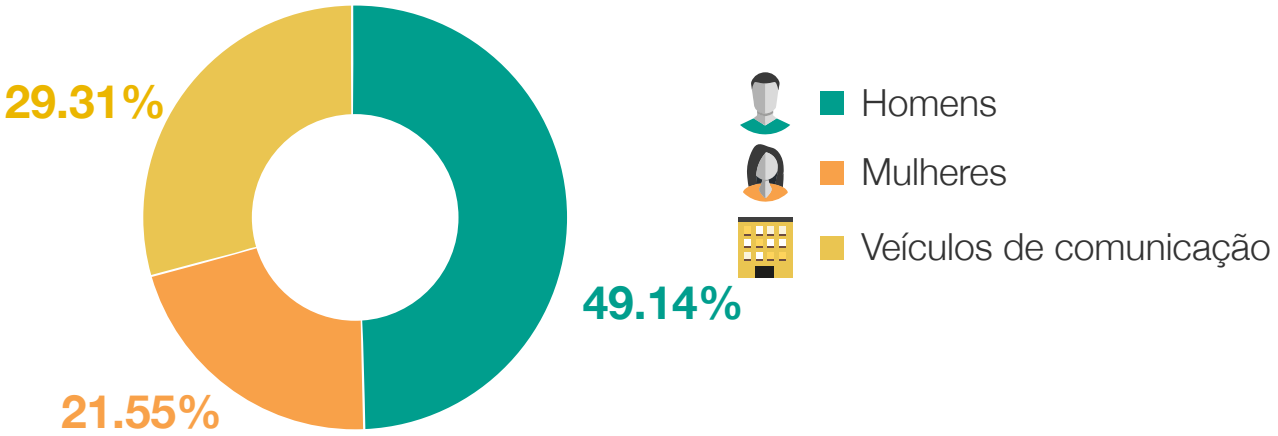


Uso abusivo do poder estatal e **processos judiciais criminais e civis** contra jornalistas cresceram **75% e 133%, respectivamente.**

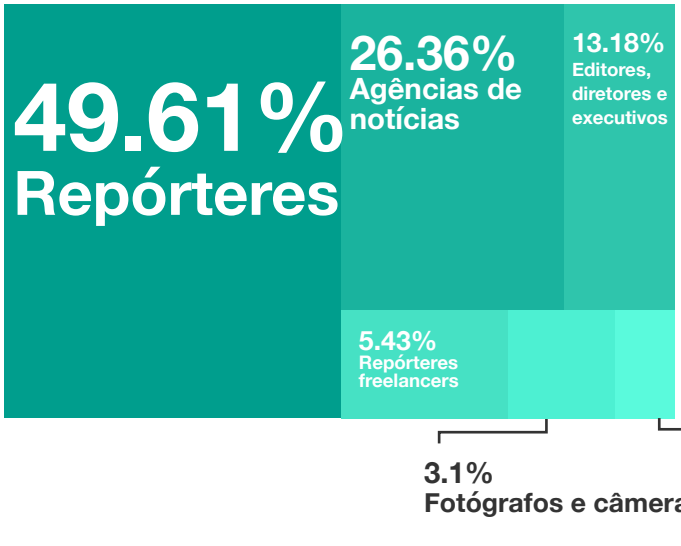
Equador

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

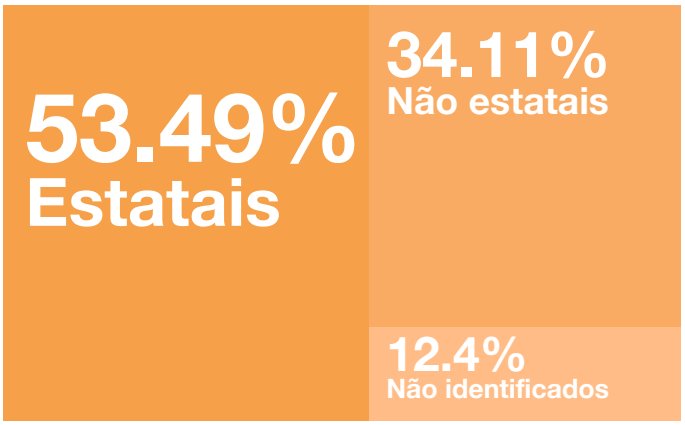
Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação



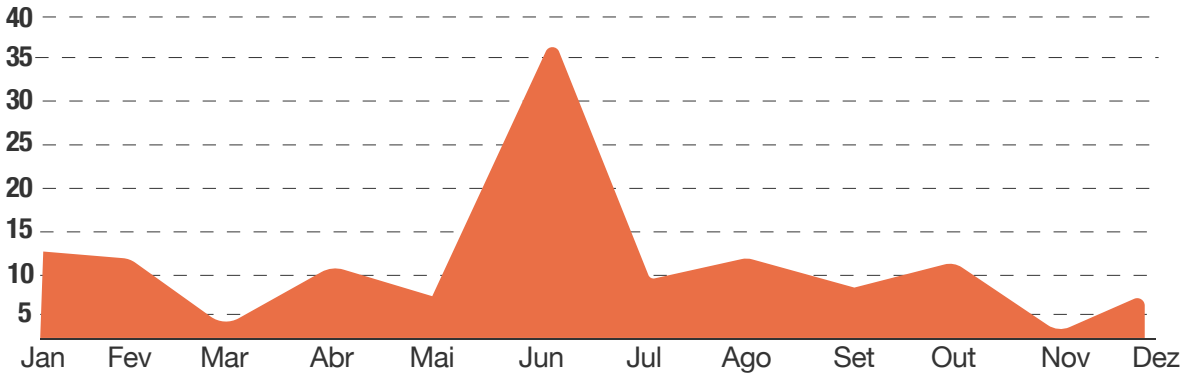
Vítimas



Agressores



Alertas por mês



Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Guatemala

CONTEXTO

COVID-19 fornece desculpas para a violação das liberdades fundamentais

Em 2020, 112 alertas foram registrados pelo parceiro VdS DEMOS na Guatemala; dois (2%) pelos assassinatos dos jornalistas Bryan Guerra e Mario Ortega, 99 (88%) relativos a agressões, seis (5%) a uso abusivo do poder do Estado, três (3%) a restrições no acesso à informação, um (1%) a discurso estigmatizante e um (1%) a ato de tortura. A pandemia de COVID-19 também desencadeou uma crise de direitos humanos no país, especialmente para jornalistas e trabalhadores da mídia. A necessidade de mitigar o surto serviu de desculpa para as autoridades impedirem o acesso dos repórteres a eventos oficiais, reuniões e outras atividades. As autoridades governamentais ocultaram sistematicamente informações de jornalistas e do público sob o pretexto do interesse nacional e substituíram as coletivas de imprensa por programas de rádio e televisão de emergência que não previam espaço para perguntas de jornalistas ou outras partes interessadas. O Poder Legislativo e as autoridades locais realizaram sessões a portas fechadas, usando as medidas de distanciamento social para a prevenção da COVID-19 como desculpa para restringir o acesso de jornalistas e do público. Além do contexto da pandemia, os níveis de violência contra jornalistas e meios de comunicação revelam profundos desafios estruturais para as liberdades fundamentais na Guatemala.

Tendências

A normalização da violência contra jornalistas

Os esforços de monitoramento realizados pelo DEMOS revelam que os ataques online, a violência física e o uso do sistema legal para silenciar as denúncias foram normalizados na Guatemala. As campanhas online de difamação e o cyberbullying são realizados por trolls que perseguem e intimidam publicamente os jornalistas e procuram colocar a opinião pública contra a liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e garantia da segurança e proteção dos jornalistas. Além disso, os militares e a polícia atuam como forças repressivas que ameaçam e perseguem os jornalistas no exercício de seu trabalho. As agressões e ataques contra repórteres em espaços públicos, como durante protestos, são comumente perpetrados por atores estatais e não estatais. O sistema de justiça, especialmente o direito penal, é aparelhado para processar e deter jornalistas de forma arbitrária. Isso acontece principalmente contra jornalistas que investigam atos de corrupção que envolvem autoridades eleitas ou funcionários públicos. A impunidade para a violência contra jornalistas, como os assassinatos de Bryan Guerra e Mario Ortega, é flagrante. A estigmatização crescente do trabalho jornalístico e a total ausência de justiça normalizam essas violações.

Em foco

Os assassinatos de Bryan Guerra e Mario Ortega

Dois jornalistas foram mortos em 2020 em circunstâncias não esclarecidas. Antes de suas mortes, ambos haviam recebido graves ameaças de morte como resultado de seu trabalho jornalístico. Bryan Guerra, repórter de um canal de notícias a cabo, foi baleado por indivíduos não identificados a bordo de um veículo em movimento na cidade de Chiquimula; ele morreu cinco dias depois em um hospital. Dois indivíduos não identificados atiraram em Mario Ortega (fundador e repórter de uma estação de TV e meio de comunicação digital) em frente à sua casa na cidade de San José; ele morreu quatro dias depois em decorrência dos ferimentos. No caso de Guerra, o DEMOS informou que ele recebeu e denunciou ameaças de morte, mas a polícia e a procuradoria geral não o protegeram. Esses assassinatos demonstram a insegurança e a vulnerabilidade que os jornalistas enfrentam na Guatemala por parte de uma variedade de atores, tanto dentro dos círculos de poder, quanto nas organizações criminosas. Se esses e outros crimes contra jornalistas permanecerem impunes, a violência seguirá firme.

• Recomendações

Impunidade, violência e estigmatização fazem parte do cenário estrutural desfavorável que os jornalistas guatemaltecos enfrentam. Os assassinatos de Bryan Guerra, Mario Ortega e outros antes deles devem ser levados à justiça. Isso exige que aqueles que ocupam cargos de poder – juízes, policiais e promotores – ajam. Acabar com o ciclo de violência também exige acabar com a estigmatização. O jornalismo informativo e investigativo deve ser promovido simultaneamente por todos os atores. Os jornalistas devem ajudar o público a compreender que muitos de seus interesses mais imediatos dependem das liberdades fundamentais. Para que o jornalismo independente de qualidade prospere, o público em geral deve estar informado e comprometido com a defesa das liberdades fundamentais. Longe de estabelecer mecanismos eficazes para proteger os jornalistas e garantir os recursos para seu funcionamento, as autoridades guatemaltecas nem mesmo demonstraram um compromisso real para acabar com a impunidade de crimes contra jornalistas. As medidas necessárias incluem o apoio oportuno do Instituto Nacional de Perícia Forense para as investigações, o cumprimento pela polícia das devidas diligências estabelecidas e respostas mais rápidas dos tribunais.

Guatemala

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Alertas em 2020

112

Alertas por localidade

Indicadores

99
Agressões e ataques

6
Uso abusivo do poder estatal

3
Restrições de acesso à informação

2
Assassinatos

1
Tortura

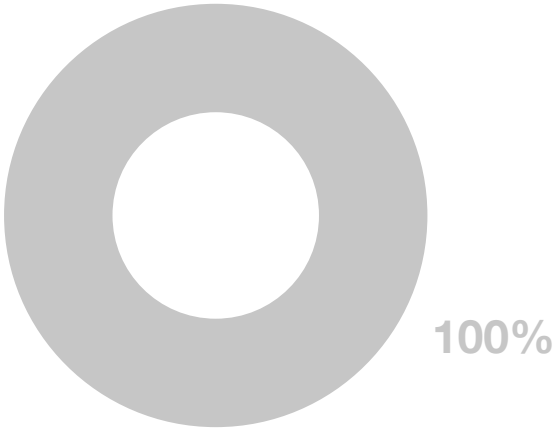
1
Discurso estigmatizante

Dois jornalistas, **Bryan Guerra e Mario Ortega, foram assassinados** na Guatemala em 2020.

Guatemala

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação



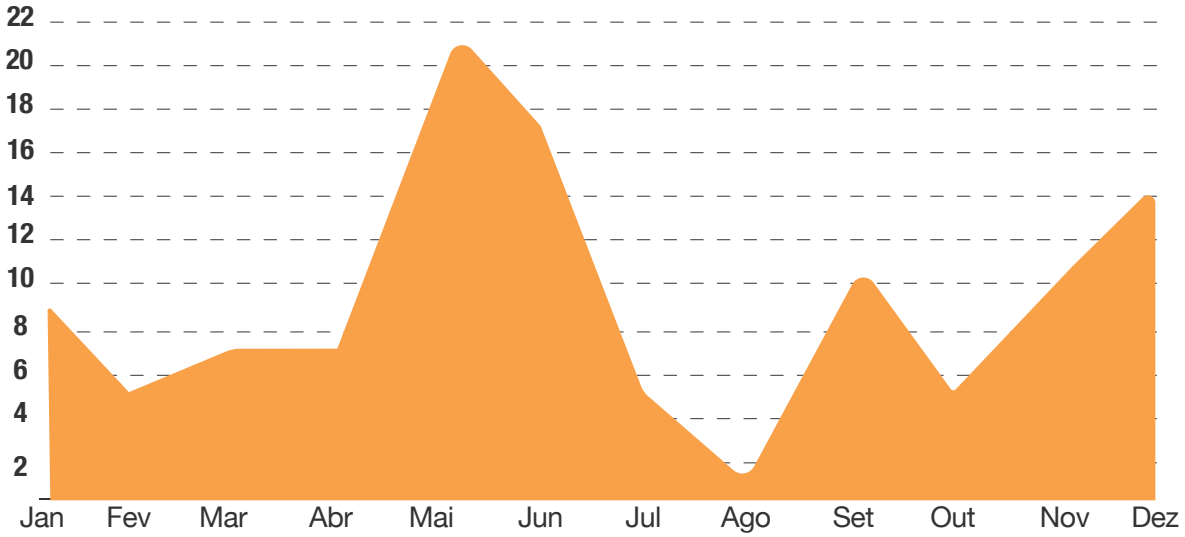
Não disponível

Vítimas

Agressores

Não disponível

Alertas por mês



Retratos de três dos quatro jornalistas assassinados em 2020 | www.clibrehonduras.com

Honduras

CONTEXTO

Um ciclo de violência e impunidade

As liberdades fundamentais em Honduras foram desafiadas pela violência, pela impunidade e pelo estado de emergência devido à COVID-19 em 2020. Um decreto presidencial restringiu as garantias constitucionais para todos os cidadãos e, mesmo com a pressão das OSCs e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, ele não foi revogado. Na verdade, outras medidas repressivas contra os trabalhadores da imprensa foram impostas. Com quatro jornalistas mortos em 2020 (13 nos últimos dois anos), Honduras é um dos países mais perigosos para o jornalismo na região. Tem uma taxa de impunidade de 90% em crimes contra jornalistas nos últimos 20 anos. A ausência de justiça alimenta um ciclo de violência e impunidade. Em 2020, foram registrados 117 alertas, uma redução de 11% em relação a 2019. As agressões e ataques diminuíram 42%, mas os processos judiciais civis e criminais contra jornalistas aumentaram 100%, enquanto as restrições ao acesso à informação aumentaram 122%, os discursos estigmatizantes subiram 175% e as detenções arbitrárias cresceram 500%. As restrições à Internet aumentaram 133%. O Estado (principalmente as forças de segurança) continua sendo o agressor mais frequente contra as liberdades fundamentais em Honduras, sendo apontado como o autor em 65% dos alertas em 2020.

• Tendências

COVID-19, corrupção e criminalização do jornalismo

Quase 150 jornalistas e profissionais da mídia foram infectados com COVID-19 em Honduras e 14 morreram. A crise da saúde pública também

resultou em demissões, redução de salários e suspensão de contratos de trabalho. O governo tentou silenciar jornalistas e OSCs que mostraram a corrupção governamental no manejo de fundos destinados a várias crises humanitárias, como a pandemia de COVID-19 e os furacões Eta e Iota. Atores estatais e não estatais pressionaram a mídia, exigindo a demissão de jornalistas que lideraram essas investigações. As autoridades bloquearam jornalistas e outros defensores de direitos humanos, impedindo-os de realizar seu trabalho com eficácia. O acesso à informação foi restringido durante a cobertura sobre supostos "hospitais móveis", e pelo menos seis jornalistas foram arbitrariamente detidos em postos de controle da polícia. A criminalização de "ofensas contra a honra" definidas de forma ambígua no novo código penal, ratificado em junho de 2020, é preocupante, pois permite que processos judiciais sejam usados como armas contra jornalistas. A nova lei contempla até 20 crimes que podem ser usados como desculpa para violar liberdades fundamentais. Estabelecer penas de prisão para esses crimes afronta padrões internacionais e criminaliza a expressão jornalística.

Em foco

German Vallecillo, Jorge Posas, Luis Almendares e Pedro Canelas

As OSCs hondurenhas registraram o assassinato de mais de 80 jornalistas e profissionais da mídia desde 2001. De acordo com informações do Ministério Público, o Estado investigou 20 desses casos, e seis deles resultaram em processos judiciais criminais e civis contra os autores diretos. No entanto, nenhum mandante ou mentor intelectual foi processado. As taxas de impunidade são de 95% no geral. Em 2020, quatro trabalhadores da imprensa foram mortos. O jornalista German Vallecillo e o operador de câmera Jorge Posas morreram baleados nas primeiras horas da manhã, enquanto dirigiam em La Ceiba, Atlântida. Ambos trabalhavam para um canal de TV local. Em outro incidente, dois agressores mascarados em motocicletas assassinaram o jornalista Luis Almendares em Comayagua, enquanto ele caminhava até um supermercado. Almendares trabalhava para Rádio Globo, Patrulleros Choluteca e UneTV, onde denunciava corrupção governamental e brutalidade policial. Ele já havia sido repetidamente ameaçado em 2018 e 2019, como registraram os dois Relatórios Sombra anteriores. Além disso, Pedro Canelas, jornalista e diretor da Rádio Bambi 97.9FM, foi assassinado na região de Olancho. Ele foi baleado por um agressor desconhecido em uma motocicleta após uma transmissão sobre supostas ligações entre as forças de segurança pública e o crime organizado em sua região.

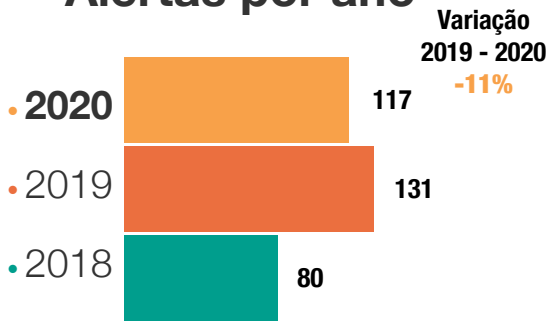
• Recomendações

Eleições serão realizadas em Honduras em 2021, o que prenuncia um aumento da violência contra jornalistas no cumprimento de seu papel fiscalizador durante os processos eleitorais. Todas as instituições, incluindo partidos políticos e simpatizantes, devem respeitar o trabalho jornalístico. É urgente que as partes interessadas reconheçam que o Estado está falhando em proteger a vida e o bem-estar dos trabalhadores da imprensa. O Ministério Público deve dar transparência ao andamento das investigações sobre assassinatos de jornalistas. Só a justiça pode pôr fim a esse ciclo de violência e impunidade, desencorajando futuros crimes. Atores públicos, privados e da sociedade civil comprometidos com as liberdades fundamentais devem trabalhar juntos para incentivar e capacitar os jornalistas a continuarem seu papel de fiscalizadores, especialmente do uso de recursos públicos. O Mecanismo Nacional de Proteção e a Promotoria Especial para a Proteção de Defensores dos Direitos Humanos devem renovar os esforços para proteger os jornalistas. Os legisladores devem revogar os artigos do novo código penal que violam as liberdades fundamentais e criminalizam os jornalistas.

Honduras

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Alertas por ano



Indicadores

53 Agressões e ataques

20 Restrições de acesso à informação

14 Processos judiciais criminais e civis

11 Discursos estigmatizantes

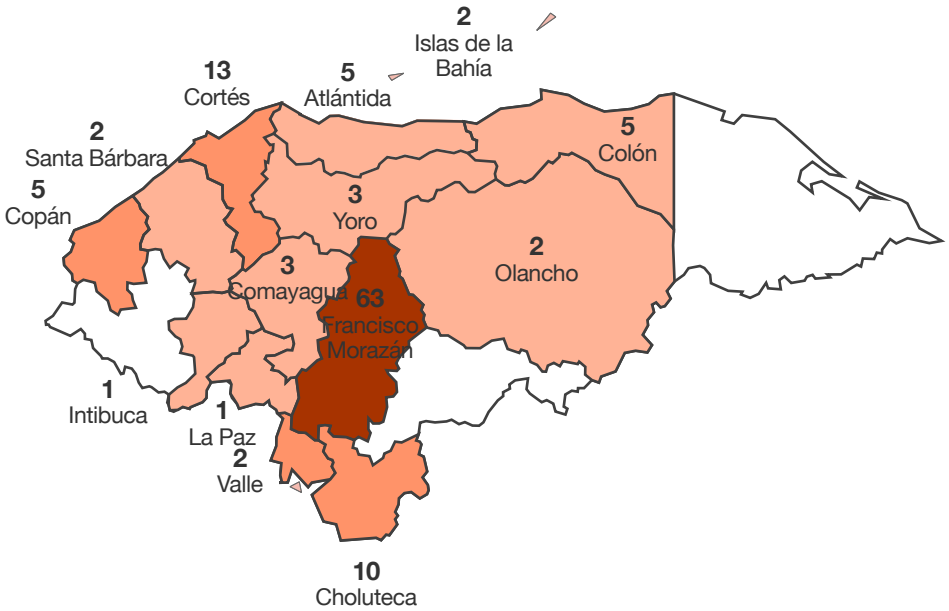
7 Restrições na internet

6 Detenções arbitrárias

4 Assassinatos

2 Uso abusivo do poder estatal

Alertas por localidade

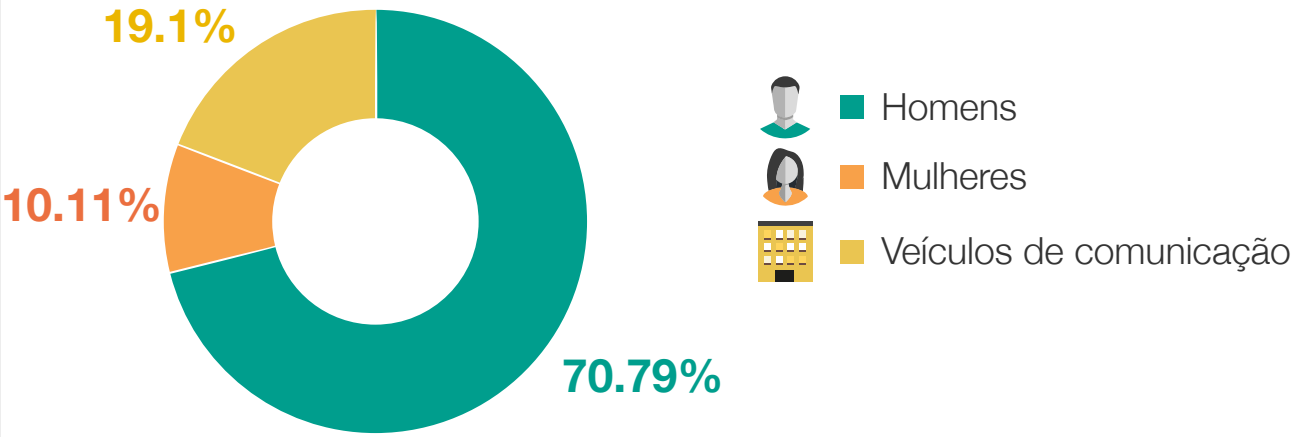


Quatro jornalistas, German Vallecillo, Jorge Posas, Luis Almendares e Pedro Canelas, **foram assassinados em Honduras em 2020.**

Honduras

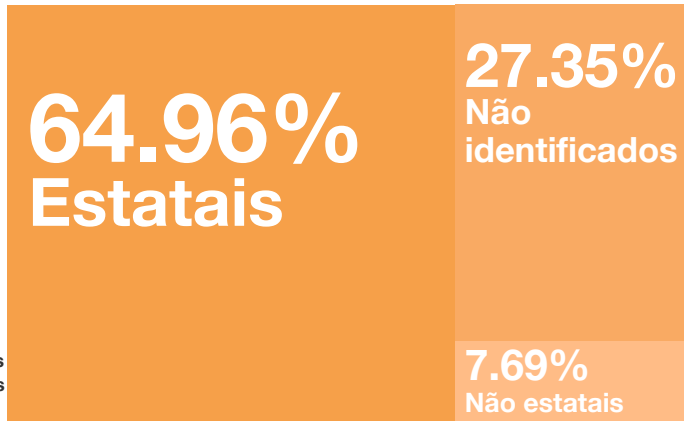
INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação

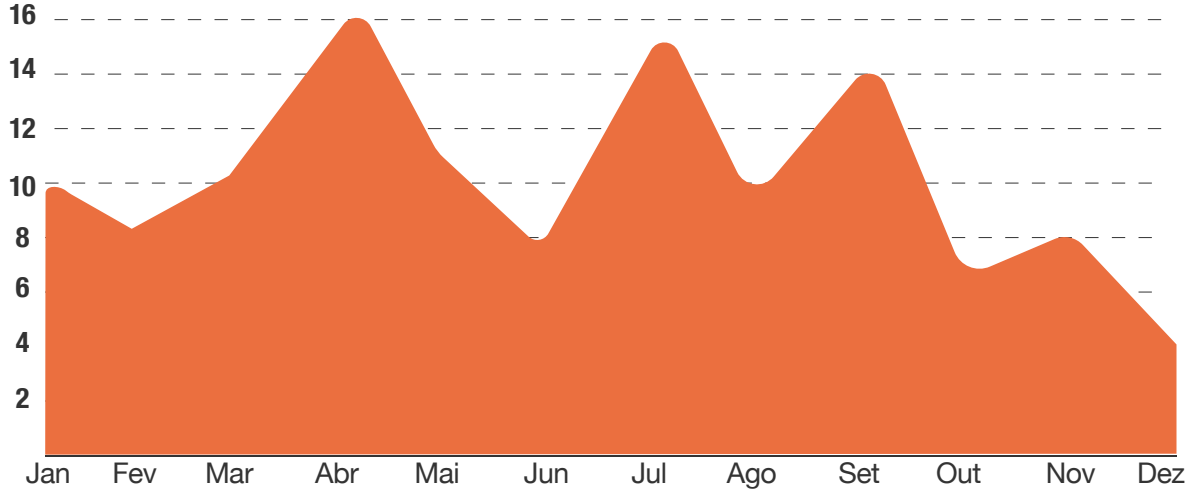


Vítimas

Agressores



Alertas por mês



Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

México

CONTEXTO

Estigmatização e impunidade com consequências letais

A situação da liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e segurança e proteção dos jornalistas no México em 2020 foi definida pelo aumento da estigmatização e impunidade. O parceiro VdS Artigo 19 registrou 692 alertas, dos quais 54% foram agressões e ataques contra jornalistas. Isso semeia medo e muitas vezes leva à autocensura. E também pode conduzir a crimes mais graves, como assassinato. Em 2020, seis jornalistas foram mortos no México. Nos primeiros dois anos de governo do presidente Andrés Manuel López Obrador, 17 jornalistas foram assassinados e 99% desses crimes permanecem impunes. A estigmatização e a impunidade estão na raiz da situação hostil em relação às liberdades fundamentais no país, que registrou 14 (2%) alertas de uso abusivo do poder do Estado, 40 (6%) detenções arbitrárias e 13 (2%) sequestros. Os atores estatais são os autores em 50% do total de alertas em 2020, enquanto os atores não estatais foram responsáveis por 24% deles; grupos fora da lei, principalmente do crime organizado, como cartéis de drogas, responderam por 6%; e não houve identificação de agressores em 20% dos casos. Os desta última categoria estão relacionados principalmente a 148 casos de restrições à Internet. Sem medo de serem processados, agressores são encorajados a atacar os jornalistas. O abuso do sistema legal para criar um ambiente hostil ao jornalismo também é uma questão importante. A pandemia de COVID-19 foi explorada pelas autoridades para estigmatizar jornalistas que criticam a resposta do governo,

bem como para criminalizar o jornalismo por meio de uma cruzada maliciosa contra "informações falsas" definidas arbitrariamente.

• Tendências

O Estado como principal agressor e viabilizador da violência

O principal autor das violações das liberdades fundamentais no México é o Estado. As forças armadas e a polícia são os agressores mais recorrentes. As autoridades sempre falham em identificar os agressores, especialmente em ataques online orquestrados por atores anônimos. A militarização da sociedade mexicana, promovida por diversas administrações públicas desde 2007, tem permitido de forma contraproducente a continuidade da própria violência que promete resolver. Acima de tudo, o fracasso quase total do Estado em levar os crimes contra jornalistas à justiça é uma ameaça a todas as liberdades fundamentais no México. Não há responsabilidade ou vontade política para processar esses crimes, o que leva a uma cultura de omissão e apatia. O Congresso aprovou uma proposta presidencial para eliminar 109 fundos fiduciários públicos, incluindo o fundo que financiou o mecanismo nacional para a proteção de jornalistas e outras pessoas que sofrem com a violência. É um duro golpe nos esforços de oferecer proteção ou reparação às vítimas de violência, especialmente jornalistas que arriscam suas vidas diariamente para fazer reportagens sobre questões-chave no país.

Em foco

Mecanismos abandonados de proteção a jornalistas

Dois mecanismos proeminentes no México foram abandonados pelo governo e, portanto, não conseguiram proteger os jornalistas, como prometido. O Ministério Público Especial de Atenção aos Crimes Contra a Liberdade de Expressão (FEADLE) é um órgão da Procuradoria-Geral da República especializado em investigar e processar crimes contra jornalistas. O FEADLE investigou o assassinato de 96 jornalistas desde 2010, mas garantiu apenas três condenações, deixando a taxa de impunidade em quase 97%. Além disso, o Mecanismo de Proteção de Defensores de Direitos Humanos e Jornalistas do México foi o primeiro desse tipo na América Latina criado por lei (o mecanismo colombiano foi por decreto presidencial). Oferece guarda-costas, carros blindados, botões de pânico, assistência de realocação e outros serviços para jornalistas em situação de risco. Embora tenha ficado aquém do seu mandato, constituiu um grande avanço no financiamento público dos mecanismos de segurança e proteção para jornalistas. No entanto, o mecanismo depende de um fundo fiduciário público que foi eliminado em outubro. É um revés devastador para jornalistas em um dos países mais perigosos do mundo para o exercício da profissão.

• Recomendações

Conforme mencionado acima, o México foi pioneiro na região ao criar mecanismos públicos especiais para financiar e implementar a proteção da liberdade de expressão e de imprensa. No entanto, o país deve mostrar compromisso contínuo com o fortalecimento desses mecanismos, e não revertê-los, como tem feito. Em vez de desinvestir, deve trabalhar para tornar os mecanismos mais eficazes, responsivos, autônomos e responsáveis. Os líderes mexicanos dos setores público e privado, da sociedade civil e do público em geral devem reconhecer que as autoridades, incluindo a polícia e as forças armadas, são de fato os autores mais recorrentes de violações às liberdades fundamentais e chamar a atenção para essa realidade. Uma ampla coalizão deve ser formada para neutralizar a estigmatização e a impunidade, raízes da violência contra jornalistas no México.

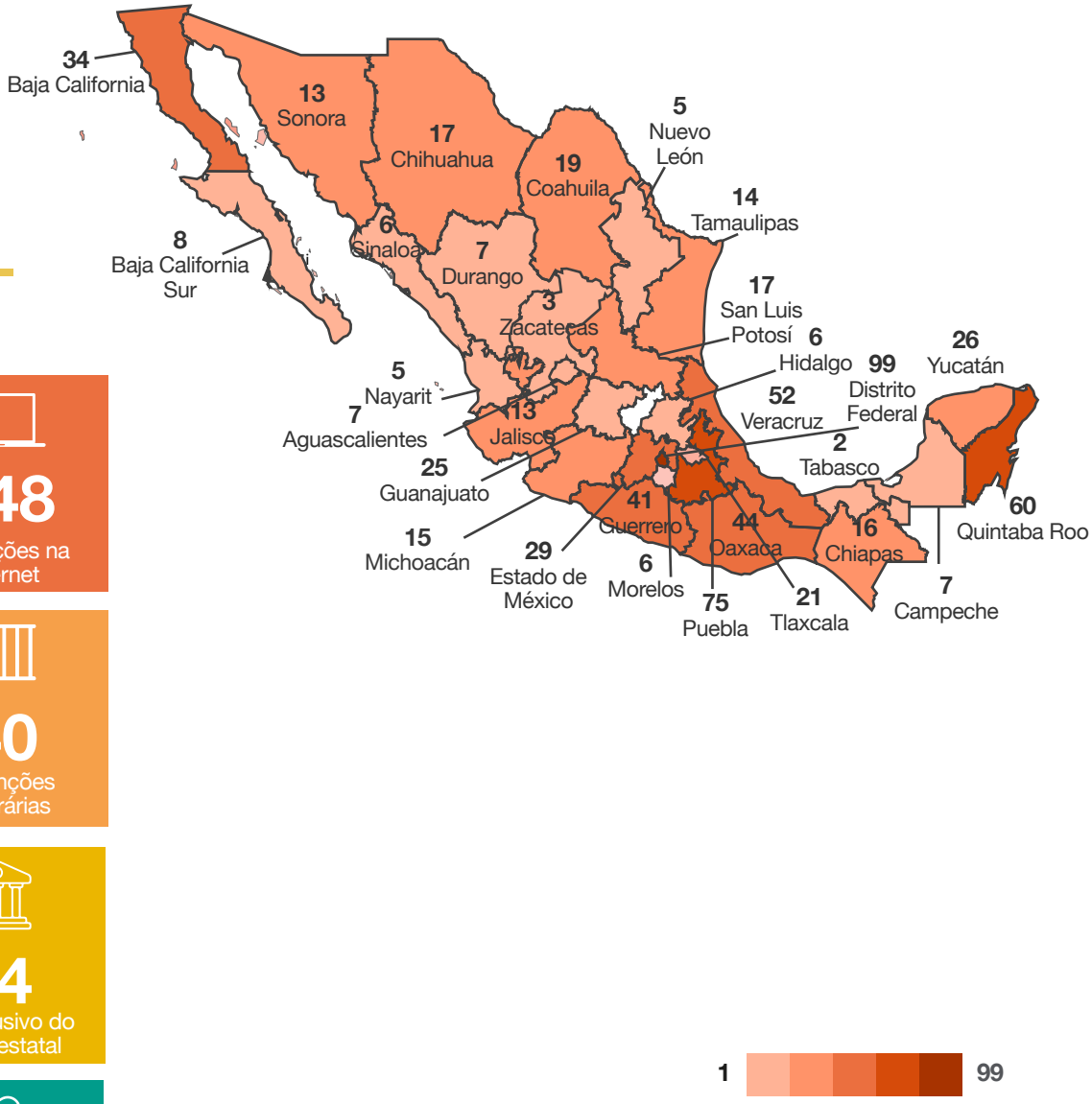
México

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Alertas em 2020

692

Alertas por localidade



Indicadores

374 Agressões e ataques

148 Restrições na internet

66 Discursos estigmatizantes

40 Detenções arbitrárias

31 Processos judiciais criminais e civis

14 Uso abusivo do poder estatal

13 Sequestros

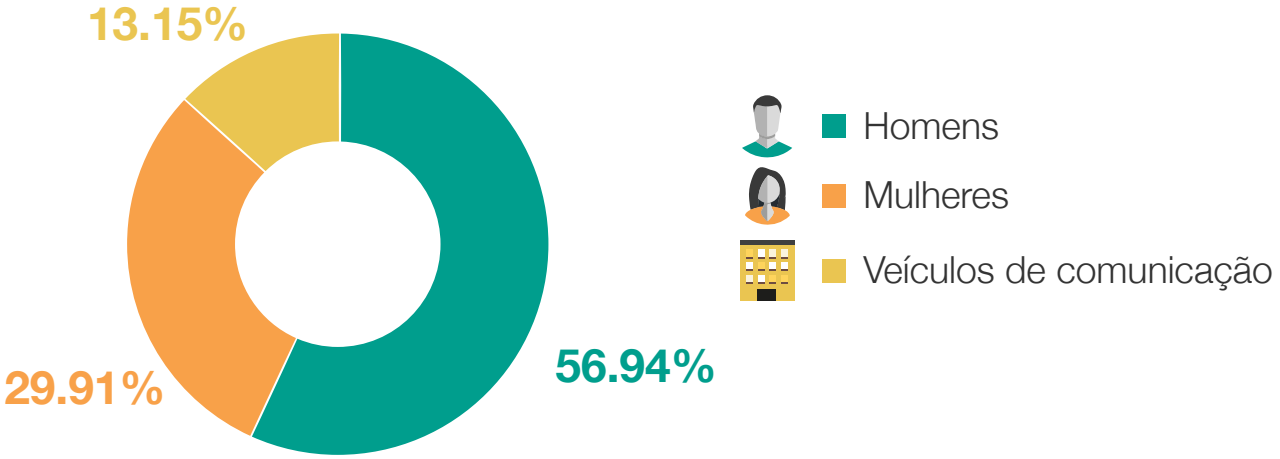
6 Assassinatos

Nos dois últimos anos, **17 jornalistas foram assassinados** no México e 99% dos crimes permanecem impunes.

México

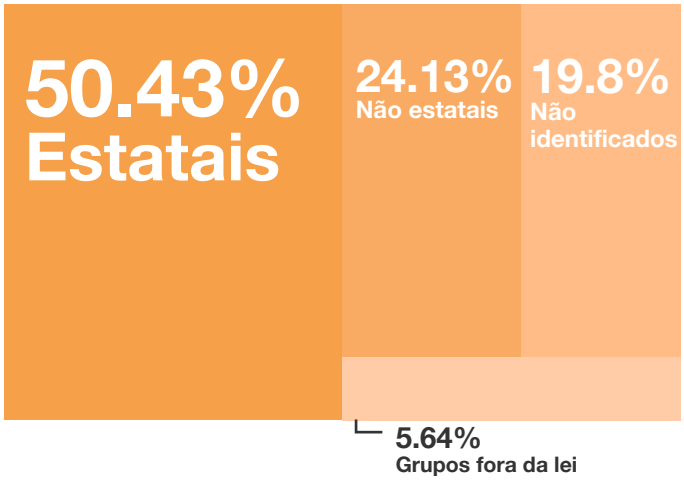
INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação

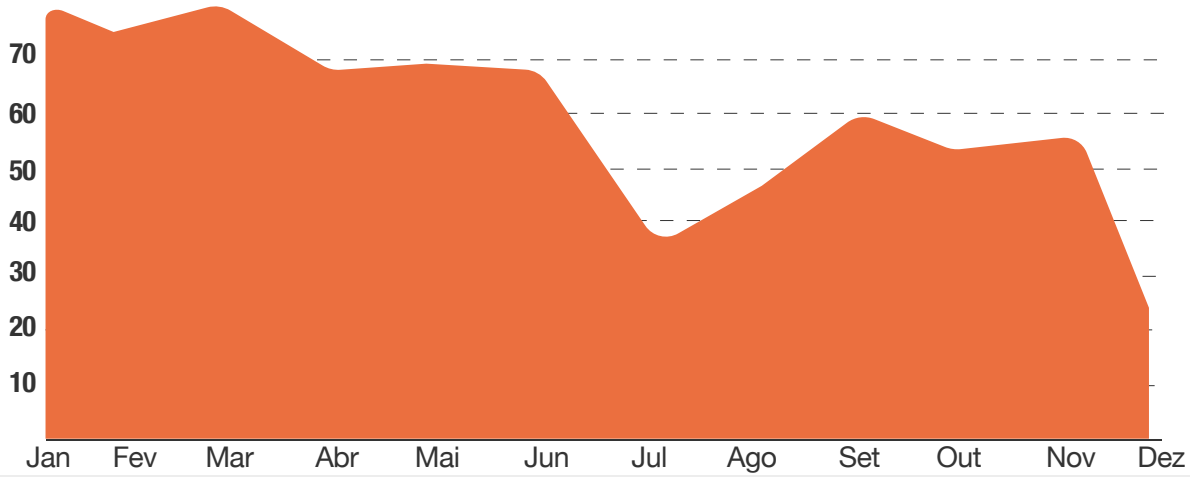


Vítimas

Agressores



Alertas por mês



Créditos: Juan García | Confidencial

Nicarágua

CONTEXTO

Um estado permanente de exceção suspende as liberdades fundamentais

O regime de Ortega Murillo, no poder desde 2007, suspendeu ainda mais as liberdades fundamentais para manter o poder na Nicarágua em 2020, preparando o terreno para as eleições de 2021. Implementou medidas legislativas que justificam seus abusos, como a Lei Especial de Crimes Cibernéticos que criminaliza a desinformação e a denúncia de irregularidades, ambas definidas a critério do Estado. Jornalistas voltaram do exílio sem garantias de segurança e proteção, como no caso de Yelsin Espinoza. Após 13 meses na Costa Rica, Espinoza, do canal digital Nicaragua Actual, desistiu de seu pedido de refúgio e voltou. Em uma semana, enquanto cobria um protesto em Manágua, ele e outros jornalistas foram agredidos pela tropa de choque. Um policial disse que sabia onde ele morava e ameaçou matar sua família. Além disso, o Ministério da Saúde suspendeu o direito à informação, gerando desinformação sobre a escala e a letalidade da pandemia de COVID-19. Estima-se que 40 jornalistas foram infectados e pelo menos três morreram da doença. Apesar de um declínio enganoso no total de alertas entre 2019 e 2020, os números e as pesquisas qualitativas apontam para uma deterioração contínua. A redução no número total de alertas está relacionada a uma redução de 97% no uso abusivo do poder do Estado (os alertas de 2019 foram em grande parte relacionados à retenção de materiais de impressão dos principais jornais). No entanto, de acordo com o parceiro VdS FVBCH, outros indicadores aumentaram; as restrições ao acesso à informação cresceram 72%,

as detenções arbitrárias, 33%, as restrições à Internet, 100%, os processos judiciais criminais e civis, 33% e o discurso estigmatizante, 36%. O Estado é responsável por 72% de todos os alertas.

• Tendências

A criminalização de jornalistas

O regime de Ortega Murillo transformou os processos judiciais em armas para criminalizar o jornalismo, usando leis para justificar tais violações. Os casos de Kalua Salazar, redatora-chefe da emissora de rádio e televisão La Costeñisima, e de David Quintana, do jornal digital "Boletín Ecológico", são emblemáticos. Funcionários do gabinete do prefeito de El Rama entraram com um processo por calúnia contra Salazar depois que ela divulgou depoimentos anônimos acusando-os de peculato. Ela foi considerada culpada e multada em 120 dias de salário. A jornalista também foi alvo de assédio policial e paramilitar, com autoridades do governo estacionando rotineiramente seus carros em frente à sua casa, seguindo-a o dia todo ou ligando as sirenes para perturbar seu sono. O objetivo dessa intimidação é silenciar seu trabalho em um dos poucos meios de comunicação independentes nas regiões caribenhas da Nicarágua. Como Salazar, Quintana também enfrentou obstáculos na sua atuação jornalística. Um casal de Manágua com aparentes motivações políticas entrou com um processo de calúnia contra ele, que assinou uma reportagem sobre a disputa de propriedade de um imóvel em que o casal estava envolvido. Quintana foi considerado culpado e multado em 200 dias de salário. A criminalização do jornalismo agora é mantida por leis draconianas, como a Lei Especial de Crimes Cibernéticos. Criminaliza a desinformação e denúncias, intimidando as fontes jornalísticas. A lei também afeta os cidadãos, criminalizando a expressão de suas opiniões online.

Em foco

Meios de comunicação independentes confiscados e embargados

O confisco das redações do "100% Noticias" e do "Confidencial", que teve início em dezembro de 2018, foi consumado em dezembro de 2020. O diretor do "Confidencial" organizou uma entrevista coletiva em frente ao prédio ocupado, que foi violentamente desmontado pela polícia no segundo aniversário da apreensão ilegal. Uma semana depois, o governo cedeu oficialmente as propriedades de ambos os estabelecimentos ao Ministério da Saúde. Todas as formas de confisco são proibidas constitucionalmente na Nicarágua. O Canal 12, uma das poucas estações de televisão independentes remanescentes, também foi alvo de procedimentos judiciais e administrativos. Um embargo foi imposto ao canal por suposta falta de pagamento de impostos em atraso. Ficou claro que o estado de direito está completamente destruído na Nicarágua, e o regime de Ortega Murillo pretende manter o poder a todo custo.

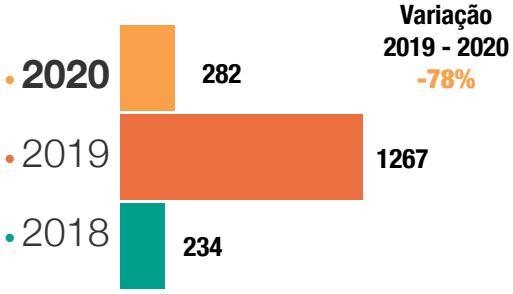
• Recomendações

Todos os atores locais e internacionais devem compreender que o regime de Ortega Murillo está comprometido com um projeto político autoritário e dinástico, sem espaço para as liberdades fundamentais. A tensão social e a violência política provavelmente aumentarão à época das eleições gerais de 2021, levando a mais ataques contra jornalistas. A mídia e os jornalistas devem trabalhar com as OSCs e outros atores para fortalecer a segurança física, digital, jurídica e psicológica, enquanto cobrem o incerto processo eleitoral de 2021. Os esforços internacionais devem se concentrar em manter a justiça para crimes contra as liberdades fundamentais como uma prioridade e não como moeda de troca, à medida que a crise do país continua se desenrolando, desde o assassinato do jornalista Ángel Gahona em 2018. Finalmente, o público, a comunidade internacional e o setor privado da Nicarágua devem fornecer recursos para apoiar o jornalismo independente de qualidade no país.

Nicarágua

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Alertas por ano



Indicadores

143 Agressões e ataques

43 Restrições de acesso à informação

33 Uso abusivo do poder estatal

30 Discursos estigmatizantes

12 Processos judiciais criminais e civis

8 Restrições na internet

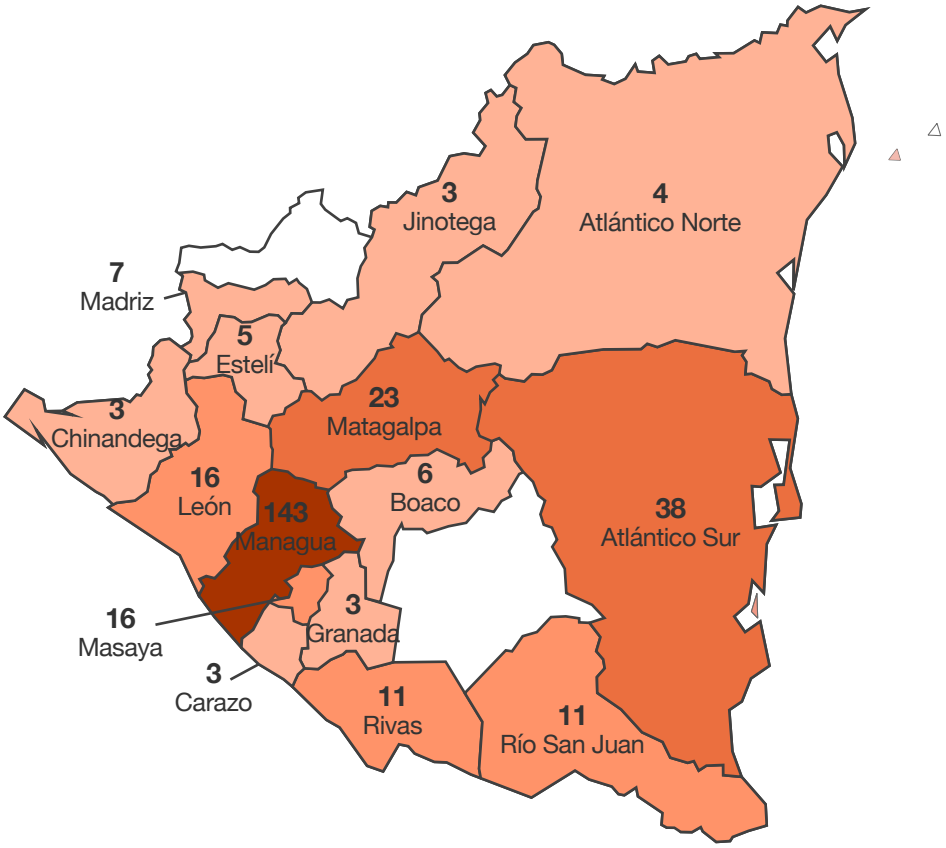
8 Detenções arbitrárias

2 Marcos jurídicos contrários aos parâmetros internacionais

2 Torturas

1 Desaparecimento forçado

Alertas por localidade

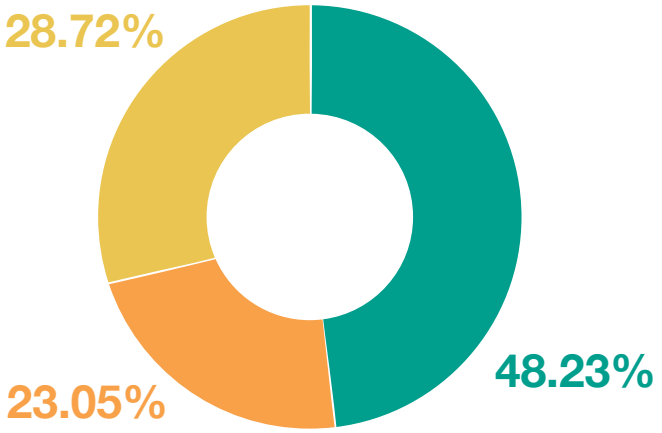


Preparando o terreno para a eleição de 2021, **a Nicarágua lançou mão de medidas legislativas,** como a Lei Especial de Crimes Cibernéticos, que criminaliza informantes e suposta desinformação.

Nicarágua

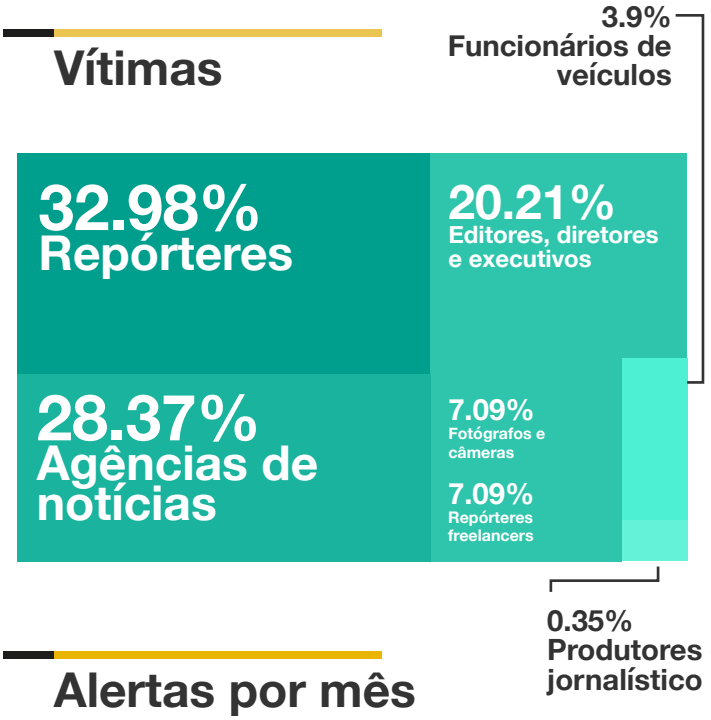
INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação

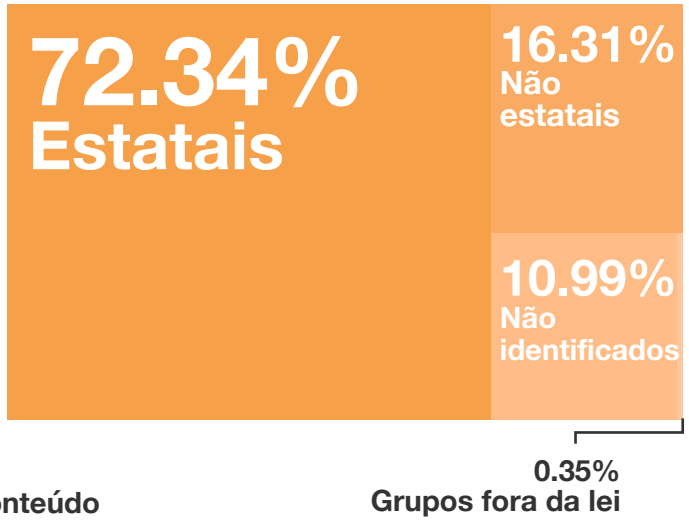


- Homens
- Mulheres
- Veículos de comunicação

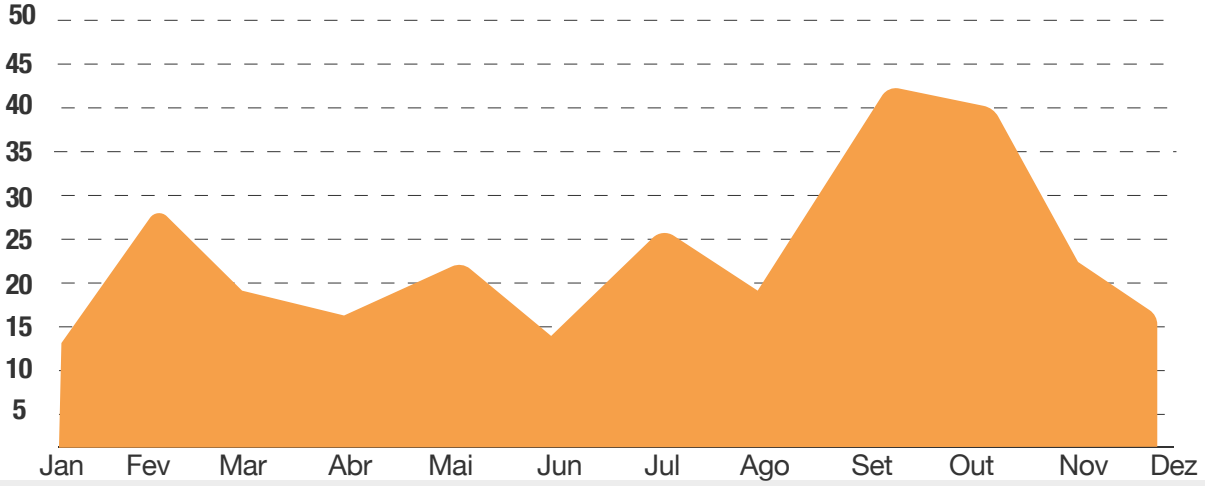
Vítimas



Agressores



Alertas por mês



Créditos: www.cpj.org

Peru

CONTEXTO

Escândalos de corrupção e instabilidade política

A perspectiva para as liberdades fundamentais no Peru é mais forte do que em suas contrapartes regionais. No entanto, a instabilidade política e a corrupção cobraram seu preço. Uma disputa feroz pelo poder político começou em 2019 e continuou em 2020. As eleições para o Congresso resultaram em uma legislatura fragmentada que destituiu o presidente Martín Vizcarra em meio a alegações de corrupção. Depois de apenas seis dias no cargo, o presidente interino do Peru, Manuel Merino (o quarto presidente em cinco anos) renunciou diante da oposição dos partidários de Vizcarra. Descritos como os maiores em duas décadas, os protestos foram organizados por grupos de jovens peruanos por meio das redes sociais, principalmente do aplicativo TikTok. No contexto dessa convulsão social, os alertas no Peru aumentaram 280% em 2020, seu pior ano registrado pelo parceiro da VdS, IPYS Peru, sendo um dos dois países com aumento no total de alertas nesse ano. Os casos de agressões e ataques registraram o maior aumento, espantosos 1.600%, a maioria ocorrida durante protestos. O uso abusivo do poder estatal aumentou 300% e as restrições na Internet,200%. O Estado, principalmente a polícia, responde por 51% dos alertas.

• Tendências

Abuso de processos judiciais civis e criminais e precariedade pandêmica

Os processos criminais e civis contra a mídia e os jornalistas continuam sendo um sério obstáculo no Peru. Jornalistas são levados aos tribunais por motivos supostamente diferentes, mas o objetivo é sempre exauri-los física, emocional e financeiramente. O caso de Paola Ugaz é emblemático:

ela foi levada ao tribunal mais uma vez em 2020 por suas reportagens. Ataques judiciais contra ela visam a impedir a publicação de seu livro, no qual revela práticas supostamente corruptas na gestão de propriedades e tráfico de terras por parte da organização Sodalicio Vida Cristiana. Como aconteceu em toda a região, a pandemia de COVID-19 também se tornou uma grande ameaça às vidas e aos meios de subsistência de jornalistas peruanos. A Associação Nacional de Jornalistas estima que 108 profissionais da imprensa morreram de COVID-19 no Peru. Jornalistas de províncias mais remotas foram afetados de forma desproporcional, pois trabalham sob altos níveis de precariedade e informalidade, com pouco ou nenhum acesso a empregos formais ou seguridade social. Muitas vezes não têm equipamentos de proteção individual, dependem de transporte público massivo e geralmente estão mais expostos ao vírus no dia a dia. A pandemia piorou a situação econômica dos jornalistas. Os meios de comunicação tradicionais foram duramente atingidos, à medida que a indústria da publicidade despencou. A pandemia também afetou o acesso à informação, já que as autoridades do setor público praticamente suspenderam a execução da lei de acesso à informação.

Em foco

Abuso policial em meio a protestos

A violência após a queda do presidente Vizcarra definiu o panorama das liberdades fundamentais no Peru em 2020. Sua destituição do cargo gerou uma onda de protestos em Lima. Os cidadãos se reuniram espontaneamente em torno da Praça San Martin para rejeitar a ação do Congresso. Essa crise ocorreu junto com uma instabilidade social e econômica mais geral, agravada pela pandemia de COVID-19. As forças policiais exibiram um nível de abuso de poder e violência que não era visto no Peru desde a era do ex-presidente Fujimori. Foram cometidas inúmeras atrocidades contra os manifestantes, que resultaram na morte de duas pessoas e em ferimentos em mais de 200. Eles também atacaram a imprensa. Os policiais usaram espingardas calibre 12 para atirar chumbo e bolinhas de gude diretamente nas pessoas. Alonso Chero, um fotojornalista, estava cobrindo os protestos quando um grupo de policiais com espingardas atirou nele com uma bola de gude. Os jornalistas também viram seus equipamentos confiscados e correram risco de ferimentos após a violência. Embora se espere que manifestantes e jornalistas corram risco durante um protesto, a polícia fez de tudo para impedir que jornalistas cobrissem seus abusos.

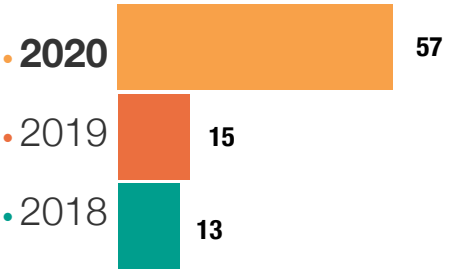
• Recomendações

Historicamente reconhecido como uma história de sucesso em termos de liberdades fundamentais, o Peru agora enfrenta um ponto de inflexão potencial devido às suas crises políticas. Pode continuar em sua trajetória de sucesso ou arriscar uma deterioração sustentada da democracia e do respeito pelos direitos humanos. O assédio legal contra jornalistas e os abusos da polícia no contexto de protestos devem ser combatidos. A impunidade para esses crimes abriria um precedente muito perigoso. A liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e a segurança e proteção dos jornalistas devem ser mantidos sempre e em todas as circunstâncias. A sociedade civil peruana deve pressionar para modernizar a Lei de Rádio e Televisão de 2004 e a Lei de Acesso à Informação de 2002, a fim de proteger jornalistas e meios de comunicação. Ambas as leis foram criadas antes de a Internet se tornar dominante, razão pela qual não são adequadas para tratar de questões atuais como direitos digitais, liberdades na Internet e a correspondente necessidade de proteger esses direitos.

Peru

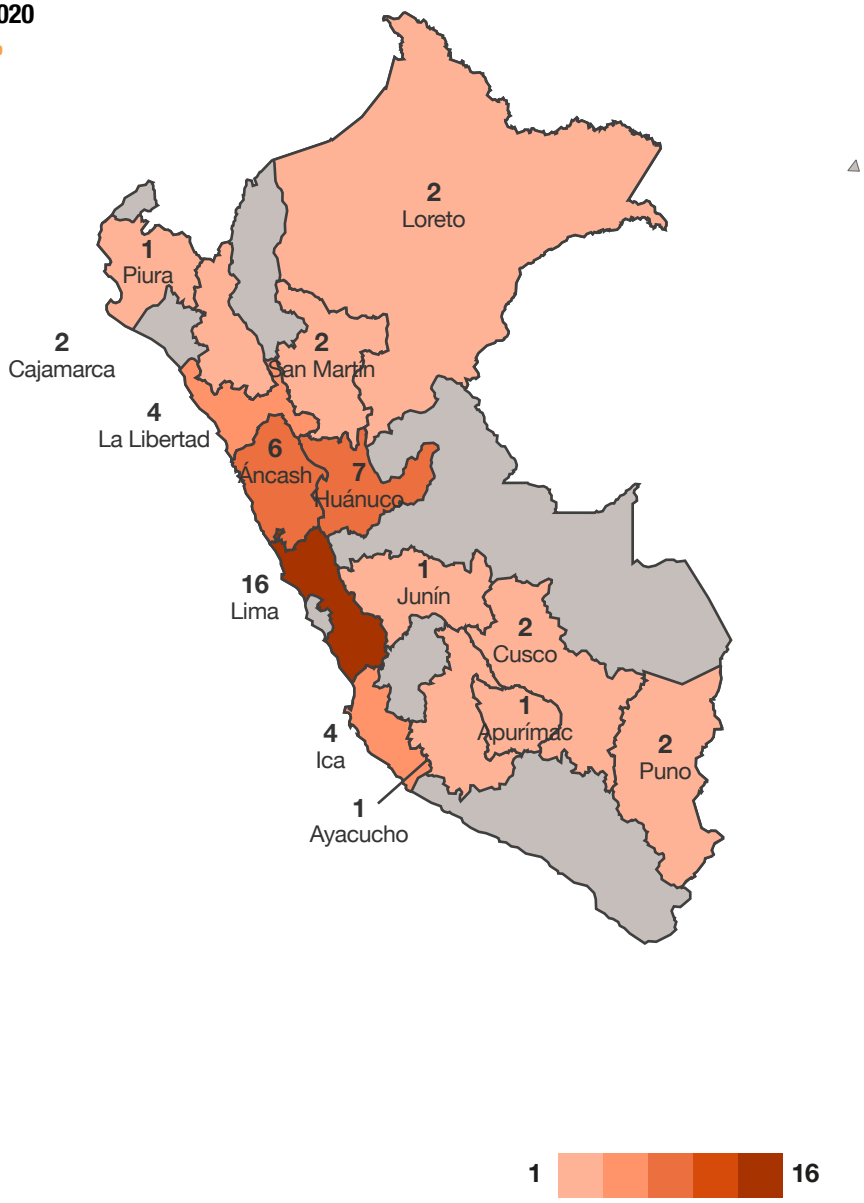
INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Alertas por ano



Variação 2019 - 2020
280%

Alertas por localidade



Indicadores

34 Agressões e ataques

7 Discursos estigmatizantes

4 Uso abusivo do poder estatal

4 Processos judiciais criminais e civis

3 Detenções arbitrárias

3 Restrições na internet

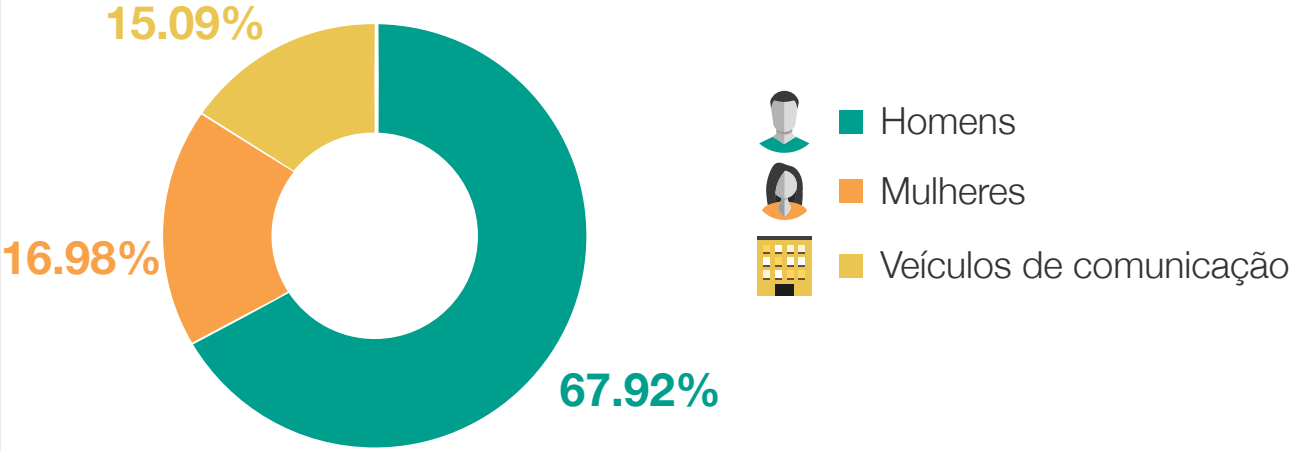
2 Restrições de acesso à informação

Os alertas no Peru **cresceram 280% em 2020,** seu pior registro anual.

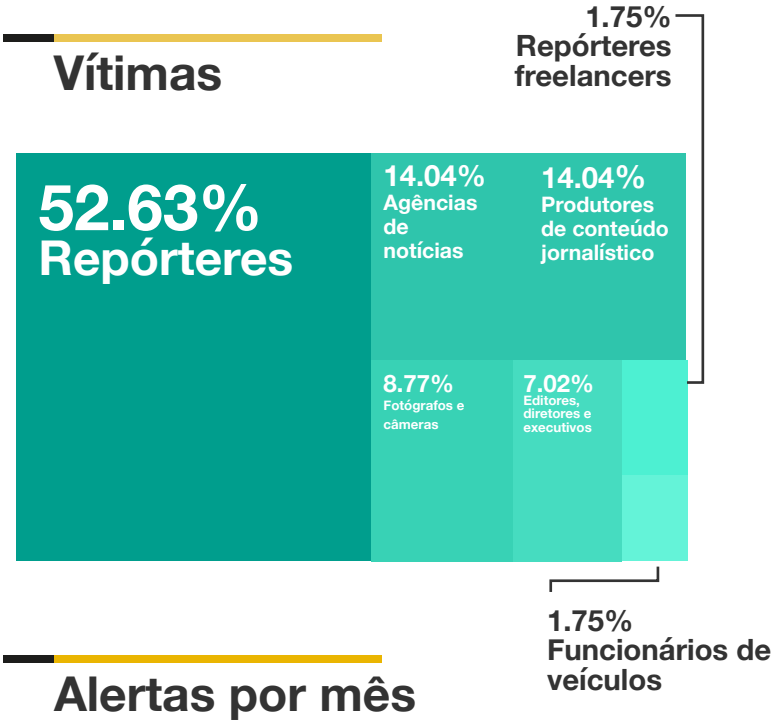
Peru

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

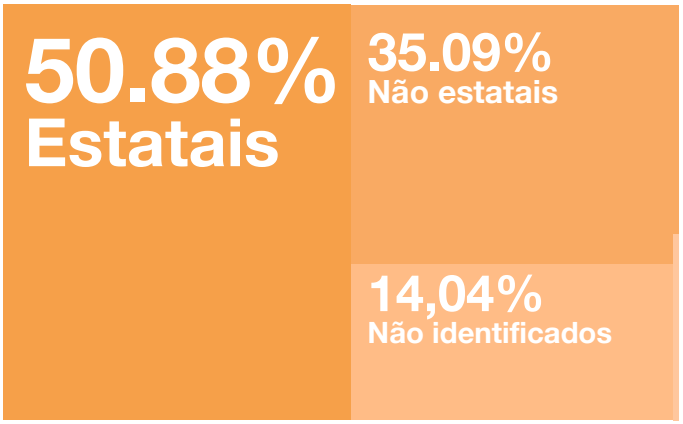
Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação



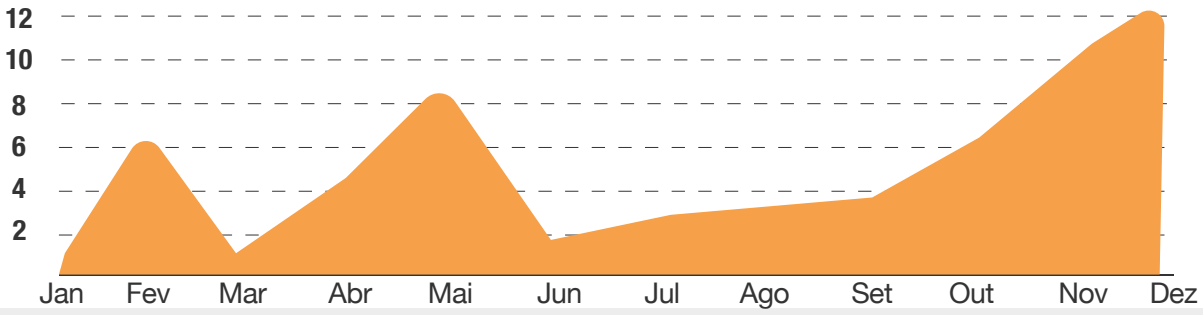
Vítimas



Agressores



Alertas por mês



Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

Uruguai

CONTEXTO

Uma estrutura institucional robusta sob pressão

O Uruguai é um forte defensor das liberdades fundamentais, dada a robusta estrutura institucional do país, que atende a rigorosos padrões de credibilidade e independência. Assim, o Uruguai ainda se encontra em uma posição positiva devido à baixa prevalência de ataques patrocinados pelo Estado contra jornalistas e a imprensa. Ao contrário da maioria dos países da região, os principais agressores às liberdades fundamentais no Uruguai são atores não estatais (58%). Isso sugere que as autoridades podem estar mais preocupadas em proteger as liberdades fundamentais do que em restringi-las. Em 2020, segundo o parceiro VdS CAinfo, houve uma redução de 8% no número total de alertas, mas os aumentos de 200% em marcos jurídicos contrários às normas e de 100% no discurso estigmatizante são sinais preocupantes. A aprovação da Lei de Consideração Urgente (LUC), um projeto abrangente que fez várias alterações, juntamente com a intenção de revogar a Lei dos Serviços de Comunicação Audiovisual, também preocupam, pois ameaçam enfraquecer o forte histórico do Uruguai na defesa dos direitos humanos universais e dos padrões democráticos.

• Tendências

Legislação regressiva

A forte estrutura institucional do Uruguai vem se deteriorando nos últimos três anos. Esse retrocesso gradual deve-se principalmente à aprovação de legislação contrária aos padrões internacionais. O Congresso aprovou a LUC com base na premissa de lidar de forma mais eficaz com a pandemia. No entanto, vários de seus artigos violam a obrigação do Estado de garantir o direito ao protesto pacífico,

contrariando os padrões universais. A LUC inclui artigos problemáticos relacionados a informações reservadas, secretas e restritas sobre inteligência nacional. Ela habilita o Estado a solicitar informações detalhadas sobre usuários de empresas de telecomunicações sem um mandado. O governo uruguaio também enviou ao Congresso uma proposta de lei com o objetivo de revogar a Lei dos Serviços de Comunicação Audiovisual, aprovada em 2014 após um longo debate técnico e social. A nova legislação proposta eliminaria o artigo que estabelece o direito à proteção contra a discriminação, bem como o direito do jornalista de se opor ao uso de seu nome, voz ou imagem em conteúdos modificados sem seu consentimento. A revogação favoreceria a concentração da mídia, enfraquecendo as regulamentações antimonopólio. Também prejudicaria a produção audiovisual nacional, eliminando recursos públicos para apoiá-la.

Em foco

Restrições ao acesso à informação durante a pandemia de COVID-19

A pandemia afetou o acesso à informação em um ano eleitoral, pois o Uruguai escolheu representantes para o governo local. A cobertura jornalística do processo foi afetada pelas medidas restritivas de mitigação da COVID-19, que impediram os partidos políticos de fazer campanha em espaços públicos. A cobertura jornalística das campanhas e promessas eleitorais, que fornecem informações cruciais para responsabilizar os partidos políticos por meio de comparação e contraste de informações, foi significativamente prejudicada. O governo restringiu o acesso às informações relacionadas à sua resposta à crise de saúde pública. Nas últimas semanas de 2020, o parceiro Vds CAinfo conduziu um estudo em várias províncias e encontrou uma grave falta de dados oficiais. A falta de informações claras, precisas e oportunas sobre a pandemia gerou incerteza entre os cidadãos e promoveu a difusão de conteúdo não confirmado que em muitos casos era impreciso ou enganoso. As OSCs exigiram que o governo trabalhasse no sentido de maior transparência e responsabilidade. As restrições de informação protegem interesses especiais em detrimento do direito de ser informado. Entretanto, outras práticas obstrutivas registradas incluíram atrasos ou respostas parciais aos pedidos de informação, limitação de questionamentos em coletivas de imprensa, tratamento preferencial a meios simpáticos ao governo e demissão de jornalistas dos meios de comunicação públicos por motivos políticos.

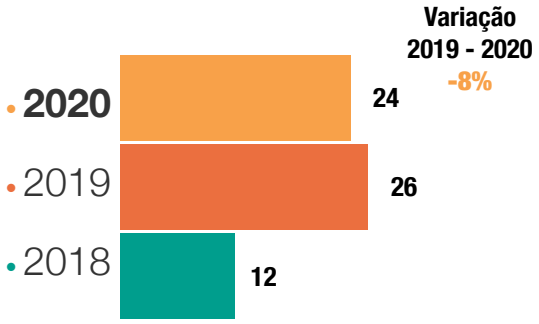
• Recomendações

A sociedade uruguaia não pode considerar sua força histórica na proteção da liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e a segurança e proteção dos jornalistas como algo garantido. Se a pandemia de COVID-19 e suas consequências funcionaram como um teste de estresse para o arcabouço institucional do Uruguai, as lições aprendidas revelam retrocessos no país. Jornalistas, sociedade civil e detentores de poder político e econômico comprometidos com essas liberdades fundamentais devem trabalhar juntos para fortalecer a estrutura institucional existente. Ou seja, a regressão em termos de padrões, as tentativas contínuas de usar processos civis contra jornalistas e a tendência das autoridades de limitar o acesso à informação devem ser verificadas e interrompidas precocemente para evitar qualquer deterioração significativa.

Uruguai

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Alertas por ano



Indicadores

10 Discursos estigmatizantes

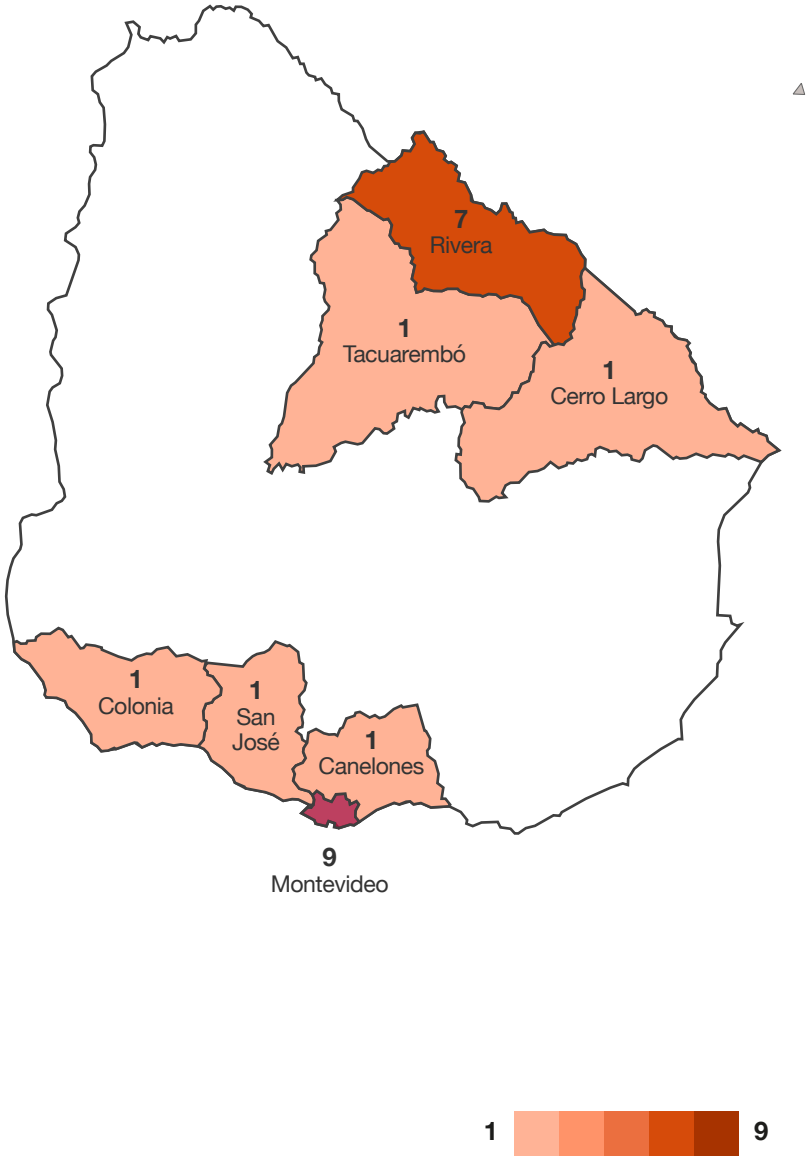
6 Agressões e ataques

3 Uso abusivo do poder estatal

3 Marcos jurídicos contrários aos parâmetros internacionais

2 Restrições de acesso à informação

Alertas por localidade

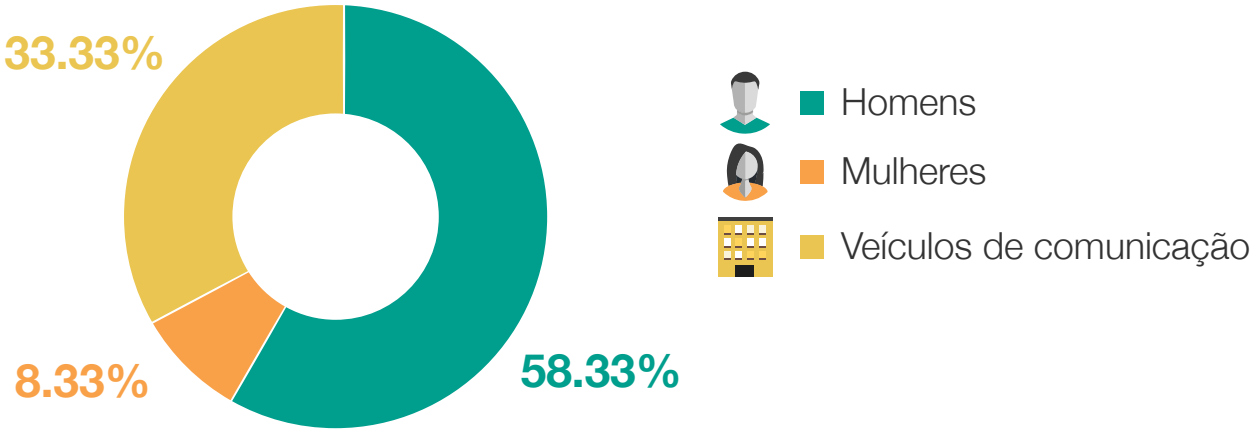


A aprovação da Lei de Consideração Urgente (LUC), aliada à intenção de revogar a Lei dos Serviços de Comunicação Audiovisual, **enfraquecem o forte histórico do Uruguai.**

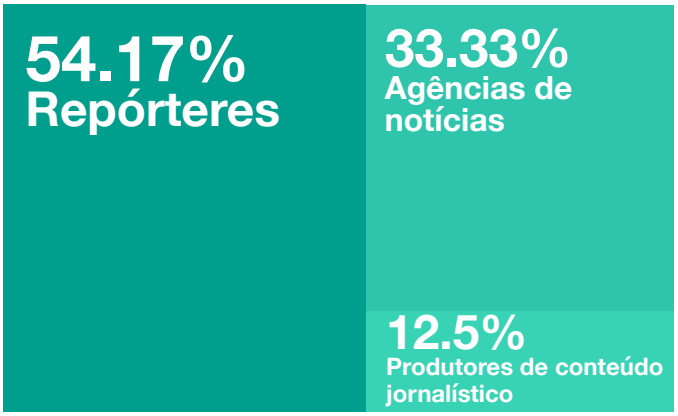
Uruguai

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

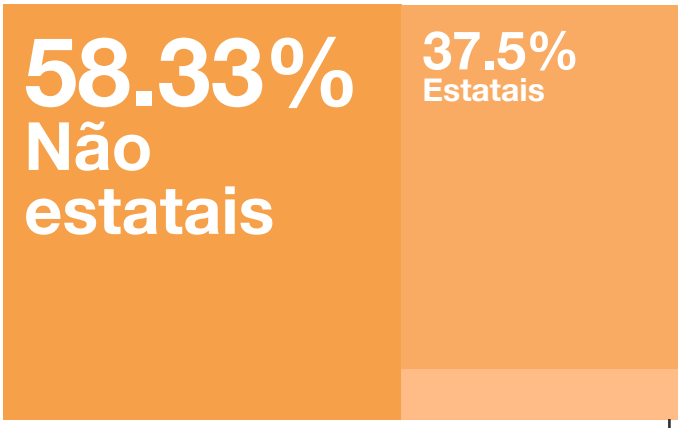
Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação



Vítimas

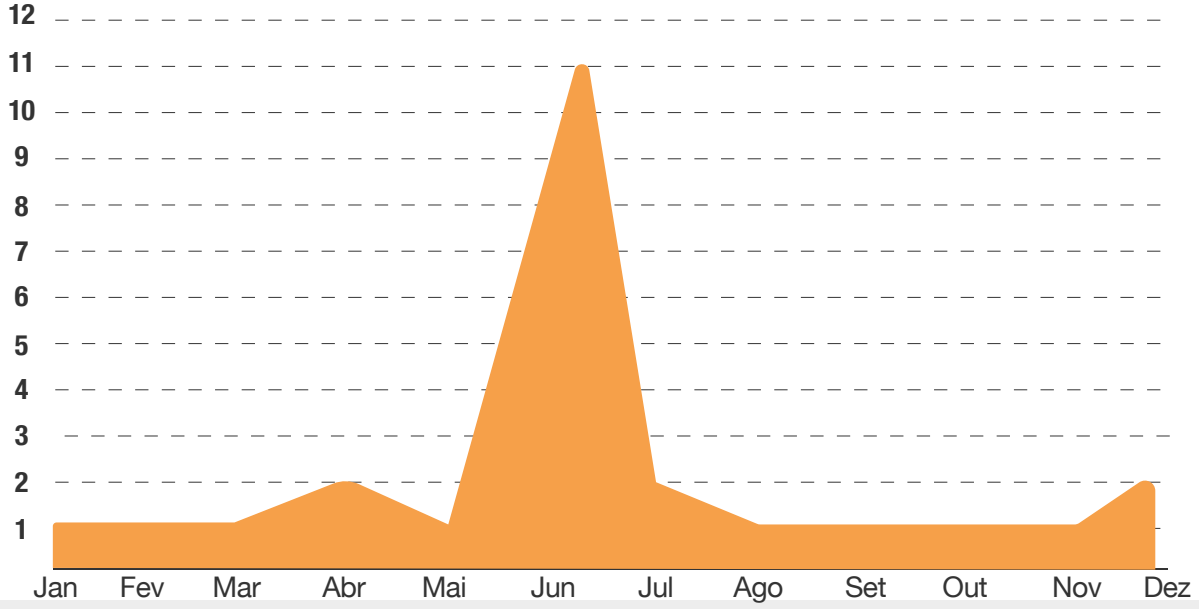


Agressores



4.17%
Não identificados

Alertas por mês



Créditos: www.ipysvenezuela.org

Venezuela

CONTEXTO

Repressão total do Estado e ataques letais contra jornalistas

Em 2020, o parceiro VdS IPYS Venezuela registrou um total de 510 alertas. Apesar de uma redução de -21% no total de alertas, o ataque às liberdades fundamentais na Venezuela continuou em 2020. Os jornalistas continuam sendo alvo de repressão, já que reportagens precisas e rigorosas são uma ameaça existencial ao regime autoritário do presidente Nicolás Maduro. Minar a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, o acesso à informação e a segurança e proteção dos jornalistas é uma prioridade estratégica para um governo que precisa impor sua versão dos eventos como a única narrativa válida. Isso é exemplificado pela imposição arbitrária e draconiana de uma lei de "crimes de ódio" que até agora tem sido usada para criminalizar o desvio dos relatórios oficiais. A trágica situação do país sofreu uma reviravolta letal em 2020 com o assassinato de dois jornalistas. O corpo sem vida de José Carmelo Bislick, professor e apresentador da Radio Omega 94.1 FM, foi encontrado no acostamento de uma estrada em Güiria, Sucre. As reportagens de Bislick alertavam para a corrupção envolvendo extorsão e tráfico de combustível, drogas e pessoas. O repórter Andrés Eloy Nieves Zacarías foi baleado e morto pelas Forças de Ação Especial (FAES) em seu estúdio da La Guacamaya TV, veículo comunitário ligado ao partido no poder no estado de Zulia, que faz oposição a Maduro. A FAES informou que Nieves Zacarías pertencia a uma quadrilha criminosa, argumento negado por familiares. Além do assassinato, o parceiro VdS IPYS Venezuela relatou que os

processos criminais e civis contra jornalistas sofreram um aumento dramático (220%), assim como as detenções arbitrárias (56%) e o discurso estigmatizante (55%).

• Tendências

A lei de crimes de ódio legitima violações das liberdades fundamentais

A implementação da lei de crimes de ódio traduziu o que foram detenções arbitrárias em 2019 em processos judiciais civis e criminais contra a mídia e jornalistas em 2020. Os meios de comunicação e os repórteres são acusados pelo Estado de incitar o ódio por meio de suas reportagens. As autoridades usaram essa lei como desculpa para deter jornalistas e limitar ainda mais o acesso à informação durante a pandemia. Isso provoca medo entre os jornalistas, que, junto com os cidadãos comuns, são agora julgados e condenados por exercer liberdades fundamentais. Foi o caso do jornalista Darvison Rojas, que foi detido e permaneceu preso por 12 dias por "instigação pública de ódio" após publicar informações que contradiziam as estatísticas oficiais sobre a COVID-19 no estado de Miranda. Cientista político e diretor do jornal "Punto de Corte", Nicmer Evans foi detido por dois meses por funcionários da inteligência estatal e acusado de promoção do ódio nas redes sociais; ele acabou sendo libertado.

Em foco

Inovação e resiliência frente aos desertos de informação

A severa crise social, política e econômica da Venezuela levou ao fechamento de meios de comunicação tradicionais e a um aumento da censura no jornalismo, tanto a autoimposta quanto a estatal. O vazio de informação resultante prejudica ainda mais as liberdades fundamentais, à medida que áreas negligenciadas ou mal servidas se tornam desertos de informações sem cobertura da mídia e com pouca ou nenhuma informação local. O IPYS Venezuela desenvolveu o "Atlas do Silêncio", um estudo dos ecossistemas da mídia local que mapeou 317 dos 335 municípios, registrando os veículos de imprensa existentes, seu porte e estrutura. A iniciativa mostra mais de 5 milhões de pessoas vivendo em desertos de informação. As cidades ao longo das fronteiras e comunidades indígenas, onde as pessoas vivem em condições vulneráveis, são as mais afetadas. Jornalistas e mídia tentam minimizar as restrições com soluções criativas. Jornais como "Armando.info", "Efecto Cocuyo" e "El Pitazo", que sofrem bloqueios de provedores de serviço de internet patrocinados pelo Estado, estão colaborando com veículos regionais para distribuir conteúdo e contornar essa repressão. Enquanto isso, a "Bus TV" tem procurado resolver esse problema nas regiões mais vulneráveis e isoladas lendo as notícias em voz alta nos ônibus públicos, colocando cartazes com informações, distribuindo folhetos e divulgando notícias em alto-falantes em espaços públicos.

• Recomendações

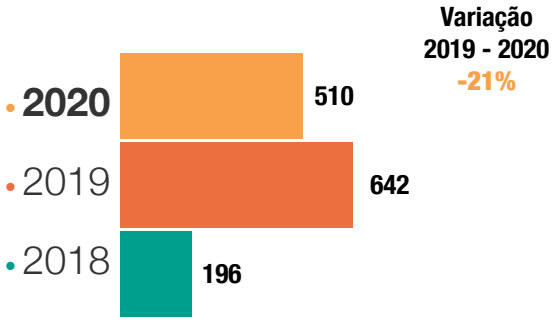
Não se pode esperar que o regime autoritário do presidente Maduro cumpra de bom grado o mandato do Estado de garantir as liberdades fundamentais. Atores de toda a sociedade venezuelana devem trabalhar juntos para pressionar o regime a relaxar sua asfixia do espaço cívico e estabelecer as bases para que as autoridades legítimas possam eventualmente reverter a situação em uma transição democrática. Os direitos constitucionais do jornalista e ativista político Ronald Carreno (primeiro desaparecido à força e depois detido arbitrariamente em 26 de outubro) devem ser garantidos. O IPYS Venezuela alertou sobre as violações do devido processo legal e condenou o procedimento judicial arbitrário contra o jornalista que está detido ilegalmente há mais de sete meses. Enquanto isso, a oportunidade está pronta para promover a inovação contínua para suprir os desertos de informação. Diante das severas restrições impostas às mídias tradicionais e digitais, iniciativas criativas e engenhosas como a "Bus TV" oferecem um vislumbre do que pode ser o relato em um momento de crise severa. Os crimes contra jornalistas, especialmente os assassinatos de José Carmelo Bislick e Andrés Eloy Nieves Zacarías, devem ser documentados e sistematizados para futura justiça.

Enquanto isso, uma ampla coalizão deve trabalhar para proteger os jornalistas, pressionando para revogar a lei de crimes de ódio e acabar com a criminalização do jornalismo.

Venezuela

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

Alertas por ano



Indicadores

215 Agressões e ataques

85 Restrições de acesso à informação

61 Detenções arbitrárias

48 Discursos estigmatizantes

36 Restrições na internet

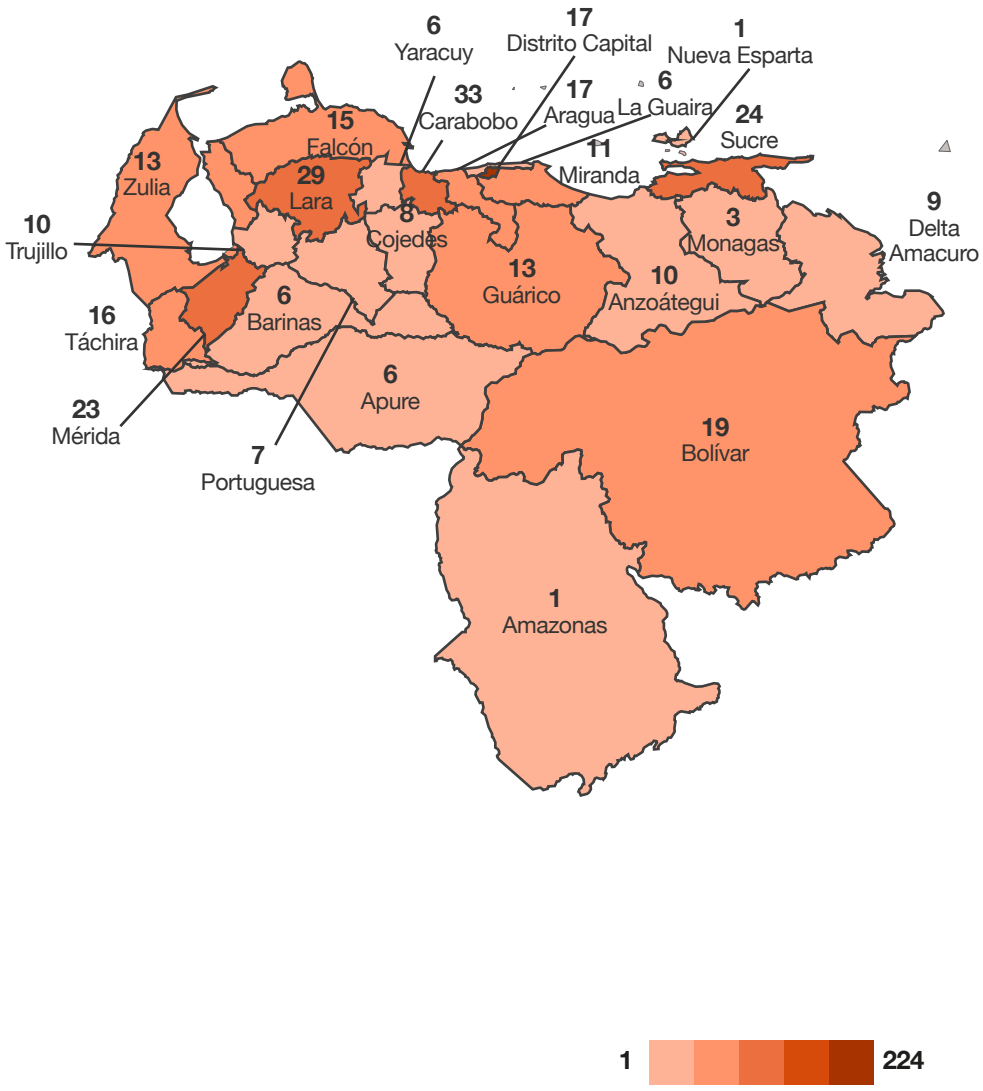
32 Processos judiciais criminais e civis

28 Uso abusivo do poder estatal

3 Desaparecimentos forçados

2 Assassinatos

Alertas por localidade

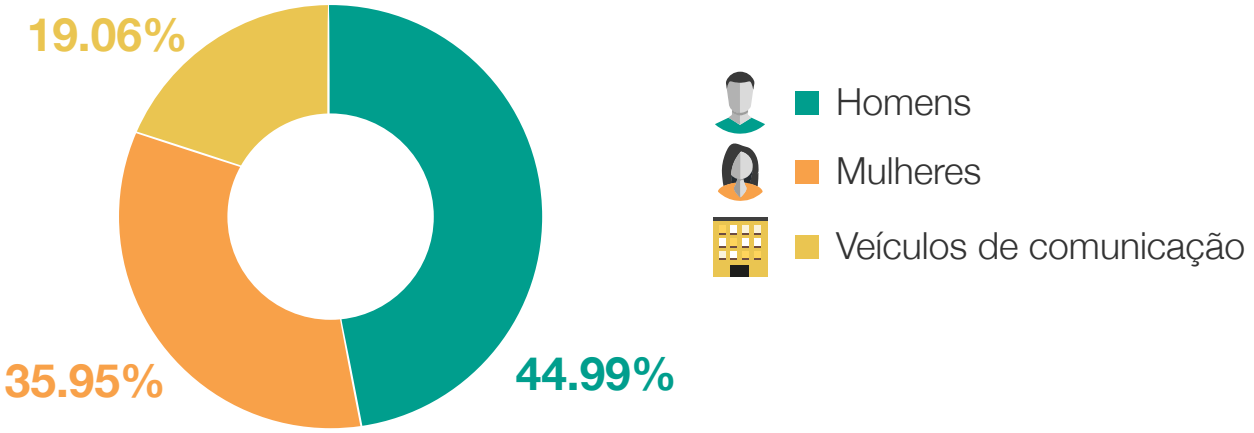


Dois jornalistas, José Carmelo Bislick e Andrés Eloy Nieves Zacarías, **foram assassinados na Venezuela em 2020.**

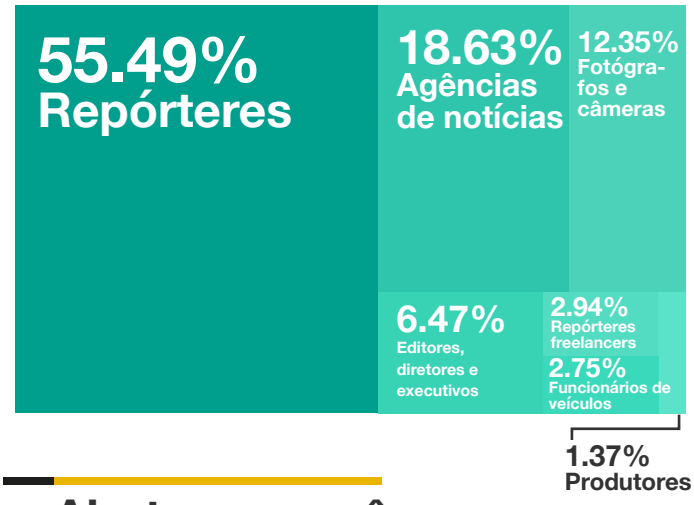
Venezuela

INDICADORES VDS – Janeiro - Dezembro 2020

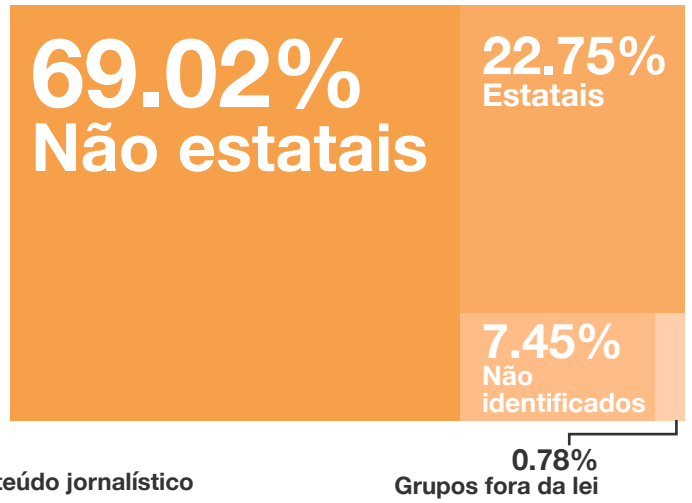
Porcentagem de homens, mulheres e veículos de comunicação



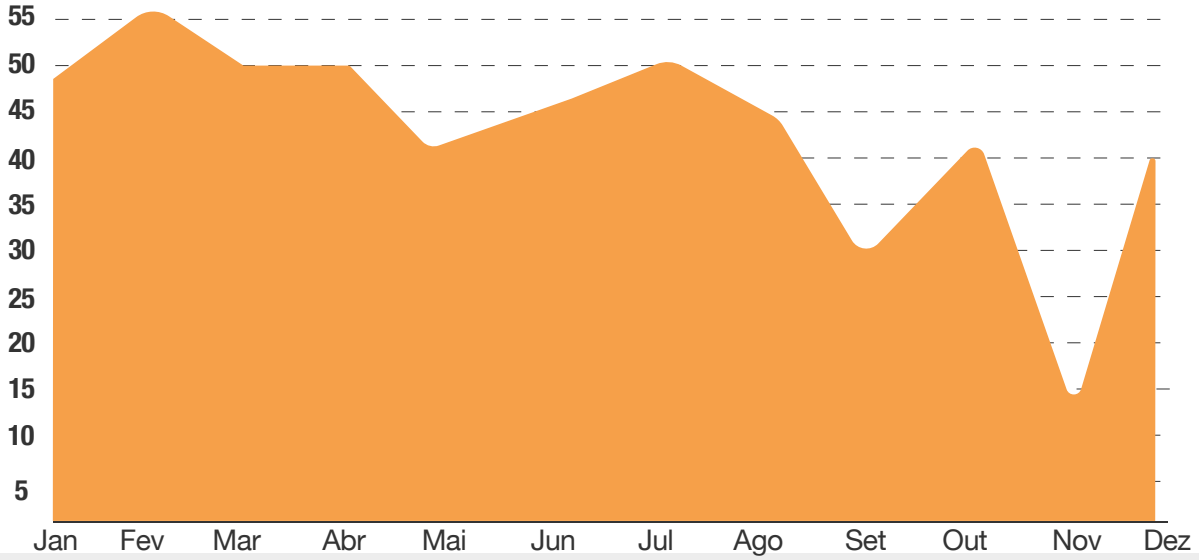
Vítimas



Agressores



Alertas por mês



Conclusões e recomendações

Créditos: Prometeo Lucero | www.article19.org

• Monitoramento e análise de dados como força de mudança

Em toda a América Latina, a liberdade de expressão, liberdade de imprensa, o acesso à informação e a proteção e segurança dos jornalistas foram prejudicados em 2020 pelo autoritarismo, pela desinformação e precariedade no contexto da pandemia de COVID-19. Descrever e analisar o estado dessas liberdades na região é tão complexo quanto as diferenças entre as condições na Argentina, no Peru e Uruguai, em comparação com Cuba, Nicarágua e Venezuela. Mesmo no nível nacional, existem contradições intrigantes e lacunas consideráveis, por exemplo, entre as áreas rurais e urbanas e entre o quadro institucional teórico de um determinado país e suas circunstâncias reais. Ainda assim, a abordagem de monitoramento multicamadas do VdS tem mostrado desde 2018 que o estado das liberdades fundamentais na região é mais bem compreendido como um espectro que transcende a geografia e o tempo.

Uso abusivo do poder estatal, restrições no acesso à informação, agressões e ataques, restrições na Internet e discurso estigmatizante são os denominadores mais comuns em todo o espectro. Entre os oito países para os quais os dados da rede VdS estão disponíveis para três anos completos (2018 a 2020), apenas a Argentina (2019) e o Uruguai (2018 e 2019) tiveram anos com zero alertas relacionados ao uso abusivo do poder do Estado[9] . Considerando os 13 atuais países do VdS, Peru (2018) e México (2020) são os únicos países que registraram pelo menos um ano com alerta zero para restrição de acesso à informação; Uruguai (2018 e 2020) e Guatemala (2020) para restrições de Internet; e Argentina (2018) e Peru (2018 e 2019) pelo discurso estigmatizante. Todos os países registram anualmente alertas relacionados a agressões e ataques para os quais há dados disponíveis. Esses denominadores comuns permitem monitorar outros tipos de violações (caso a caso em cada país) como detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, processos judiciais criminais e civis, normas jurídicas contrárias aos padrões internacionais, sequestros, assassinatos e tortura.

Os três anos de Relatórios Sombra do VdS mostram muitas tendências comuns, bem como identificam as principais diferenças ao longo do tempo e entre países. Em 2018 e 2019, crises e protestos estiveram associados à proliferação de violações das liberdades fundamentais em muitos países. Essa tendência se estendeu até 2020 em lugares como Bolívia, Colômbia e Peru, onde as violações ocorreram quando jornalistas cobriram protestos de cidadãos ou conflitos políticos. No entanto, na maior parte da região, a pandemia de COVID-19 limitou esse tipo de ação coletiva devido às proibições práticas de mobilização social. Essa realidade se reflete no monitoramento e nos relatórios do VdS, o que ajuda a contextualizar como uma diminuição no total de alertas em 2020 pode coincidir com um aumento na gravidade das violações. Por meio dos relatórios do VdS, fica claro que a redução quantitativa dos alertas é contextual e não estrutural. Na verdade, a pandemia expôs as limitações de uma abordagem exclusivamente quantitativa para medir o progresso em direção ao ODS 16.10.1.

Esse é o espectro das liberdades fundamentais na América Latina, infelizmente definidas muito mais por suas ameaças e violações do que por suas salvaguardas e avanços em direção ao ODS 16. A situação de um determinado país pode mudar, para melhor ou para pior a qualquer momento, definida, entre outras coisas, pela frequência e gravidade dos diferentes tipos de violações. À medida que a posição de um país dentro do espectro muda (muitas vezes em resposta a um contexto econômico, político e social específico), o espectro baseado em dados estabelecido pelo VdS serve como um valioso ponto de referência para os países compararem suas situações passadas e presentes, bem como comparativamente a toda a região. Essa perspectiva em multicamadas, que nasce da sinergia entre as abordagens independentes das OSCs que fazem parte da rede VdS e sua metodologia regional compartilhada, pode oferecer esperança a países em situações desfavoráveis e também servir

9 É importante notar que ter zero alertas reportados não significa necessariamente a inexistência de tais violações. A subnotificação pode acontecer devido às diferentes capacidades de monitoramento das organizações parceiras da VdS e/ou medo de reportar por parte das vítimas.

como um lembrete para aqueles com um ambiente respeitoso que não pode ser considerado como garantido.

A abordagem VdS oferece percepções além das flutuações dos alertas, mostrando ligação entre violações e como as mudanças nos padrões de violações podem degradar ou melhorar a situação geral das liberdades fundamentais em qualquer país, ao longo do tempo. Por exemplo, o discurso estigmatizante ameaça as liberdades fundamentais em quase todos os países da América Latina, ano após ano. Justifica outras formas de violência, como agressões e ataques online e offline, minando a confiança do público no jornalismo, com vários graus de gravidade e sucesso. Esse tipo de análise é possível graças ao monitoramento colaborativo, diferenciado e escalonável de parceiros VdS. Agora em seu terceiro ano, o VdS mostrou que o monitoramento e a análise de dados podem unir as OSCs para amplificar suas vozes no cenário global e construir uma base de evidências metodologicamente robusta que pode responsabilizar os governos. O VdS está se fortalecendo e se expandindo a cada ano, ampliando sua rede para permitir a compreensão mais ampla possível do contexto regional. À medida que sua base de evidências cresce, também aumenta a capacidade das OSCs de analisar tendências ao longo do tempo e trabalhar juntas para exigir as liberdades fundamentais e o desenvolvimento sustentável na América Latina.

Finalmente, além de seu monitoramento tradicional, este ano o Vds desenvolveu um índice piloto (Anexo 1) que tem como objetivo ajudar o público a compreender e avaliar o espectro dessas liberdades fundamentais na América Latina, bem como as posições dos países dentro delas de forma mais profunda. O VdS espera que seu índice permita que as variáveis sejam ponderadas de uma forma que ofereça uma visão mais clara do quadro geral, ao mesmo tempo em que permanece sensível o suficiente para refletir com precisão a situação qualitativa de cada país. Seu objetivo é promover análises interanuais de mudanças e ajudar a avaliar se os países estão se movendo em direção à meta ODS ou se afastando dela. O índice ainda é um trabalho em andamento, e o VdS convida as partes interessadas a revisá-lo e fornecer feedback para aprimorá-lo nos próximos anos.

• Recomendações para mitigar o autoritarismo

O jornalismo independente de qualidade é chamado a responsabilizar o poder. No entanto, conforme refletido pelas ações das partes interessadas dentro e fora do Estado, os detentores do poder muitas vezes estão ansiosos para manipular sua influência para minar as liberdades fundamentais de jornalistas e membros da mídia a fim de proteger seus próprios interesses. Em 2020, o Estado foi identificado como o autor da maioria dos alertas em todos os países oa VdS, exceto Bolívia e Uruguai. Considerando a prevalência da repressão patrocinada pelo Estado (inclusive em países com situações gerais mais fortes, como Argentina e Peru), é razoável concluir que as liberdades fundamentais são consistente e existencialmente desafiadas por aqueles que têm a tarefa de protegê-las. Isso é ainda mais verdadeiro quando o autoritarismo se apodera do aparato estatal.

A base de evidências do VdS sugere que os países não podem depender só do Estado para salvaguardar a liberdade de expressão, liberdade de imprensa, o acesso à informação e a segurança e proteção dos jornalistas. O dano avassalador pelo qual os Estados são responsáveis deve cessar, e seus tímidos esforços para garantir essas liberdades devem melhorar drasticamente. O mais importante, porém, é que as instituições alternativas centradas nas pessoas devem emergir como atores principais no monitoramento e reportagem, incluindo veículos jornalísticos, mídia de pesquisa especializada, alianças de OSCs semelhantes ao VdS, organizações de base de trabalhadores de mídia e observatórios de cidadãos com fortes estratégias de comunicação, entre outros. Essas instituições podem se concentrar em três objetivos principais: 1) informar e capacitar os usuários da mídia; 2) proteger os jornalistas; e 3) estabelecer uma fiscalização eficaz para responsabilizar o Estado por suas ações e acabar com a impunidade. Talvez a lição mais importante seja que o menor retrocesso democrático ou o menor abuso

de poder pode rapidamente se converter em situações mortais e difíceis de superar.

• Recomendações para mitigar a desinformação

Em seus comentários na Conferência de Segurança de Munique em 15 de fevereiro de 2020, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, reconheceu que "não estamos apenas lutando contra uma epidemia; estamos lutando contra uma infodemia. A desinformação se espalha mais rápida e facilmente do que esse vírus, e é tão perigosa quanto"[10]. A desinformação pode encorajar as pessoas a ignorar os conselhos de saúde pública, fomentar a discriminação e a violência, inflamar o fanatismo político, mascarar a corrupção ou mesmo justificar crimes. Na Nicarágua, a mídia estatal rotulou os meios de comunicação independentes confiscados como meios terroristas para justificar suas apreensões inconstitucionais. Enquanto isso, na Argentina, Bolívia, no Brasil, na Colômbia, no México, na Nicarágua e no Peru, o Estado tentou usar a desinformação como desculpa para refrear as liberdades fundamentais, com vários graus de sucesso. É claro que a desinformação é uma ameaça real e a justificativa principal usada por funcionários para erodir as liberdades fundamentais, especialmente em tempos de grandes crises como a pandemia de COVID-19 de 2020.

De acordo com o comunicado da área da sociedade civil da 3ª Conferência Global de Gestão de Infodemias[11] , a melhor maneira de mitigar a desinformação é construir uma abordagem liderada pela comunidade para conter a disseminação. O documento aponta prioridades imediatas, como contraverificação de informações oficiais para responsabilizar as autoridades governamentais, e reconhece a importância de empoderar pessoas e comunidades, tornando o jornalismo um esforço mais participativo para o público, promovendo a alfabetização midiática e abordando as barreiras estruturais ao acesso à informação. É importante que todas as partes interessadas reconheçam que a desinformação não é algo novo. Embora grande parte do debate sobre desinformação se concentre de forma justificada na tecnologia, deve-se considerar que esta mudou o ritmo e o escopo desse fenômeno, mas não sua essência. Sem insights sobre como e por que a desinformação é um problema antigo, as ferramentas e o treinamento podem permanecer úteis, mas ficam aquém de seu potencial transformador. O poder de definir palavras, estruturas sociais, instituições, ideias e cultura está em jogo. Cidadãos, jornalistas, defensores dos direitos humanos e a sociedade civil em geral devem estar mais bem preparados para enfrentar as hegemonias da informação, sejam elas regimes autoritários, sejam grandes plataformas tecnológicas, sejam fundamentalistas de qualquer tipo. Democracias saudáveis exigem cidadãos capazes e com poderes, assim como ecossistemas de informação saudáveis exigem usuários capazes e com poderes.

• Recomendações para mitigar a precariedade

A viabilidade do jornalismo independente de qualidade na América Latina é ameaçada por condições econômicas adversas e apoio insuficiente do público, anunciantes, grandes plataformas de tecnologia e outros atores. As vidas e meios de subsistência dos jornalistas estão constantemente em risco. Esses problemas se tornaram mais desafiadores com o início da crise de saúde pública da COVID-19, chamada de "evento de extinção da mídia" pelo Secretário-Geral da ONU.[12] Isso levou a perdas devastadoras para organizações de mídia independentes. O secretário-geral da ONU, António Guterres, sinalizou apoio à criação de um Fundo Internacional para a Mídia de Interesse Público. Garantir financiamento e apoio suficientes é crucial para assegurar o futuro de longo prazo das organizações de mídia independentes, especialmente em países de baixa e média renda. Relatórios e análises independentes e baseados em fatos são um bem público global essencial que é crítico para construir um futuro melhor. No entanto, além do financiamento, a viabilidade de modelos de mídia

10 https://www.who.int/director-general/speeches/detail/munich-security-conference.
11 https://www.who.int/teams/risk-communication/infodemic-management/3rd-virtual-global-who-infodemic-management-conference.

12 https://news.un.org/en/story/2021/04/1090822

de alto impacto e alto engajamento exigirá a vontade e a capacidade de atores de todos os setores para imaginar, planejar e implementar soluções inovadoras, aprender com os contratempos e ampliar o que funciona.

Para ser viável, o jornalismo independente de qualidade deve enfrentar uma série de desafios, como diversificar as fontes de receita, fornecer meios de subsistência dignos para jornalistas e profissionais da mídia e ganhar a confiança e o apoio do público, entre outros. Na Argentina, uma proposta da sociedade civil de uma lei que concederia 0,3% do orçamento de obras públicas aos meios de comunicação locais para investigar sua implantação poderia ancorar esses esforços. Trabalhar para obter preços justos e transparentes na publicidade online também deve ser considerado uma prioridade em termos de receita. Além de construir um canal de fundos públicos e filantropia privada para apoiar o jornalismo de interesse público, enquanto se constrói uma massa crítica de usuários engajados que fazem pequenas contribuições para seus veículos preferidos: isso pode virar o jogo para o jornalismo independente. Mecanismos especiais devem ser desenvolvidos para garantir que os direitos trabalhistas e previdenciários dos jornalistas e trabalhadores da mídia sejam cumpridos, incluindo seguro saúde e de vida, seguro-desemprego e pensão, entre outros. Os jornalistas e os meios de comunicação nunca devem perder de vista a importância de construir confiança e contar com o apoio do público. A qualidade do trabalho e seu impacto transformador são seus melhores argumentos, mas também se deve investir no engajamento da audiência.

• VdS: Três anos de insights resumidos

A liberdade de expressão, liberdade de imprensa, o acesso à informação e a segurança e proteção dos jornalistas devem ser tratados como facilitadores mais amplos do desenvolvimento sustentável. Para construir essa nova visão programática, os países latino-americanos precisam primeiro de novos negócios de mídia e modelos jornalísticos. A viabilidade financeira por meio de fluxos de receita diversificados deve ser uma prioridade. Em segundo lugar, a segurança deve ser abordada de forma holística, incluindo no nível pessoal e familiar, na redação e no nível organizacional e, finalmente, no nível estrutural. As abordagens devem priorizar a segurança física, digital e jurídica, bem como estabelecer o acesso aos serviços de saúde mental. Finalmente, considerando a capacidade limitada que as instituições do Estado têm para monitorar e proteger os jornalistas em seu trabalho, é necessário focar na criação de espaços institucionais, particularmente no monitoramento e análise de dados, para continuar construindo um ambiente no qual o trabalho dos jornalistas seja valorizado e protegido.

Após três anos de monitoramento e relatórios do VdS, outros insights importantes incluem:

- As violações podem proliferar em tempos de crise, mesmo em países onde a proteção e defesa das liberdades fundamentais têm sido a norma.
- O discurso estigmatizante e a impunidade permitem outras violações.
- Os processos legais podem ser facilmente usados como arma por governos e detentores do poder econômico contra jornalistas e meios de comunicação.
- A resistência civil pode reverter as violações das liberdades fundamentais, como o uso abusivo do poder do Estado e de leis e regulamentos contrários aos padrões.
- O fracasso do Estado é duplo: ele falha em proteger e também comete violações contra as liberdades fundamentais.
- As referências institucionais estão em constante mudança, para melhor ou para pior, e devem ser tratadas para mudar as condições estruturais.
- Liberdades fundamentais como liberdade de expressão, liberdade de imprensa, acesso à informação e proteção e segurança de jornalistas são meios para um fim e fins em si mesmos[13].
- Capacitar o público é fundamental para proteger o acesso à informação e o exercício da função jornalística[14].

13 As liberdades fundamentais são resultados em si mesmas (ODS 16), mas também possibilitam o desenvolvimento sustentável. Sem as liberdades fundamentais, alcançar objetivos como erradicar a pobreza, garantir que a educação promova o crescimento econômico pode ser difícil ou impossível. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/23672BN_SDG16_LV.pdf

14 A liberdade de imprensa e de expressão, e a transparência que promovem, têm consequências diretas na compreensão das injustiças, no combate à corrupção e na orientação das ações, o que, por sua vez, tem impactos tangíveis no desenvolvimento sustentável.

• Recomendações finais

Para OSCs

As OSCs devem ser ativas no planejamento, implementação e monitoramento da Agenda 2030 e, acima de tudo, na responsabilização dos líderes pelos compromissos que assumiram. Para fazer isso de forma mais eficaz, as OSCs devem formar coalizões amplas com diversos atores que tragam ferramentas, perspectivas e competências variadas para tratar de questões sociais. Essas plataformas de múltiplas partes interessadas já estão presentes em:

- **Argentina** Plataforma Argentina de Monitoramento PAMPA 2030 para a Agenda 2030
- **Equador** Sociedade civil e as ODS: ações para não deixar ninguém para trás
- **Guatemala** Coordenação de ONGs e Cooperativas
- **El Salvador** Movimento de ONG de Desenvolvimento de El Salvador
- **Brasil** Agenda GT 2030
- **Peru** Associação Nacional de Centros de Pesquisa para Promoção e Desenvolvimento Social/ Grupo Agenda 2030

Essas coalizões devem existir em todos os países. O VdS pode contribuir para estimular parcerias transnacionais para coordenação, treinamento e promoção de coalizões nacionais. Devido à natureza interrelacionada dos ODS e da função habilitadora do ODS 16 em particular, o VdS e suas organizações parceiras devem trabalhar para uma melhor coordenação com outras plataformas de promoção dos ODS. A promoção dos ODS é mais eficaz quando envolvida por meio de abordagens de múltiplos atores de qualidade que sejam oportunas, abertas e inclusivas, transparentes, informadas e iterativas. Tais princípios garantirão abordagens significativas e objetivas para toda a sociedade para a implementação da Agenda 2030, em vez de promover apenas abordagens parciais que se concentram em um conjunto restrito de ODSs. Além disso, o conhecimento sobre os ODS (que foram elaborados para beneficiar os cidadãos em todo o mundo) é irregular, na melhor das hipóteses, e o envolvimento ainda é muitas vezes limitado. O mesmo é verdade para o ODS 16. Portanto, as OSCs têm um papel fundamental a desempenhar na conscientização e na manutenção dos holofotes sobre esses compromissos e o progresso feito para cumpri-los.

• Rumo a uma abordagem de dados baseada em gênero e direitos humanos

Também é importante que as OSCs continuem a expandir seus sistemas de captura e processamento de dados. Com a desagregação adequada dos dados, o impacto da violência de gênero pode ser mais bem quantificado e compreendido. Além disso, categorias de dados podem ser adicionadas para mostrar a interseccionalidade e a vulnerabilidade de certos grupos, fornecendo evidências empíricas sobre riscos e contextos diferenciados. Isso ocorre porque o gênero influencia significativamente a maneira como jornalistas podem enfrentar riscos e ameaças. A discriminação com base no gênero pode se cruzar com outros fatores que, devido a construções sociais, colocam certas populações em desvantagem em relação a outras, como raça, deficiência, etnia ou origem socioeconômica. Além disso, a divisão entre as realidades urbana e rural não pode mais ser ignorada. A intersecção desses fatores produz perfis de vulnerabilidade distintos. Conforme novos aplicativos surgem (incluindo aqueles que usam machine learning), há uma necessidade urgente de garantir que os preconceitos inerentes e arraigados na forma como os dados são coletados e processados não contribuam inadvertidamente para perpetuar a injustiça.

• Para meios de comunicação

Media outlets should strive for the inclusion and Os meios de comunicação devem se empenhar pela inclusão e capacitação de seus públicos. Os veículos de imprensa devem trabalhar para informar o público e fornecer-lhe informações equilibradas para ajudá-lo a compreender um problema e/ou uma solução. Eles devem se esforçar para buscar feedback da audiência e envolvê-la para ouvir e expressar suas preocupações. A relação entre

mídia e público não deve se basear no consumo passivo de notícias. A mídia deve se esforçar para colaborar e formar parcerias eficazes com o público para desenvolver modelos de comunicação alternativos em que a informação flua mais livremente. Finalmente, a mídia deve trabalhar para empoderar o público, ajudando-o a participar de forma mais eficaz na tomada de decisões críticas que o afetam.

• Para as Big Techs

As grandes plataformas de tecnologia, como Facebook, Google e Twitter, devem melhorar seus esforços para aumentar o impacto positivo de sua tecnologia nos ecossistemas de mídia e jornalismo, bem como mitigar as consequências negativas não intencionais. Em Cuba, Nicarágua e Venezuela, a eficácia da censura oficial seria quase absoluta se não fosse por essas plataformas. As plataformas podem representar uma tábua de salvação para informações imparciais, mas também podem ser um veículo para ameaças e assédio contra jornalistas. As plataformas de mídia social transformaram a maneira como a publicidade chega aos consumidores. Isso enfraqueceu a sustentabilidade dos negócios da mídia privada, deixando de levar em consideração esse impacto na mídia de interesse público. Os passos mais importantes que as grandes plataformas de tecnologia devem tomar são garantir que os usuários, incluindo jornalistas, tenham um lugar à mesa enquanto projetam e inovam suas plataformas. Eles devem se comprometer a alocar recursos muito mais fortes e sustentáveis e se concentrar na construção de maior transparência em seus processos enquanto procuram enfrentar os desafios futuros.

• Para as Nações Unidas e a comunidade internacional

As OSCs requerem um maior apoio ao monitoramento e à elaboração de relatórios, incluindo o fortalecimento da captura de dados e sistemas de armazenamento seguro e programas de avaliação. Jornalistas independentes e meios de comunicação na América Latina precisam de apoio para avaliar e transformar seus modelos de negócios e jornalísticos. O setor de mídia latino-americano está maduro para se concentrar em empreendedorismo social, por meio do qual os veículos podem prosperar combinando cooperação para o desenvolvimento, investimento de impacto e fontes de receita sustentáveis, como publicidade, crowdfunding, modelos de associação e novas unidades de negócios inovadoras. A comunidade internacional deve priorizar a compreensão das necessidades locais e distintas de diferentes comunidades em toda a região e trabalhar para construir de forma sustentável sua capacidade de autossuficiência no mundo moderno.

• Para governos e autoridades nacionais

Cada país deve realizar uma ANV (Avaliação Nacional Voluntária) e apresentá-la no HLPF da ONU para o desenvolvimento sustentável. O prazo para os países notificarem sua apresentação em 2021 já passou. Bolívia, Cuba e Nicarágua manifestaram a intenção de apresentar relatórios de andamento pela primeira vez, enquanto Colômbia, Guatemala e México revelaram planos de fazê-lo pela terceira vez[15] . No entanto, até o momento, as ANVs lideradas pelo Estado têm estado longe de ser regulares e não são suficientemente inclusivos. Embora o processo de ANV deva ser liderado e conduzido pelo Estado, isso não deve ser confundido como uma iniciativa apenas dele. As revisões periódicas tornam-se apenas do Estado quando se baseiam em fontes de dados oficiais nacionais e, consequentemente, resultam em uma nova versão do que a administração de um determinado país considera seus sucessos. Na pior das hipóteses, são tentativas deliberadas de governos de projetar para a comunidade internacional uma narrativa oficial sobre a realidade de seu país que seja falsa e menospreze a experiência dos cidadãos comuns. Na verdade, esses relatórios podem estar muito longe do que jornalistas e OSCs registram em esforços de monitoramento. Dessa forma, as ANVs devem ser: 1) conduzidas por meio de um processo de revisão inclusivo, participativo, transparente e completo; 2) baseadas em evidências e

15 ONU (2020): Carta do Presidente do ECOSOC confirmando as ANV de países em 2021. Disponível em:https://www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/files/en/2020doc/Letter_ECOSOC_President_VRN_2021-confirming_final_countries.pdf

produzir lições, soluções e compromissos tangíveis; e 3) seguidas por ação concreta e colaboração que impulsiona a implementação do ODS.

Além disso, os governos devem estabelecer e implementar medidas destinadas a melhorar a segurança dos jornalistas para que possam exercer seus direitos e seu trabalho em um ambiente livre de violência e intimidação. Nos locais onde já existem tais mecanismos, como Equador, Colômbia e México, eles devem ser fortalecidos e submetidos a um maior escrutínio para maior transparência e responsabilidade.

http://www.vocesdelsurunidas.org/